

Joseph Handerson

**AS AÇÕES AFIRMATIVAS RACIAIS NA UNIVERSIDADE PÚBLICA
COMO UMA POLÍTICA SOCIAL: PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES
AFRO-BRASILEIROS E BRANCOS E PROPOSTAS
ALTERNATIVAS**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas pelo mestrando Joseph Handerson, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Política Social.

Prof. Orientador: Dr. Antônio Carlos Martins da Cruz

Pelotas, 2010

HANDERSON, Joseph

As ações afirmativas raciais na Universidade Pública como uma Política Social: Percepções de estudantes afro-brasileiros e brancos e propostas alternativas/Joseph Handerson. Pelotas, Mestrado em Política Social/UCPel, 2010, 124 pp.

Dissertação de mestrado – Universidade Católica de Pelotas.
Política Social.

1. Ação afirmativa. 2. Afro-brasileiro. 3. Discriminação racial. 4. Educação Superior. I. Antônio Carlos Martins da Cruz (Orient.)
II. Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-graduação em Política Social.

III. Título

Joseph Handerson

**AS AÇÕES AFIRMATIVAS RACIAIS NA UNIVERSIDADE PÚBLICA
COMO UMA POLÍTICA SOCIAL: PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES
AFRO-BRASILEIROS E BRANCOS E PROPOSTAS
ALTERNATIVAS**

Dissertação de Mestrado submetido ao Programa de Pós-graduação em Política Social, da Universidade Católica de Pelotas, como parte dos requisitos necessários a obtenção do título de Mestre em Política Social.

E aprovada sua versão final em _____ atendendo às normas da legislação vigente da Universidade Católica de Pelotas, Curso de Mestrado em Política Social.

Pelotas, de de

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Antônio Carlos Martins da Cruz (Orientador)

Universidade Católica de Pelotas

Prof^a. Dr^a. Helenara Silveira Fagundes

Universidade Católica de Pelotas

Prof^a Dr^a Georgina Helena Lima Nunes

Universidade Federal de Pelotas

Pelotas, 2010

AGRADECIMENTOS

À minha família que está no Haiti, no Canadá, na França e nos Estados Unidos, a quem expresso minha gratidão, particularmente ao meu irmão Christopher Rive.

A minha esposa, Francine Pinto da Silva Joseph, pelo carinho, por me acompanhar nos momentos de alegria e tristeza durante o mestrado.

Ao meu orientador Prof. Antônio Carlos Martins da Cruz, pela experiência partilhada.

Às professoras Helenara Silveira Fagundes e Georgina Helena Lima Nunes, por terem aceito o convite para participar na banca de defesa, pela amizade e o carinho.

Aos professores do Curso de Mestrado em Política Social da UCPel, pelos ensinamentos que proporcionaram o amadurecimento em relação as questões sobre Políticas Públicas e Sociais.

À professora Eny Fetter Zambrano, por ter-me acompanhado do início da graduação até esta etapa de formação, pelas correções de português e pelo carinho.

Aos queridos amigos e colegas de Mestrado, particularmente Maurício Pinto da Silva, pelas agradáveis manhãs de estudo, pela constante interlocução e o carinho que tiveram comigo.

Ao grupo Sangoma e à Biblioteca Negra de Pelotas, em nome do professor Uruguay Cortazzo, pela gentileza e generosidade com que cederam referências bibliográficas inéditas e publicações difíceis de serem encontradas.

Aos professores Osmar Schaefer, Jandir Zanotelli e Agemir Bavaresco, pela amizade, por partilharem comigo os difíceis desafios iniciais e guiarem, cuidadosa e pacientemente, meus primeiros passos nessa empreitada acadêmica desde a minha chegada ao Brasil em 2005.

Ao convênio casadinho entre o Mestrado em Política Social da UCPel e o Mestrado em Serviço Social da PUC-RS que me oportunizou realizar disciplina no programa de pós-graduação nesta última instituição de ensino.

À Universidade Católica de Pelotas pelo Prêmio Dom Antônio Zattera que obtive pela Menção Honrosa no Curso de Graduação em Filosofia, que possibilitou-me cursar o Mestrado em Política Social gratuitamente.

Finalmente a todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para que esse trabalho fosse realizado, minha gratidão eterna.

...Uma desigualdade torna-se um instrumento de igualdade pelo simples motivo de que corrige uma desigualdade anterior: a nova igualdade é o resultado da equiparação de duas desigualdades (BOBBIO, 2002, p. 32).

RESUMO

A presente investigação objetiva analisar a oportunidade de acesso dos afro-brasileiros às universidades públicas do país, particularmente a percepção dos estudantes afro-brasileiros e brancos da Universidade Federal de Pelotas sobre as chamadas políticas de ações afirmativas raciais. A pesquisa foi desenvolvida na Universidade Federal de Pelotas, valendo-se de entrevistas semiestruturadas com dezoito estudantes da graduação dos cursos de Pedagogia, bacharelado e licenciatura em Filosofia, bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais, os quais opinaram sobre ações afirmativas, racismo e discriminação racial no Brasil, referindo-se ao número de alunos de sua turma de modo geral e quantos são afrodescendentes; ao número de professores no seu curso de graduação, dos quais, quantos são afrodescendentes, a fim de mapear-se o percentual de alunos afrodescendentes nas turmas dos pesquisados, bem como de professores afrodescendentes que pertencem ao quadro docente dos três cursos analisados. Os resultados da pesquisa evidenciam que as ações afirmativas representam a contradição da contradição; a pouca representação de afrodescendentes na educação superior, particularmente nos três cursos analisados: dos 602 alunos nas turmas dos sujeitos da pesquisa, 60 são afro-brasileiros, representando 9,97% dos alunos. Um grupo de pesquisados argumenta que a política de ação afirmativa é uma discriminação; outro grupo de pesquisados concordar com a ideia de fazer ação afirmativa, mas afirma que se deve mexer na estrutura do sistema educacional, isto é, fazer políticas educacionais universais e mostrar que políticas de ações afirmativas não excluem a possibilidade de fazer políticas universais.

Palavras-chave: Ação afirmativa, afro-brasileiro, discriminação racial, Educação Superior

RÉSUMÉ

Cette recherche vise à analyser l'opportunité d'accéder à l'afro-brésilien les universités publiques du pays, en particulier la perception des étudiants afro-brésiliens et des blancs de l'Université Fédérale de Pelotas sur la soi-disant politique d'action positive racial. L'étude a été menée à l'Université Fédérale de Pelotas, en s'appuyant sur des entretiens semi-structurés avec des étudiants des cours de Pédagogie, Philosophie, Sciences Sociales. Les interrogés étaient dix-huit étudiants qui ont donné leur avis sur l'action positive, le racisme et la discrimination raciale au Brésil, le nombre d'étudiants en général qui ont dans sa classe et combien d'entre eux sont d'origine africaine, pour mapper le pourcentage d'étudiants d'ascendance africaine dans les classes des participants, ainsi que des enseignants d'origine africaine appartenant à les trois cours correspondants à la recherche. Les résultats de la recherche montrent que: l'action positive constitue une contradiction de la contradiction, le peu de représentation d'ascendance africaine dans l'enseignement supérieur, en particulier dans les trois cours analysés, totalisant environ 602 étudiants dans les classes des participants de la recherche, de ce nombre, 60 sont afro-brésiliens, ce qui représente 9,97% des étudiants, un groupe de répondants considère que l'action positive est une discrimination, un autre, était d'accord avec l'idée de la discrimination positive, mais qu'on doit modifier la structure du système éducatif, c'est à dire, de rendre les politiques d'éducation universelle, et les étudiants montrent que les politiques d'action positive n'excluent pas la possibilité d'établir des politiques universelles.

Mots-Clés: Action positive, Afro-brésilien, Discrimination raciale, Education Supérieure

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1. A POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA – UM DIREITO: A CONTRADIÇÃO DA CONTRADIÇÃO	16
1. 1 Dialogando com os Conceitos de Política, Política Pública, Política Social e Ação Afirmativa	18
1. 2 Política de Ação Afirmativa na Perspectiva da Filosofia do Direito	29
1. 3 Discussões sobre a construção racial do Brasil no Contexto da Política de Ação Afirmativa	37
2. AFRO-BRASILEIROS E BRANCOS: DELINEANDO PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA	54
2. 1 Fundamento Epistemológico e Metodologia da Investigação	55
2. 2 Método de pesquisa	60
2. 3 Instrumento de coleta de dados	66
2. 4 Análise da percepção dos universitários afro-brasileiros e brancos da UFPel em relação às Políticas de Ações Afirmativas	69
CONCLUSÃO	109
REFERÊNCIAS	115
ANEXO	123

APRESENTAÇÃO

De onde surgiu nossa ideia de cogitar essa temática e tomá-la como foco? A investigação é resultado da nossa inquietude com a desigualdade racial; da nossa luta no Brasil na busca de superar a discriminação racial: da injustiça contra os afro-brasileiros; da condição dramática da história deles e do quadro desigual que ainda permanece no território pátria. Por causa disso, os afro-brasileiros estão ausentes nos diversos segmentos da sociedade brasileira, particularmente na Educação Superior.

Quando olhávamos, na televisão haitiana, os jogos da seleção brasileira na Copa do Mundo e em outros campeonatos, nem fazíamos ideia da desigualdade social e racial existente neste país. Passamos a conhecê-lo pelo futebol e pelo carnaval, visto o carnaval, uma das manifestações culturais populares tanto no Haiti como no Brasil, ser realizado na mesma data. No Haiti, costuma-se assistir a essa festa do Rio de Janeiro nas televisões haitianas. E sempre aparece uma representação significativa de negros. Quando se trata de futebol, não é muito diferente. Desde que começamos a ver os jogos da seleção brasileira ainda menino, com oito anos, na Copa do Mundo de 1990, a maioria dos jogadores eram negros e ainda continuam sendo.

Nessas vivências baseamos nosso projeto de pesquisa de mestrado em Política Social na Universidade Católica de Pelotas, para mostrar a imaginação e a representação social que tínhamos do Brasil, enquanto um país de maioria negro. Quando aqui chegamos, em fevereiro de 2005, para cursar o bacharelado e a licenciatura em Filosofia no Instituto Superior de Filosofia na UCPel, percebemos não ser bem assim, pelo fato de quase não enxergarmos afro-brasileiros nos corredores da Universidade.

Mas, cabe salientar, no Curso de Filosofia, na turma do ano 2005, havia vinte e dois alunos, dos quais sete eram negros, sendo quatro afro-estrangeiros. O termo afro-estrangeiro refere-se aqui aos negros estrangeiros ou imigrantes negros do Caribe que vivem no Brasil por causa dos estudos universitários. Um viera da República Dominicana e três do Haiti, Primeira República Negra no Mundo.

Lembramos a emoção de alguns cada vez que os professores entravam na sala para dar aula nesta turma. No último dia letivo do primeiro semestre do ano 2005, meu atual orientador do mestrado, na época docente da graduação, ao ministrar a disciplina “Teoria Sociológica”, emocionou-se também e disse ver, pela primeira vez, tantos negros numa turma do Curso de Filosofia, para não dizer numa sala de aula de graduação em uma Universidade brasileira.

No segundo semestre de 2005, tivemos um docente uruguaio na matéria “Literatura e Filosofia Ocidental”. Mais uma vez um professor emocionado com a presença dos negros na turma. Ao longo do semestre, ele organizou apresentações de trabalhos sobre literatura grega. Com a nossa presença de afro-estrangeiros, ele deu a sugestão de apresentar algum tema sobre a literatura negra (aqui estamos usando literatura negra no sentido dos textos literários que fazem abordagem à questão do negro ou à cultura negra) ou alguma temática relacionada à negritude.

O colega da República Dominicana escolheu apresentar a relação étnico-racial no seu país; os afro-brasileiros, o mesmo tema no Brasil e também a literatura negra e nós, os haitianos, relatamos a revolução e a literatura haitianas. Buscamos mostrar como se deu a abolição da escravatura que coincidiu com a independência do país e levou nossa nação a ser a Primeira República Negra no Mundo e o primeiro país independente na América Latina, em 1804.

Depois das exposições sobre as relações raciais, literatura negra no Caribe e no Brasil, decidimos manter um grupo de estudo na Universidade sobre a temática para discutir as relações raciais no Brasil e agir diante da desigualdade racial que se expunha para nós enquanto afro-descendentes. Engajamos na luta e começamos nossa análise da lei 10 639: aprovada em 2003 no Brasil, com o objetivo de incluir a cultura africana e afro-brasileira no Currículo Escolar, como forma de integração do afrodescendente na sociedade inter-racial. A meta era – e

continua a ser – incentivar, nos sistemas de ensino, as pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões do mundo, conhecimentos afro-brasileiros e africanos, a fim de ampliar e fortalecer bases teóricas para a educação brasileira.

A relevância do estudo de temas decorrentes da história e da cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, mas também diz respeito às outras etnias, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade pluriétnica, capaz de construir uma comunidade integrada e democrática. Um ano mais tarde, o nosso grupo de estudo passou a chamar-se SANGOMA, (expressão da etnia Zulu, significando o xamã, aquele que preserva o equilíbrio espiritual, um defensor e protetor), a serviço da comunidade. O grupo pretende investigar e promover a cultura africana e afro-brasileira.

A partir de nossos estudos e dos problemas encontrados para conseguir bibliografia sobre a temática, sentimos a necessidade de fundar uma biblioteca. No início de 2007, criamos a primeira Biblioteca Negra de Pelotas, totalmente dedicada a conseguir o maior acervo bibliográfico possível sobre a história e a cultura africana. Ela permite ter uma ideia da enorme bibliografia reunida pela pesquisa sobre os negros e a produção dos intelectuais e escritores negros.

Todos esses elementos colocados motivaram-nos a escolher a temática para desenvolver o trabalho de conclusão do Curso sobre “Frantz Fanon – O Negro: Descolonização e Humanização”. São estas as razões da nossa tomada de consciência da problemática negra e do racismo camuflado. Estando na cidade pelotense, consciente e militante em prol da democracia plena em direitos de cidadania, sentimos a necessidade de trabalhar essa questão.

Depois de ter concluído a graduação, decidimos aprofundar a temática das relações étnico-raciais, mas com outro viés. Dessa vez, no mestrado em Política Social, a partir das discussões sobre políticas sociais e públicas que o programa de pós-graduação oferece em seu currículo. Aproveitamos essa linha de pesquisa para discutir Políticas de Ações Afirmativas. O nosso objetivo é chegar a algumas ações concretas e, para isso, pretendemos contribuir para a discussão sobre a cultura negra a partir deste estudo que busca analisar a percepção dos estudantes afro-brasileiros e brancos da Universidade Federal de Pelotas sobre a

oportunidade de acesso dos afro-brasileiros às universidades públicas do país, particularmente, as chamadas políticas de ações afirmativas para afro-brasileiros.

Atualmente, a repercussão nacional das ações afirmativas, expressa por intermédio de cotas, como possibilidade de acesso à universidade, tem suscitado discussões na sociedade, opiniões e controvérsias, às vezes sem o aprofundamento e as justificativas esperadas. Este estudo sobre as ações afirmativas convida-nos a refletir sobre a caminhada da população negra após a libertação oficial da escravidão, rumo a uma sociedade pretensamente denominada democrática.

No processo de combate ao racismo, são necessárias políticas que devem ir além de leis que proclamem a igualdade de todos (políticas universalistas) e leis que visem punir as práticas racistas e discriminatórias. Tais políticas focalizadas – mas não excludentes – na possibilidade de fazer políticas universalistas, devem atacar as desigualdades raciais, com medidas que intervenham diretamente nas instituições para garantir a presença dos grupos sociais discriminados e fragilizados, como é o caso da população negra.

As políticas de ação afirmativa são comumente definidas como compensatórias, específicas, focalizadas, sendo, portanto, opostas ao ideal republicano de igualdade e direitos universais – porém só para aqueles que detêm o poder socioeconômico –, as quais devem ser materializadas através de políticas também universalistas, aquelas definidas “para todos”.

Nesta investigação fizemos a escolha de utilizar a categoria “negro” como sinônimo de “afrodescendente”, representando os chamados “pretos” e “pardos” da população brasileira. Partimos da hipótese de a percepção dos afro-brasileiros em relação às políticas de ações afirmativas ser a contradição da contradição, a negação da negação, a antítese da antítese. Isto porque um percentual de afro-brasileiros por mais que admitam a pouca representação do afro-brasileiro no ensino superior, além de admitirem existir racismo e desigualdade racial no Brasil, particularmente no ensino superior, eles dizem que essas medidas são discriminatórias e podem provocar o racismo.

Ao desenvolver esta pesquisa numa instituição pública federal, nossa intenção foi, a mais de dar voz aos estudantes afro-brasileiros e brancos como

meio de se pronunciarem a respeito dessas ações que dizem respeito a eles, também conhecer seus posicionamentos em relação a tais ações, tendo em vista que essas políticas para afro-brasileiros estão direcionadas às universidades públicas, sejam elas federais ou estaduais. Também, foi abrangido os três cursos na área da Educação e das Ciências Sociais (Pedagogia, bacharelado e licenciatura em Filosofia e bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais), considerados dos cursos menos procurados no vestibular pelos estudantes, apresentando a percepção dos afro-brasileiros e brancos sobre o tema tratado nesta investigação.

Quanto à estrutura deste trabalho, ele está dividido em dois capítulos: no primeiro, iniciamos com uma discussão teórica sobre os conceitos de política, políticas públicas e sociais, com o objetivo de fundamentar as ações afirmativas enquanto modalidade de políticas sociais. Depois, recorreremos à filosofia do direito para mostrar o lugar das ações afirmativas no contexto constitucional e jurídico, trazendo ao debate a noção de igualdade substancial e a questão da diferença. Mais adiante, destacamos a discussão sobre o conceito de raça, os defensores e aqueles contra o uso desse conceito.

O segundo capítulo desta dissertação é estruturado da seguinte maneira: na primeira parte apresentamos a nossa proposta de projeto de investigação que abrange o problema de pesquisa, os objetivos (geral e específicos), a justificativa da nossa temática, a hipótese, o referencial teórico, configurando a base metodológica da nossa investigação. Na segunda, expomos alguns quadros representando os dados coletados nas duas etapas da pesquisa empírica bem como a análise deles, as suas descrições e interpretações com embasamento teórico.

E, por último, expressamos as considerações finais deste estudo sobre ações afirmativas para afro-brasileiros no tangente à Educação Superior. Mostramos que, apesar de toda a polêmica em torno do tema, o debate sobre ação afirmativa no Brasil ainda é caracterizado pela desinformação. Isso se justifica na medida em que os alunos que entrevistamos, quando perguntávamos sobre as ações afirmativas, eles as relacionavam com cotas raciais. Parece-lhes que essas ações tratam de um sistema sinônimo de “cotas”, adotado, nas mais diversas áreas, para beneficiar exclusivamente os negros. Além do mais, nossos

pesquisados afirmavam pouco saberem sobre essa modalidade de política, portanto, é preciso mais discussão na Universidade.

Temos, assim, dois grupos de opositores entre os entrevistados afro-brasileiros e brancos sobre a ação afirmativa, apesar de todos admitirem que existe racismo no Brasil, particularmente a desigualdade racial. Um grupo é definido como aqueles sem ainda uma opinião formada, porque eles dizem que não são a favor nem contra, simplesmente não usariam as ações afirmativas para afro-brasileiros acessar em os bancos universitários, julgando discriminatória essa modalidade de política. O outro grupo prefere utilizar a ação afirmativa para enfrentar a desigualdade; ao mesmo tempo, todos defendem a ideia de medidas universalistas, com ênfase em propostas de aperfeiçoar a educação pública.

Nas entrevistas, percebemos como alguns alunos afro-brasileiros provocaram indagações em relação à particularidade que as ações afirmativas representam, embora admitiam não haver representação do afro-brasileiro nas universidades brasileiras, inclusive, tomaram de exemplo as suas turmas: entre 40 e 60 alunos, no máximo há 4 a 5 afro-brasileiros.

E em relação aos seus professores, à exceção do Curso de Pedagogia, no qual mencionam dois professores considerados afrodescendentes, os Cursos de Filosofia e Ciências Sociais não têm professores afrodescendentes. Apesar dessa condição desvantajosa dos afro-brasileiros nos meios universitários, alguns percebem a ação afirmativa enquanto uma política discriminatória. De fato, quando definimos essa categoria no primeiro capítulo dessa dissertação, percebemos que realmente essa política tem uma forma de discriminação, mas, para os autores que a defendem, dentre outros, o sociólogo Antônio Sérgio Guimarães, as ações afirmativas são uma política que promove privilégios, isto é, tratamento desigual aos desiguais, portanto, é discriminar os desiguais, porque discriminação é distinguir, estabelecer diferenças entre as pessoas. Nesse caso, para os defensores, é uma discriminação positiva, pelo simples fato que tende a corrigir uma falha inicial.

A POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA – UM DIREITO: A CONTRADIÇÃO DA CONTRADIÇÃO

As ações afirmativas, enquanto políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado discriminatório, cumprem uma finalidade pública decisiva para o projeto democrático, que é a de assegurar a diversidade e a pluralidade social. Constituem medidas concretas que viabilizam o direito à igualdade, com a crença de que a igualdade deve se moldar no respeito à diferença e à diversidade. Através delas transita-se da igualdade formal para a igualdade material e substantiva (PIOVESAN, 2005, p. 39).

Nesse capítulo, abordaremos a Política de Ação Afirmativa, mostrando a origem dessa ação política e a sua acolhida em outras sociedades e depois a apresentaremos na sociedade atual brasileira. O título deste capítulo expressa muito bem o sentido da Política de Ação afirmativa, pois no nosso entendimento, ela é a contradição da contradição. Por quê? Já a Constituição Brasileira, em princípio, prevê o direito à educação para todos os cidadãos brasileiros, mas, na realidade isso não acontece pois milhares de brasileiros não têm acesso a ela, particularmente à Educação Superior. Além do mais, desses milhares de brasileiros, a maioria é de afrodescendentes, ou seja, os afrodescendentes estão ausentes da Universidade. Isso nos leva ao seguinte questionamento: Será que a Universidade tem cor?

Para aprofundar esta indagação, pretendemos abordar o quesito das ações afirmativas, analisando essa política focalizada e discriminatória, mas positiva segundo os seus defensores, para atender as demandas educacionais dos negros no Brasil. Muitos afirmam ser ela uma política discriminatória e de fato é.

Quando conceitualizamos a categoria de discriminação percebemos isso, porque essa categoria estabelece distinção entre as pessoas. Segundo os defensores das ações afirmativas, essas ações buscam corrigir uma desigualdade anterior no país.

De acordo com os apoiadores da política de ação afirmativa, ela procura minimizar as desigualdades raciais educacionais, estabelecendo igualdade de oportunidades e buscando tratar de forma desigual seres desiguais (HABERMAS, 1998; BOBBIO, 1992). Assim, ela representa a contradição da contradição. A ausência do afrodescendente na universidade é uma contradição, porque a Constituição Brasileira garante o acesso à educação de todos. As ações afirmativas, para cumprir essa lei, garantem aos negros um percentual de vagas para acessar os bancos universitários, o que seria outra contradição, porque as vagas nos cursos deveriam ser preenchidas pelos cidadãos brasileiros independente da cor da pele e da classe social do indivíduo.

Assim, discutir política de ação afirmativa como elemento chave para a cultura negra exigirá de nós um posicionamento sobre o que realmente queremos dizer quando apelamos para a construção de projetos e práticas pluriculturais (tão em moda ultimamente). Também nos direcionará a um compromisso político explícito diante da questão racial, entendida aqui como indissolivelmente ligada ao conjunto de questões sociais, culturais, históricas e políticas da sociedade brasileira. Isso nos leva a pensar nas ações afirmativas para os afro-brasileiros e na forma como os educadores e as educadoras, negros e brancos, favoráveis à discussão e à inserção da cultura negra no currículo escolar, posicionam-se diante delas. Por tudo isso, reiteramos que trabalhar, problematizar e discutir educação e cultura negra no Brasil é assumir uma postura política. De forma alguma as relações culturais e sociais entre negros e brancos no Brasil podem ser pensadas como harmoniosas, democráticas e diluídas nas questões socioeconômicas.

1. 1 DIALOGANDO COM OS CONCEITOS DE POLÍTICA, POLÍTICA PÚBLICA, POLÍTICA SOCIAL E AÇÃO AFIRMATIVA

Para iniciar o capítulo, dialogaremos com os conceitos de política no sentido clássico-filosófico do termo quanto à política pública e à política social. Em *O Convite à Filosofia*, Marilena Chauí afirma ser a palavra “política” derivada do grego “*Ta politika*” e significar tudo referente à cidade (em grego, “polis”). Mas o conceito de “polis” é mais abrangente do que o nosso conceito de município. Na Grécia antiga, entre os séculos VIII e VI antes de Cristo, surgiram as “polis”: eram, ao mesmo tempo, a cidade e o território agropastoril em seus arredores, que formavam uma unidade administrativa autônoma e independente, uma Cidade-Estado, quase um país nos dias de hoje. Atenas e Esparta são as Cidades-Estado mais famosas da Antigüidade grega.

No início, quando se falava em política, a expressão referia-se a tudo quanto fosse urbano, civil, público. O significado do termo, porém, expandiu-se graças à influência de uma obra do filósofo Aristóteles (384-322 a.C), intitulada *Política*. Nela, ele desenvolveu o primeiro tratado sobre a natureza, as funções e a divisão do Estado, ou seja, o conjunto das instituições que controlam e administram um país e ainda sobre as várias formas de governo.

Para Aristóteles (1998) “*o homem é por natureza um animal político*”, isto é, um ser vivo que, por sua essência, é feito para a vida da cidade. No contexto da filosofia aristotélica, essa definição é plausível e revela a intenção teleológica do filósofo na caracterização do sentido último da vida do homem: o viver na *pólis*, onde o homem se realiza como cidadão, manifestando, no termo de um processo de constituição de sua essência, a sua natureza.

Em latim, o termo usado para definir *pólis* é *Civitas*, portanto, a Cidade como ente público e coletivo. *Ta política* na tradução latina iguala-se a *Res publica*, significando, desse modo, os negócios públicos dirigidos pela população romana, isto é, os cidadãos livres e iguais, nascidos no solo de Roma.

Os dois conceitos *Pólis* e *Civitas* equivalem ao que, no vocabulário político moderno, chamamos de Estado: o conjunto das instituições públicas (leis, erário público, serviços públicos) e sua administração pelos membros da Cidade.

Nas palavras de CHAÚÍ (2000, p. 349):

Ta politika e res publica correspondem ao que é designado modernamente por práticas políticas, referindo-se ao modo de participação no poder, aos conflitos e acordos na tomada de decisões e na definição das leis e de sua aplicação, no reconhecimento dos direitos e das obrigações dos membros da comunidade política e às decisões concernentes ao erário ou fundo público.

Quando afirmamos terem os gregos e romanos inventado o conceito de política, isso não significa que, antes deles, não existia a relação de poder e de autoridade, mas sim, que eles inventaram o poder e a autoridade políticos propriamente ditos.

Política, então, passou a designar a arte ou ciência do governo, isto é, a reflexão sobre essas questões, seja para descrevê-las com objetividade, seja para estabelecer as normas que devem orientá-la. Durante séculos, o termo foi usado para designar obras dedicadas ao estudo das atividades humanas, as quais, de algum modo, se referem ao Estado. Segundo Pereira (2008), política, atualmente, perdeu seu significado original, gradativamente substituído por outras expressões como “ciência política”, “filosofia política”, “ciência do Estado”, “teoria do Estado” etc. Portanto, política passou a designar mais as atividades, as práticas relacionadas ao exercício do poder de Estado.

Em *Discussões Conceituais Sobre Política Social como Política Pública e Direito de Cidadania*, Potyara Pereira aborda a questão política como uma dimensão humana, ou seja, a política como uma relação entre pessoas diferentes ou desiguais, a partir do referencial teórico de Anna Harent (1998). Segundo Pereira (2008, p. 88):

A política não é inerente à natureza dos homens, mas resulta do imperativo de convivência entre eles, que não apenas são diferentes do ponto de vista da idade, do sexo, da cor, da etnia, mas possuem valores, crenças, opiniões e ideologias distintas e estão desigualmente situados na estrutura social (de classe e status).

Avançando em seu argumento, Potyara Pereira afirma:

Tudo isso gera os mais variados conflitos que exigem equacionamentos para impedir o caos. Mas, os conflitos ou as divergências não são em si maus, porque movem a história e o próprio desenvolvimento político; e podem, graças ao consenso,

assumir a forma de regulação civilizada e substituir outras formas arbitrárias do uso do poder (PEREIRA, 2008, p. 88).

Por esta citação de Potyara, podemos verificar que a política permite a organização do social como espaço instituído, historicamente construído e articulado por conflitos, propiciando a diversificação e a multiplicidade dos direitos de cidadania, conforme Bobbio (1992). Além disso, tendo como meta as vantagens da comunidade e a satisfação das necessidades sociais, a política converte-se em participação democrática.

A finalidade da política era a justiça entendida como concórdia, conseguida na discussão pública de opiniões e interesses contrários. O debate dos opostos, a exposição persuasiva dos argumentos antagônicos deviam levar à vitória do interesse mais bem argumentado, aprovado pelo voto da maioria.

Surgiram assim as Políticas Públicas que vêm sendo discutidas em todas as áreas do conhecimento. No entanto, é no âmbito da Ciência Política que elas ganham um grande destaque nas discussões teóricas, como mostra Souza (2006) em seu artigo “*Políticas Públicas: uma revisão da literatura*”. Nele, o autor mostra uma visão geral de como uma política pública é vista pela Academia: primeiro, como um equilíbrio no orçamento entre receita e despesa; segundo, como uma nova visão do Estado, a qual deixa de ser uma política kenynesiana, para ser uma política restrita aos gastos; terceiro, é a relação existente entre os países desenvolvidos e os que iniciaram a sua caminhada democrática recentemente, de um modo particular, “*os países da América Latina que ainda não conseguem administrar bem os seus recursos públicos e equacionar os bens em benefício de sua população, de modo a incluir os excluídos*” (SOUZA, 2006, p. 45).

Souza (2006) diz estarem as Políticas Públicas, na sua essência, ligadas fortemente ao Estado. Este é que determina como os recursos são usados para o benefício de seus cidadãos, fazendo uma síntese de alguns teóricos cultores do tema das Políticas Públicas relacionadas às instituições que dão a última ordem: como o dinheiro, sob forma de impostos, deve ser acumulado e como precisa ser investido. No final, realizam a prestação da conta pública do dinheiro gasto em favor da sociedade.

Com uma visão mais próxima à de Souza (2006), Fernandes (2007) em seu artigo “*Políticas Públicas: Definição, evolução e o caso brasileiro na política social*”, defende a ideia de as Políticas Públicas se manifestarem através de duas dimensões que se complementam: a do administrativo técnico e a do aspecto político, como pode ser observado na citação a seguir.

Costuma-se pensar o campo das políticas públicas unicamente caracterizado como administrativo ou técnico, e assim livre, portanto do aspecto ‘político’ propriamente dito, que é mais evidenciado na atividade partidária eleitoral. Esta é uma meia-verdade, dado que apesar de se tratar de uma área técnico-administrativa, a esfera das políticas públicas também possui uma dimensão política uma vez que está relacionada ao processo decisório (FERNANDES, 2007, p. 203).

As Políticas Públicas podem ser entendidas como diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para estabelecer as relações entre poder público e sociedade; mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos), orientadoras de ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas.

Segundo Pereira (2008, p. 92), “*A política pública, por sua vez, faz parte do ramo de conhecimento denominado ‘policy science’ que, segundo Howlett & Ramesh [...], surgiu nos Estados Unidos e na Europa, no segundo pós-guerra*”. Essa corrente apareceu quando os estudiosos na área da política buscaram compreender a forma como se dá a relação entre governos e cidadãos.

As Políticas Públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder; o papel do conflito social nos processos de decisão; a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social envolvendo vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para se possibilitar um mínimo de consenso e, assim, as Políticas Públicas possam ser legitimadas e obter eficácia.

Com relação à política social, ela é um conceito que a literatura especializada não define precisamente. De um ângulo bem geral, no âmbito das Ciências Sociais, a política social é entendida como modalidade de Política Pública e, pois, como ação de governo com objetivos específicos.

A política social é uma dimensão necessária da democracia nas sociedades modernas e está estreitamente ligada aos valores da equidade que fundam a legitimidade política e a concepção que as sociedades e os governos têm do seu projeto político e de seu destino (IVO, 2004, p. 57).

Segundo Ivo (2004), no quadro institucional, as políticas sociais integram um sistema de ação complexo resultante de múltiplas causalidades, de diferentes atores e campos de ação social e pública: proteção contra riscos; combate à miséria; desenvolvimento de capacidades que possibilitem a superação das desigualdades e o exercício pleno da cidadania; redistribuição de riquezas etc. Assim, elas são dispositivos institucionais criados com o objetivo de assegurar a cada um as condições materiais de vida que lhe permitam, como cidadão, exercer seus direitos sociais e cívicos. Atuando no âmbito redistributivo, elas envolvem necessariamente relações de poder e são, portanto, conflitivas e qualificadoras da democracia e do projeto de inclusão social das sociedades.

As políticas sociais tratariam dos planos, programas e medidas necessários ao reconhecimento, implementação, exercício e gozo dos direitos sociais reconhecidos em uma dada sociedade como incluídos na condição de cidadania, gerando uma pauta de direitos e deveres entre aqueles aos quais se atribui a condição de cidadãos e seu Estado. Esta relação jurídica de reciprocidade inclui, além dos direitos sociais, os direitos civis e políticos, sendo que, embora cada um destes elementos tenha tido um curso histórico distinto no seu desenvolvimento, atualmente estão entrelaçados e indissociavelmente vinculados à noção de cidadania (TEXEIRA, 1985, p. 400).

Após essa reflexão sobre o conceito de política social, cabe salientar que elaborar uma Política Pública significa definir *quem decide o quê, quando*, com que *consequências* e *para quem*. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Nesse sentido, cabe distinguir “Políticas Públicas” de “Políticas Governamentais”. Nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Para serem “públicas”, é preciso considerar a

quem se destinam os resultados ou benefícios e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público. Nesta perspectiva, pedimos emprestados as palavras de Pereira (2008, p. 94):

A palavra pública que sucede a palavra política, não tem identificação exclusiva com o Estado. Sua maior identificação é com o que em latim se denomina de res publica, isto é, res (coisa), publica (de todos), e, por isso, constitui algo que compromete tanto o Estado quanto a sociedade. É, em outras palavras, ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo.

As Políticas Públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação. É preciso entender composição de classe, mecanismos internos de decisão dos diversos aparelhos, seus conflitos e alianças internas da estrutura de poder, que não é monolítica ou impermeável às pressões sociais, já que nela se refletem os conflitos da sociedade.

Quando se fala de política pública, está se falando de uma política cuja principal marca definidora é o fato de ser pública, isto é de todos, e não porque seja estatal (do Estado) ou coletiva (de grupos particulares da sociedade) e muito menos individual. O caráter público desta política não é dado apenas pela sua vinculação com o Estado e nem pelo tamanho do agregado social que lhe demanda atenção [...], mas pelo fato de significar um conjunto de decisões e ações que resulta ao mesmo tempo de ingerências do Estado e da sociedade (PEREIRA, 2008, p. 94).

Diante de tudo o que foi exposto até agora, podemos afirmar que a Política de Ação Afirmativa, o foco de nosso trabalho, se enquadra no âmbito das políticas sociais, por tratar dos planos, programas e medidas necessários ao reconhecimento, implementação, exercício e gozo dos direitos sociais dos inferiorizados, no Brasil os negros que devem ser reconhecidos na sociedade brasileira como incluídos na condição de cidadania, gerando uma pauta de

direitos e deveres do Estado em promover igualdade de oportunidades na Educação Superior brasileira.

O conceito de ação afirmativa originou-se na Índia imediatamente após a Primeira Guerra Mundial, ou seja, bem antes da própria independência deste país. Em 1919, Bhimrao Ramji Ambedkar (1891-1956), jurista, economista e historiador, membro da casta “intocável” Mahar propôs, pela primeira vez na história, e em pleno período colonial britânico, a “representação diferenciada” dos segmentos populacionais designados e considerados como inferiores.

A vida política e a obra teórica de B. R. Ambedkar sempre estiveram voltadas à luta pelo fim do regime de castas (OMVEDT, 1974; RODRIGUES, 2002; AGARWAL, 1991; MOWLI, 1990; CHAVAN, 2001). Para ele, quebrar os privilégios historicamente acumulados pelas “castas superiores”, significava *instituir políticas públicas diferenciadas e constitucionalmente protegidas em favor da igualdade para todos os segmentos sociais*.

Os Estados Unidos se converteram no primeiro país do “Primeiro Mundo” a incorporar à sua legislação e prática social mecanismos surgidos do contexto geral de descolonização do mundo afro-asiático, no intuito de emancipar um segmento subalternizado. Em consequência da luta pelos direitos civis, desencadeada nos anos 50, pela comunidade afro-norte-americana, o Estado Federal incorporou o conceito de políticas públicas de Ações Afirmativas nos anos 60.

A expressão “ação afirmativa” foi utilizada pela primeira vez em 1961, numa Ordem Executiva do Presidente John Kennedy, referente à necessidade de promover a igualdade social entre negros e brancos nos Estados Unidos. Embora seja um termo criado por norte-americanos, em função de um contexto norte-americano, o conceito nele encerrado – o de compensar, no presente, determinados segmentos sociais pelos obstáculos que seus membros enfrentam, por motivo da discriminação e marginalização às quais esses grupos foram submetidos no passado – está subjacente em muitas práticas implementadas em sociedades tão diferentes quanto as da Índia, Malásia, Nigéria, China, das antigas Iugoslávia e União Soviética, Cuba e Nova África do Sul, Colômbia, Alemanha e de outros países europeus.

Na Índia, por exemplo, já na década de 40, foram tomadas medidas para garantir assentos, no parlamento, aos representantes das castas ditas inferiores, principalmente a casta dos intocáveis. Sem qualquer sombra de dúvida, essa prática aumentou a representação política daquelas castas.

Nos Estados Unidos, programas de ações afirmativas vêm sendo usados, há muitos anos, voluntariamente pelas empresas, com o objetivo de constituir uma força de trabalho diversificada, que refaça sua base de consumo e as ajude a competir com eficácia num mundo de negócios internacionais, caracterizado pela pluralidade racial. Com efeito, recente estudo realizado nas quinhentas maiores empresas – segundo classificação da revista Forbes – encontrou uma correlação positiva entre o emprego da ação afirmativa na área de recrutamento e seleção e a lucratividade dessas empresas. As que adotam a ação afirmativa apresentam, em média, uma lucratividade cerca de 18 % superior às demais.

De acordo com os defensores das ações afirmativas, tratar de maneira igual pessoas que foram secularmente marginalizadas é operar com um sofisma, porque simula uma aparência de democracia. Portanto, segundo esses últimos, devemos adotar, no Brasil, algum tipo de política da ação afirmativa, com o fim de criar uma sociedade em que a democracia seja efetiva e não apenas teórica. E seguem com a argumentação, afirmando o que o Brasil não deve fazer: a mera importação de modelos adotados por outros países, sem antes adaptá-los e ajustá-los à sua realidade. Para tanto, é necessário desenvolver o próprio modelo de ação afirmativa, tendo em vista as especificidades do país.

A ação afirmativa não se refere exclusivamente à Educação Superior, trata-se de uma medida essencial para promover a igualdade, combater a desigualdade e o racismo, criando órgãos e medidas para reverter a realidade socioeconômica e cultural dos diferentes.

A Constituição Brasileira, em seu Artigo 23, X, enseja a possibilidade de se adotarem Políticas Públicas para a população negra: é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “*combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos*”.

No plano material, o princípio da igualdade é abordado pela Constituição de modo mais complexo. Quando assegura o direito a igualdades substanciais, relativas por um lado, impede o tratamento desigual e por outro, impõe ao Estado uma ação positiva no sentido de criar condições de igualdade, o que frequentemente implica tratamento desigual aos indivíduos.

Na medida em que trata de forma desigual pessoas desiguais, em relação à sua desigualdade, a lei estará tratando substantivamente de maneira igual a todos. Exemplo disso é a reserva, feita pela própria Constituição (Art. 37, VIII), de um percentual de cargos e empregos públicos aos portadores de deficiências; ou a progressividade na cobrança dos impostos (Art. 145 §1º); ou ainda a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos (Art. 7º, XX). Pela Constituição brasileira, portanto, não é ilegal discriminar positivamente, com o objetivo de criar melhores condições para determinado grupo, historicamente não privilegiado pela sociedade. Essa visão vem ao encontro da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, de que o Brasil é signatário.

No tangente à questão jurídica, os críticos das ações afirmativas asseguram que essa política vai em sentido contrário à Constituição Brasileira de 1988, pois pessoas, na maioria branca, sentem-se prejudicadas por ela. Por isso, um grupo daqueles contrários a essa política, fizeram uma Carta Pública ao Congresso Nacional, entregue aos presidentes da Câmara dos deputados e do Senado Federal em 29 de junho de 2006. Nesta Carta, frisaram:

O princípio da igualdade política e jurídica dos cidadãos é um fundamento essencial da república e um dos alicerces sobre os quais repousa a Constituição brasileira. Este princípio encontra-se ameaçado de extinção por diversos dispositivos dos projetos de Lei de Cotas (PL 73/1999) e do Estatuto da Igualdade Racial (PL 3. 198/2000) que logo serão submetidos a uma decisão final no Congresso Nacional (Carta pública ao Congresso Nacional, 2007, p. 345).

O projeto de lei nº 213, de 2003 (Substitutivo), de autoria do senador Paulo Paim que institui o Estatuto da Igualdade Racial, já aprovado no Senado Federal, é um projeto de lei cujo alvo é fixar direitos para segmentos da população brasileira nomeados na lei como afro-brasileiros, os quais, no parágrafo 3º do artigo 3º são assim definidos: “*Para efeito deste Estatuto, consideram-se afro-*

brasileiros as pessoas que se classificam como tais e/ou como negros, pretos, pardos ou definição análoga” (Estatuto da Igualdade Racial, 2006, p. 13). Definido o seu público-alvo, esclarecem-se seus objetivos e diretrizes e seu artigo 1º *“institui o Estatuto da Igualdade Racial, para combater a discriminação racial e as desigualdades raciais que atingem os afro-brasileiros, incluindo a dimensão racial nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado”* (Estatuto da Igualdade Racial, 2006, p. 13). No artigo 4º, declara:

Além das normas constitucionais relativas aos princípios fundamentais, aos direitos e garantias fundamentais, aos direitos sociais, econômicos e culturais, o Estatuto da Igualdade Racial adota como diretriz político-jurídica a reparação, compensação e inclusão das vítimas da desigualdade e a valorização da diversidade racial (Estatuto da Igualdade Racial, 2006, p. 14).

O projeto de lei nº 3. 627, de 2004, substitutivo do relator Deputado Carlos Abicalil ao Projeto de lei nº 73 de 1999, da Srª Nica Lobão, que *“introduz cotas sociais e raciais, propõe a reserva de 50% das vagas nas entidades do ensino superior federal para quem cursou todo o ensino fundamental e médio no ensino público, com um percentual das vagas reservadas para afro-brasileiros e índios”* (Estatuto da Igualdade Racial, 2006, p. 45). O Estatuto vai mais a fundo: propõe cotas para afro-brasileiros também em programas de televisão, incentivos fiscais para as empresas privadas que adotarem políticas de cotas, cotas para os cargos públicos.

Para os críticos (FRY, 2005; MAGGIE, 2007; PENA, 2007) dessa modalidade de política, tais projetos de lei liquidam uma conquista democrática fundamental: a igualdade jurídica entre os cidadãos, ou seja, entre todos os brasileiros, sem nenhuma distinção. Eles mostram que estas políticas prestam-se a desviar as lutas sociais das verdadeiras reivindicações populares. O governo (qualquer que seja) abre uma saída para o vapor, dando uma “esmola” (as cotas aliviam a pressão da luta por vagas para todos, por serviços públicos para todos).

Joaquim B. Barbosa Gomes ao citar o jurista português Guilherme Machado Dray, mostra este último afirmar que

A igualdade de direitos não era, por si só, suficiente para tornar acessíveis a quem era socialmente desfavorecido as oportunidades de que gozavam os indivíduos socialmente privilegiados. Importaria, pois, colocar os primeiros ao mesmo

nível de partida. Em vez de igualdade de oportunidades, importava falar em igualdade de condições (GOMES, 2003, p. 47).

A discussão sobre políticas para a igualdade racial no Brasil, contudo, não é recente. Um primeiro registro da hoje chamada ação afirmativa data de 1968, quando o Ministério do Trabalho manifestou-se a favor da criação de uma lei que obrigasse empresas privadas a contratarem uma porcentagem de empregados negros. Mas tal lei não chegou a ser elaborada (SANTOS, 1999, p. 222). Foi somente nos anos de 1980, com a redemocratização do país, que o então deputado federal Abdias Nascimento formulou o primeiro projeto de lei propondo uma “ação compensatória” ao afro-brasileiro em diversas áreas da vida social como reparação pelos séculos de discriminação sofrida.

O debate, restrito até então ao movimento negro e a alguns intelectuais, amplia-se a partir de meados dos anos de 1990. Em 1995, pela primeira vez, o presidente da República reconhece ser o Brasil um país racista e organiza um encontro, no ano seguinte, com o objetivo de pensar ações que modifiquem tal situação. O momento simboliza uma mudança na maneira como o Poder Público vinha tratando a questão das relações. Os programas de ação afirmativa que começaram a vigorar em algumas universidades brasileiras surgiram articulados com movimentos sociais que exigiam maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços.

Ligadas a sociedades democráticas pautadas no mérito individual e na igualdade de oportunidades como seus principais valores, essas ações propõem uma desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida ou nunca existiu (GUIMARÃES, 1997). Além do Brasil, já foram experimentadas em países como a Índia, após a independência; os Estados Unidos, no processo de extinção de leis segregacionistas; em países europeus, com relação aos imigrantes de ex-colônias e à população feminina.

Mas por que este continua um tema tão controverso e objeto de intensas disputas? Mais do que avaliar os argumentos contrários e favoráveis acerca das políticas de ação afirmativa, pretendemos discutir dois de seus aspectos mais polêmicos, quais sejam: a complexa relação de igualdade e a consequente identificação racial que supõem tais políticas, por meio da análise do debate

teórico a respeito e como se concretizaram em uma experiência prática no âmbito do ensino superior.

1. 2 POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA NA PERSPECTIVA DA FILOSOFIA DO DIREITO

Existem dois significados clássicos de justiça: um identificando-a com a legalidade e outro considerando justa uma ação que respeita certa relação de igualdade. Em diversos ordenamentos sociais contemporâneos, sua conservação tem sido associada à observação de ambos os princípios de modo conjugado: “A alteração da igualdade é um desafio à legalidade constituída, assim como a não observância das leis estabelecidas é uma ruptura do princípio de igualdade no qual a lei se inspira” (BOBBIO, 1997, p. 15).

De acordo com Rawls,

(...) ninguém merece a maior capacidade natural que tem, nem um ponto de partida mais favorável na sociedade. Mas, é claro, isso não é motivo para ignorar essas distinções, muito menos para eliminá-las. Em vez disso, a estrutura básica [da sociedade] pode ser ordenada de modo que as contingências trabalhem para o bem dos menos favorecidos. Assim somos levados ao princípio da diferença se desejamos montar o sistema social de modo que ninguém ganhe ou perca devido ao seu lugar arbitrário na distribuição de dotes naturais ou à sua posição inicial na sociedade sem dar ou receber benefícios compensatórios em troca (RAWLS, 2002, p. 108).

Para o autor, a distribuição natural de talentos ou a posição social que cada indivíduo ocupa não são justas nem injustas; o que as torna justas ou não são as maneiras pelas quais as instituições as utilizam. Rawls propõe o que define como igualdade democrática, obtida por meio da combinação do princípio da igualdade de oportunidades com o princípio da diferença (RAWLS, 2002, p. 79). Nascer com alguma deficiência física ou mental, por exemplo, não é uma questão de escolha individual; talentos naturais e circunstâncias sociais são ambos resultantes da sorte, o que está além da decisão de cada um:

Aqueles que nasceram com alguma deficiência não possuem uma igual oportunidade de adquirir benefícios sociais, e sua ausência de sucesso não tem nenhuma relação com suas escolhas ou esforços. Se estivermos genuinamente interessados em remover desigualdades não merecidas, então a visão dominante de igualdade de oportunidades é inadequada (KYMLICKA, 1996, p. 57).

Dialogando com as questões de sua época, seu princípio da diferença tem vários pontos de aproximação com as políticas de ação afirmativa, ainda que não sejam a mesma coisa. Para Rawls, as desigualdades de nascimento, os dons naturais e as posições menos favorecidas advindas de gênero, raça, etnia são imerecidas e têm de ser compensadas de algum modo:

O princípio (da diferença) determina que a fim de tratar as pessoas igualmente, de proporcionar uma genuína igualdade de oportunidades, a sociedade deve dar mais atenção àqueles com menos dotes inatos e aos oriundos de posições sociais menos favoráveis. A ideia é de reparar o desvio das contingências na direção da igualdade (RAWLS, 2002, p. 107).

Àqueles que consideram injusta a compensação por supostamente atentar contra a noção de mérito, Rawls questiona o quão meritórios são os dotes naturais ou as posições desfavoráveis socialmente. Serão resquícios de sociedades religiosas, nas quais os dons e o *status* social são distribuídos de acordo com a casta à qual pertencemos? Concluiu, pois, que esta não é uma questão que envolve o mérito. Talvez alguns pensarão que uma pessoa com maiores dons naturais mereça aquelas vantagens e o caráter superior que tornou possível seu desenvolvimento. Porque é mais digna neste sentido, ela merece as maiores vantagens que puder alcançar com seus dons.

Esta visão, entretanto, é certamente incorreta. Um dos pontos recorrentes de nossos juízos analisados até agora é ninguém merecer o seu lugar na distribuição dos dons naturais, mais do que mereça seu ponto de partida na sociedade. Afirmar que um homem merece o caráter superior que lhe permite esforçar-se para cultivar suas habilidades é igualmente problemático, pois seu caráter depende largamente de uma família privilegiada e de circunstâncias sociais, pelas quais não tem mérito algum. Não parece aplicar-se a noção de merecimento a tais casos. Dessa forma, o homem representativo mais

privilegiado não pode dizer que o mereça e, portanto, que tenha direito a um esquema de cooperação no qual lhe seja permitido adquirir benefícios de modo que não contribuam ao bem-estar alheio (RAWLS, 2002).

Rawls distancia-se da tradição liberal ancorada na ideia de igualdade de oportunidades e de sua respectiva concepção de mérito, circunscrita a algumas situações sociais. Ao rediscutir o ideal meritocrático, ressalta suas limitações e ressignifica-o historicamente ao considerá-lo no âmbito dos usos e fins que a sociedade atribui às diferenças, inatas ou sociais. É sob esta perspectiva que concebe o princípio da diferença como algo intrínseco à estrutura da sociedade.

Observando o debate brasileiro atual sobre relações raciais, percebe-se que o reconhecimento da existência de desigualdades entre grupos raciais no acesso a bens e serviços é objeto de razoável consenso. Vários estudos, como aqueles realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), demonstram o quão profundas são as distâncias entre brancos e negros (pretos e pardos) em quase todas as esferas da vida social. Contudo, as explicações do porquê de tal situação e, principalmente, as proposições de soluções adentram um terreno controverso.

Não serão as condições desfavoráveis da população negra, na verdade, consequência da pobreza em que vivem, e causadora da ausência desses nas universidades? E, sendo assim, não seria mais adequado adotar políticas universais em vez de políticas direcionadas a grupos raciais específicos? Afinal, existe racismo no Brasil ou não? Há um problema especificamente racial no país ou só econômico? As políticas de ação afirmativa tencionam não apenas os marcos da tradição liberal universalista e sua noção de igualdade e mérito, mas também a noção de povo mestiço convivendo sob uma harmonia racial, ideia com a qual o Brasil tem se identificado há anos. *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, foi a obra que mais influenciou essa imagem positiva da mestiçagem brasileira, tida pelo autor como um símbolo *per se* de sociedade antirracista. Como poderiam existir diferentes “raças” em um país tão densamente miscigenado? Em momentos de transição para a modernidade, de industrialização e construção do país que foram os anos de 1930, o passado escravista teria de ser superado em nome de um ideal de harmonia e democracia nas relações entre os grupos étnicos.

Nos anos de 1950, os estudos desenvolvidos por Florestan Fernandes romperam com o paradigma culturalista anterior e inauguraram uma nova interpretação das relações raciais brasileiras, com um enfoque mais estrutural-funcionalista. Em *A integração do negro na sociedade de classes* (1965), Fernandes ressalta o racismo e as desigualdades raciais existentes no país e questiona a suposta democracia racial, redefinida como um mito, uma falsa realidade que, paradoxalmente, contribui para inviabilizar sua própria efetivação.

O autor observa que, apesar do fim do sistema escravista, a ordem racial permaneceu intacta, estabelecendo-se “*uma espécie de composição entre o passado e o presente, entre a sociedade de castas e a sociedade de classes*” (FERNANDES, 1978, p. 248). O antigo regime persistiria na mentalidade, no comportamento, na organização das relações sociais e nas desigualdades entre brancos e negros.

No entanto, ele imaginava que, com a intensa industrialização e as mudanças estruturais na sociedade brasileira, as injustiças raciais históricas seriam superadas. Contrapondo-se à perspectiva de Florestan Fernandes, as pesquisas realizadas por Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva nos anos de 1980 mostraram a relevância da discriminação propriamente racial como um traço contemporâneo da sociedade brasileira. Mais que uma herança da escravidão, observaram elas decorrerem das desigualdades socioeconômicas entre brancos e negros – ou não brancos, como preferem – da discriminação racial que se perpetua nas sociedades capitalistas.

Eles compreendem o racismo como uma ideologia e um conjunto de práticas que re-elaboram as “sobrevivências” do antigo regime e as transformam dentro da nova estrutura social (HASENBALG, 1979, p. 76). A “raça”/cor é vista como um “*esquema classificatório e um princípio de seleção racial que está na base da persistência e da reprodução de desigualdades sociais e econômicas entre brasileiros brancos e não brancos*” (HASENBALG e SILVA, 1992, p. 11).

Para Antônio Sérgio Guimarães, a identificação e a utilização de critérios raciais tornam-se necessárias diante da maneira como opera o racismo na sociedade brasileira. Polarizando com a visão de Yvonne Maggie e Peter Fry, entende que a “raça”, embora não exista biologicamente, tem uma presença

nominal no mundo social. Ele sustenta o uso público do termo “raça” como uma estratégia antirracista. Concebe-o não apenas como:

Uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de “cor” enseja são efetivamente raciais e não apenas de “classe” (GUIMARÃES, 2002, p. 50).

A sociedade de classes no Brasil não suporia uma ordem social igualitária e relações sociais abertas. Recorrendo a Roberto Da Matta, Guimarães irá afirmar que as peculiaridades de nosso racismo se relacionam à estrutura profundamente hierarquizada da sociedade brasileira, na qual cada um tem um lugar definido:

Aqui, o senhor não se sente ameaçado ou culpado por estar submetendo um outro homem ao trabalho escravo, mas, muito pelo contrário, ele vê o negro como seu complemento natural, como um outro que se dedica ao trabalho duro, mas complementar às suas próprias atividades que são as do espírito. Assim a lógica do sistema de relações sociais no Brasil é a de que pode haver intimidade entre senhores e escravos, superiores e inferiores, porque o mundo está realmente hierarquizado (DAMATTA, 1993, p. 75).

É diante dessa situação complexa de desigualdade racial que aparecem os programas de ação afirmativa para garantir uma igualdade nas oportunidades de acesso à universidade. Conforme Munanga (2003, p. 99):

Nos países onde já foram implantadas (Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Índia, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia e Malásia, entre outros), elas visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devidas à sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação. Daí as terminologias de “equal opportunity policies”, ação afirmativa, ação positiva, discriminação positiva ou políticas compensatórias.

As experiências analisadas, porém, não nos permitem afirmar que apenas políticas universais seriam suficientes para resolver uma situação de desigualdade racial que perdura há anos em vários países. Isso porque, além da discriminação social, os negros enfrentam também a discriminação racial, ou seja, existe nesse caso uma situação de dupla discriminação. Ao invés de excludentes, essas são medidas, na verdade, complementares. A utilização de políticas de

ação afirmativa no Ensino Superior brasileiro, por exemplo, não poderá prescindir da expansão e melhoria na qualidade da educação básica. Considerando ainda o modo intrincado com que raça e classe se relacionam no Brasil, a extensão da igualdade almejada dependerá, em muito, da capacidade de combinarmos políticas sociais e raciais.

Kabengele Munanga em “*Políticas de Ação Afirmativa em Benefício da População Negra no Brasil – Um Ponto de Vista em Defesa de Cotas*” (2003), aponta uma série de argumentos contra as ações afirmativas e depois faz a defesa a favor dessas políticas. Por exemplo, ele mostra que

[...] Reações absurdas e inimagináveis vieram dos setores informados e esclarecidos que geralmente têm voz na sociedade brasileira. Que absurdo, reservar vagas para negros, o que caracterizam como uma injustiça contra alunos brancos pobres! Aqui somos todos mestiços, quer dizer que no Brasil não existem mais nem negros, nem brancos, nem índios, nem japoneses, por causa do alto degrau de mestiçagem. Aqui, não estamos nos Estados Unidos para impor soluções que nada tem a ver com nossa realidade genuinamente brasileira, etc... (MUNANGA, 2003, p. 100).

Ele segue com os argumentos:

A política de cotas raciais poderia prejudicar a imagem profissional dos funcionários, estudantes e artistas negros, porque eles serão sempre acusados de ter entrado por uma porta diferente. Ou seja, no momento das grandes concorrências as cotas poderiam perigosamente estimular os preconceitos. Pior ainda, sob pretexto de favorecer materialmente uma população desfavorecida, essa política pode prejudicar os valores mais respeitáveis: o orgulho e a dignidade da população negra. Outro argumento que as pessoas que estão contra as ações afirmativas sempre colocam: o Brasil é um país mestiço, portanto é impossível determinar quem é negro e quem é branco (MUNANGA, 2003, p. 103).

Diríamos: será que é tão difícil no Brasil identificar quem é negro e quem é branco? Se seguirmos essa linha de pensamento, poderíamos afirmar que no país não existe discriminação racial devido a esse argumento. Aqueles que defendem essa ideia admitem haver discriminação racial, mas ser um país mestiço. Afinal, existe racismo ou não no Brasil? Enfim, quem é racista no país? Ora, para distinguir um negro de um branco, para discriminá-lo no lugar de trabalho, nos espaços sociais etc... sabem identificá-lo enquanto negro, mas para

implementar políticas discriminatórias como forma de reparação de muitos anos de escravidão e de destruição da cultura do negro, da sua história, não existe mais negro nem branco, existe só mestiço. Nessa perspectiva, concordamos perfeitamente com essa citação de José Jorge de Carvalho:

Não é que as pessoas são contra as cotas porque tenham algum argumento verdadeiro. Elas simplesmente são contrárias porque, se abrirem cotas para os negros, vão diminuir as cotas para as pessoas brancas: os filhos deles que querem entrar na universidade pública. É simples, eles vão perder uma parte dos privilégios que não querem perder (CARVALHO, 2001, p. 29).

Nesse aspecto, baseando no argumento de Carvalho, reiteramos que as políticas de ações afirmativas não ferem direito de ninguém, mas somente dão oportunidades, em uma sociedade desigual como a do Brasil. O sentido da ação afirmativa deve ser amplamente socializado, justamente porque o conceito de ação afirmativa ainda permanece nebuloso. Políticas de ação afirmativa consistem em: *“Promover privilégios de acesso a meios fundamentais – educação e emprego, principalmente - às minorias étnicas, raciais ou sexuais que, de outro modo, estariam deles excluídas, total ou parcialmente”* (GUIMARÃES, 1997, p. 233). O autor justifica a validade de ações afirmativas recorrendo à Filosofia do Direito, segundo a qual tratar com igualdade pessoas que, na realidade, são desiguais, trará em consequência o aumento da desigualdade.

A questão do negro na educação superior está na pauta dos intelectuais que fazem a análise da sociedade, da universidade e da possibilidade de acesso à universidade daqueles historicamente excluídos dos bens econômicos, materiais e culturais. Não resta dúvida de as Políticas Públicas de ação afirmativa serem, em grande parte, responsáveis por colocarem a realidade social do negro, bem como a sua condição de cidadão entre os temas mais debatidos nos últimos três anos, no Brasil.

Norberto Bobbio (2002) considera que um dos pilares da democracia social é o princípio da igualdade de oportunidades, ou de chances de pontos de partida. Trata-se da aplicação da regra de justiça a uma situação na qual existem várias pessoas em competição para obter um objetivo único, ou seja, um dos objetivos que só pode ser alcançado por um dos concorrentes (como o sucesso numa corrida, vitória num jogo...). Para ele, de forma geral, o princípio da igualdade de oportunidades objetiva colocar toda a sociedade em condições de participar de

determinada conquista: a de competir pela vida, valendo-se de posições iguais. O autor argumenta, porém, ter-se de atentar às posições de partida consideradas iguais e sobre as condições sociais e materiais que definem serem os concorrentes desiguais. Para este autor, mediante tal resposta, pode ser necessária a introdução de medidas favorecendo determinados grupos para restabelecer a possibilidade de competição, em condições iguais. *Desse modo, uma desigualdade torna-se um instrumento de igualdade pelo simples motivo de que corrige uma desigualdade anterior: a nova igualdade é o resultado da equiparação de duas desigualdades* (BOBBIO, 2002, p.32).

Dessa forma, as situações desiguais serão tratadas de maneira diferenciada, evitando-se o aprofundamento e a perpetuação de desigualdades criadas pela própria sociedade. Formula-se, assim, um novo conceito de igualdade:

Da transição da ultrapassada noção de igualdade 'estática' ou 'formal' ao novo conceito de igualdade 'substancial' surge a ideia de "igualdade de oportunidades", noção justificadora de diversos experimentos constitucionais pautados na necessidade de se extinguir ou pelo menos mitigar o peso das desigualdades econômicas e sociais e, conseqüentemente, de promover a justiça social (GOMES, 2003, p. 20).

Dessa constatação surgem as políticas sociais de apoio ao sujeito concreto, especificado, historicamente situado. No caso brasileiro, a ação afirmativa é um exemplo de política social na tentativa de concretizar a igualdade substantiva, pois constitui apoio a um grupo socialmente fragilizado. Trata-se de uma proposta a exigir aprofundamento diante de tantas indagações, mas é preciso considerar tudo que foi apresentado neste trabalho e em seus congêneres.

1. 3 DISCUSSÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO RACIAL DO BRASIL NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA

Hoje já está comprovado pela biologia e pela genética que todos os seres humanos possuem a mesma carga genética. Tais estudos são importantes para desconstruir e superar as teorias racistas que predominaram na intelectualidade no final do século XIX e início do século XX, e cujo teor, infelizmente, ainda se encontra na sociedade brasileira. Mas, se todos partilharmos semelhanças como seres humanos, o que nos faz diferentes?

Segundo Denys Cuche,

São as nossas escolhas, a forma como cada grupo cultural inventa soluções originais para os problemas que lhe são colocados pela vida em sociedade e ao longo do processo histórico. Essas escolhas não são simplesmente mecânicas e empíricas. Elas não estão relacionadas somente à adaptação ao meio, mas às disputas de poder entre grupos e povos. Nessas disputas as diferenças são inventadas, e através delas nos aproximamos de uns e tornamos outros inimigos, adversários, inferiores ou “violentos” (1999, p. 10).

Nesse sentido, podemos compreender que as diferenças, mesmo aquelas a nós apresentadas como as mais físicas, biológicas e visíveis a olho nu, são construídas, inventadas pela cultura. A natureza é interpretada pela cultura. Ao pensarmos dessa forma, entramos nos domínios do simbólico. É nesse campo que foram construídas as diferenças étnico/raciais. *“Ora, se a raça e etnia sempre foram critérios utilizados para exclusão de afrodescendentes em nosso país, que sejam hoje utilizados, ao revés, para a sua necessária inclusão” (PIOVESAN, 2005, p. 40).*

Apelar para a existência da “raça” do ponto de vista da genética é, atualmente, cair na cilada do racismo biológico. Todos concordamos que “raça” é um conceito cientificamente inoperante. Porém, social e politicamente, ele é um conceito relevante para pensar os lugares ocupados e a situação dos negros e brancos em nossa sociedade. Quando o movimento negro e pesquisadores da questão racial discutem sobre a “raça” negra, hoje, estão usando esse conceito do ponto de vista político e social, com toda uma ressignificação recebida dos próprios negros ao longo da nossa História. Por isso, a discussão sobre raça, racismo e cultura negra nas Ciências Sociais e na escola é uma discussão

política. Se não politizarmos a “raça” e a cultura negra, cairemos fatalmente nas malhas do racismo e do mito da democracia racial.

Para mostrar que é inoperante o conceito de raça, tendo em vista não existirem diferenças biológicas entre seres humanos, cientistas escolheram dois nigerianos do mesmo grupo e um nigeriano e um suíço e constaram que as variantes genéticas entre os dois primeiros em relação aos dois últimos não divergem estatisticamente. Nesse sentido, segundo César Benjamin,

não se descobriu nenhum critério válido para juntar ou separar as pessoas. Estabeleceu-se um consenso de que as diferenças observáveis na linguagem, nos costumes, nos valores, nos atributos morais, nas atitudes estéticas etc. não são biologicamente determinadas (BENJAMIN, 2007, p. 30).

Benjamin, contudo, prossegue seu argumento de que “apesar de cientificamente inepto – por não corresponder a nada que exista no mundo biológico –, o conceito de ‘raça’ continua a existir como fato ideológico e cultural” (BENJAMIN, 2007, p. 30).

Os autores contrários ao uso do conceito de raça defendem a ideia da constatação de uma parte muito pequena da variação genômica humana ocorrer entre as supostas “raças” e levar necessariamente à conclusão de que elas não são significativas do ponto de vista genético ou biológico. Duas outras linhas separadas de pesquisa dão suporte científico a essa inexistência de “raças” humanas. A primeira é a “constatação de que a espécie humana é muito jovem e seus padrões migratórios demasiadamente amplos para permitir uma diferenciação e conseqüentemente separação em variados grupos biológicos que pudessem ser chamados de raças” (PENA, 2007, p. 41). A segunda é a “observação de que uma proporção pequena de todos os alelos de polimorfismos humanos é vista em apenas um continente, ou seja, a vasta maioria da variabilidade genômica é compartilhada entre as chamadas raças” (PENA, 2007, p. 41).

O mesmo autor acredita:

O fato assim cientificamente comprovado da inexistência das “raças” deve ser absorvido pela sociedade e incorporado às suas convicções e atitudes morais. Uma postura coerente e desejável seria a construção de uma sociedade desracializada, na qual a singularidade do indivíduo seja valorizada e celebrada. Temos de

assimilar a noção de que a única divisão biologicamente coerente da espécie humana é em bilhões de indivíduos, e não em um punhado de “raças” (PENA, 2007, p. 41).

Os autores com posição contrária ao uso do conceito de raça, como Pena, por exemplo, Peter Fry, Yvonne Maggie, Paul Gilroy etc, sustentam que o fato cientificamente comprovado da inexistência das “raças” deve ser absorvido pela sociedade e incorporado às suas convicções e atitudes morais. Uma atitude coerente e desejável segundo os mesmos, seria a valorização da singularidade de cada cidadão. Em sua individualidade, cada um pode construir suas identidades de maneira multidimensional, em vez de se deixar definir de forma única como membro de um grupo “racial” ou de “cor”. É neste sentido que Martins ressalta:

A questão racial é, portanto, um obstáculo a que o homem se emancipe das amarras que o reduzem à condição de coisa, de animal de trabalho, de ser que não desfruta plenamente as possibilidades de libertação que o próprio homem cria. Temos uma questão racial porque é em nome dela que um número enorme de seres humanos está privado de igualdade e de direitos. A questão racial aprisiona e imobiliza a própria condição humana possível, a virtualidade que não se cumpre em relação a todos, não só ao negro (MARTINS, 2007, p. 98).

Considerando o que foi mencionado na citação anterior, conforme Carvalho (2003, p. 321):

Muitos cientistas sociais ligados às universidades públicas mais poderosas rebatem as propostas de ação afirmativa para negros com o argumento de que as raças não existem [...] deslocando de novo o problema para a biologia, quando o que está em jogo é a racialização construída como uma representação social que gera desigualdades crônicas e sistemáticas.

Neste aspecto, ressaltamos que durante muitos anos, alguns estudiosos sobre relações raciais no Brasil defendiam a ideia de não existir preconceito e discriminação racial no país (PIERSON, 1942; FREIRE, 1933). Essa tese se transformou em um dos pilares da democracia racial no país. Para eles, era apenas um preconceito social. A tese era defendida por alguns como Donald Pierson, norte-americano, que realizou a sua pesquisa na Bahia, dela resultando a obra “*Negros no Brasil*”. Nesse trabalho, ele fez uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil, e chegou à conclusão de, até então, o preconceito

racial visto nos Estados Unidos não existir no Brasil. Nesse contexto, ele afirmou que a questão era de casta no Brasil e não racial.

Os defensores da tese diziam que a razão de os mestiços e os pretos serem a maioria na camada mais baixa na sociedade, era devido à proximidade histórica da escravidão. Mas, a tendência, com mais tempo e desenvolvimento econômico do país, seria a de superar a desigualdade social, ou seja, os negros e mestiços, na camada inferior, tenderiam a subir na classe média e logo desapareceria a desigualdade, porque ela não é racial.

Para pesquisadores provindos de uma sociedade em que, para usar os termos de Oracy Nogueira (1985, 1998), a discriminação efetuava-se pela exclusão incondicional dos membros do grupo discriminado, o passado histórico do Brasil de Freyre, e o presente com mestiços e pretos, embora em pequena escala, nos estratos mais altos da sociedade, eram tidos como evidências da ausência de barreiras raciais à mobilidade ascendente.

Durante muitos anos essa ideia tomou conta da sociedade e permaneceu como uma crença de a diferença socioeconômica entre brancos e negros não ser racial, senão social. Mas os estudos contemporâneos demonstraram que essa previsão era falsa e ilusória porque ainda hoje os negros permanecem na camada inferior da nação brasileira. A afirmação de o preconceito social ser preponderante ao preconceito racial é equivocada, segundo a lição que as relações sociais nos mostram no dia a dia. Os negros continuam a estar ausentes nas universidades e poucos ainda conseguem assumir os cargos de mais prestígio na sociedade brasileira. A partir da celebração da mestiçagem e do preconceito de classe no Brasil, e não de cor, essa afirmação silenciou os dados que mostram a condição real racializada do negro no Brasil.

No final dos anos 1940, Nogueira (1998) observou como muitos dos mulatos e dos pardos em posições de destaque na estrutura social da cidade eram descendentes ou eram eles mesmos, filhos da elite branca, o que lhes franqueou, de algum modo, a ascensão, a despeito da cor. A comunidade reconhecia-se dividida em três classes: alta, média e baixa – e, como nos demais estudos, os pretos e os pardos encontravam-se na classe baixa. Isso era um sinal de a cor ser fator importante na determinação do *status* e das oportunidades de ascensão social.

Ainda conforme Nogueira (1998), os negros não se moviam da camada inferior, eles permaneciam na mesma posição desde o fim da escravatura. A proporção de negros e mestiços que já se encontravam na classe média era mínima e eles permaneceram na mesma posição.

Com a geração de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni (1960) pesquisando as relações raciais e a mobilidade social em Florianópolis, delineou-se um quadro que repete, em algum grau o de Nogueira (1998), embora teoricamente articulado de forma distinta. O preconceito de cor e a discriminação racial não só existiam e eram expressos com razoável espontaneidade, como se sobrepunham, contribuindo para a preservação da ordem escravocrata. A cor da pele e as marcas raciais teriam articulado a naturalização das desigualdades entre negros e brancos, permitindo assim, mesmo após a Abolição, manter o “sistema de acomodação inter-racial”, que regia as relações entre os senhores e os escravos. Negros permaneceram prestando os mesmos serviços para os quais a ideologia racial os considerava “naturalmente” adequados, apenas sob condições distintas.

Para isso contribuíra também a estagnação econômica, pois Florianópolis só teria apresentado os primeiros laivos de industrialização e desenvolvimento a partir do pós-guerra. Por conseguinte, oferecera pouquíssimas oportunidades de ascensão aos negros. Todavia, a situação poderia mudar, com o desenvolvimento econômico, dando ensejo ao melhor aproveitamento dos negros na estrutura ocupacional, criando oportunidades para sua ascensão social.

Considerando as descobertas de Pastore (1979) e de Valle Silva (1979) sobre os efeitos do desenvolvimento econômico na estrutura social, percebe-se que o prognóstico da década de 1950 parecia ter sido correto. Entretanto, nenhum dos dois estudos permitia avaliar o que teria acontecido com o *status* coletivo dos negros. Realmente melhorara sua distribuição nas camadas sociais? Ou permanecera estável sua proporção em cada classe? Haveria indícios da existência de barreiras raciais atuando nos processos de mobilidade? Essas perguntas não podiam ser respondidas porque não havia na Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (Pnad) de 1973 o quesito sobre a “raça” das pessoas. Posteriormente, o quesito figurou em todas as edições da Pnad nas quais foram coletados dados sobre mobilidade social: 1976, 1982, 1988 e 1996. Com base

nessas pesquisas, realizaram-se alguns estudos específicos sobre diferenças raciais na mobilidade social, os quais, apesar de, por vezes, extremamente distintos na abordagem, chegaram a conclusões essencialmente idênticas quanto às respostas a tais perguntas e sobre o *status* coletivo dos negros após um período de intenso desenvolvimento nacional.

A seguir analisaremos um trabalho que adiantou as conclusões gerais trazidas pela nova leva de estudos sobre as desigualdades raciais na mobilidade social, embora baseado em uma pesquisa de cobertura restrita a seis estados do centro-sul do país e de amostra pequena. Seus dados foram analisados por Carlos Hasenbalg (1979), que alertava para o fato de estar avaliando a mobilidade na região mais desenvolvida do Brasil e, por conseguinte, as conclusões não eram generalizáveis para o país. A preocupação ocorrida em razão das evidências era motivada por seu uso: provar que havia barreiras raciais atuando nos processos de mobilidade social e, por conseguinte, as diferenças raciais no Brasil só podiam ser residualmente atribuídas à herança da escravidão, elemento cuja força como determinante das desigualdades raciais deveria decrescer com o tempo, na ausência de uma ideologia racista urdidora de desigualdades de oportunidades.

Hasenbalg adianta à análise o que consideraria um sinal de o preconceito contra os negros atuar nos processos de mobilidade social. O racismo, em seu componente histórico, provocaria a representação dos negros nos estratos inferiores, resultando em desvantagem logo de partida, pois, a cada nova geração, a proporção de negros partindo de baixo é maior que a de brancos. Depois, o racismo provocaria diferenças nas oportunidades de mobilidade intraocupacional ao longo do ciclo vital. Tais diferenças seriam de várias ordens, envolvendo habilidades profissionais, acesso à educação e mesmo aspirações, pois a internalização da inferioridade social preconizada pela ideologia racial restringe os desejos e os objetivos dos indivíduos do grupo discriminado. No Brasil, como agravante, as características da ideologia racial, marcada por negar a discriminação e por reprovar manifestações públicas ou extremadas do preconceito, bem como pela não formalização em lei, levam a uma acomodação das tensões raciais visto não suscitar a mobilização política, seja a do grupo discriminado ou a do dominante. A ideologia racial é tão eficaz que não é preciso

a mobilização dos brancos para garantir seus privilégios no aproveitamento das oportunidades de mobilidade ascendente.

Em 1981, empregando a mesma metodologia de Hasenbalg (1979), Nelson do Valle Silva (1988) publica um estudo da influência da raça no processo de realização socioeconômica dos brasileiros. Contudo, utiliza os dados da Pnad de 1976, com cobertura nacional, uma amostra enorme, às perguntas para o estudo da mobilidade social e, o mais importante, o quesito de cor, que voltava depois de uma ausência relativamente longa dos levantamentos oficiais. Assim, esse foi o primeiro estudo sobre a mobilidade social dos negros cujas conclusões podiam ser consideradas válidas para todo o país.

Os resultados da pesquisa de Hasenbalg (1979) e daquela de Valle Silva (1988) questionaram a tese da democracia racial, que defendia o preconceito de classe ser preponderante ao preconceito racial. Mostraram que, na sociedade brasileira, existiam barreiras que impediam a ascensão social dos negros. Mesmo após 100 anos da abolição da escravatura, a cor da pele prejudicava mais os negros, selando seu destino.

Os estudiosos da nova perspectiva sobre relações raciais no Brasil, Cardoso e Ianni (1960), Pastore (1979), Hasenbalg (1979) e Valle Silva (1988), perceberam que os negros ocupavam a camada inferior da sociedade brasileira não simplesmente por preconceito de classe, mas também racial. Mostraram que as desigualdades não podiam ser mais explicadas só pelo passado escravo e tenderiam a desaparecer.

Isso possibilitou que, a partir da década de 1980, começassem a surgir pesquisas com informações mais detalhadas sobre a extensão e o caráter das desigualdades raciais e a sua relação com os processos de mobilidade social no Brasil. Ainda o fato de os movimentos sociais defenderem, desde a década de 80, que o Brasil deveria dar enfrentamento às questões de gênero, raça e etnia, com medidas efetivas, constituiu incentivo para que, ao analisarmos a presença do negro na Educação Superior, focalizássemos as perspectivas das ações afirmativas.

José Jorge de Carvalho, em artigo publicado em 2003, na Revista Teoria e Pesquisa sobre *“As Ações Afirmativas como Resposta ao Racismo Acadêmico e*

seu Impacto nas Ciências Sociais Brasileiras”, diz o seguinte “*Já é hora, portanto, de perguntar: por que, após tanto tempo, temos universidades ainda tão brancas?*” (CARVALHO, 2003, p. 304).

Mais ainda, José Jorge de Carvalho sustenta:

Só conseguiremos entender por que há tão poucos negros na universidade hoje se analisarmos a pirâmide do mundo acadêmico pelo topo e não só pela base. O foco da reprodução ou da mudança do sistema não está no perfil racial dos calouros, mas dos professores – somos nós, afinal de contas, que temos autonomia para gerir o sistema universitário brasileiro (CARVALHO, 2003, p. 305).

Carvalho (2003) observa, na sua pesquisa sobre os estudantes de todo o país, haver somente aproximadamente 2% de pretos e 10% de pardos. Os negros estão concentrados nos cursos chamados de baixa demanda; além disso, estão agrupados nas faculdades particulares de menor prestígio. Um exemplo claro disso é a Universidade Católica de Salvador (UCSAL), conhecida na Bahia como “a universidade negra”. Criada há quarenta anos, ela cresceu a partir dos anos 70, absorvendo os estudantes negros que não conseguiam entrar na Universidade Federal da Bahia, a universidade de referência na Bahia. Assim, apesar de todo o esforço e empenho de seus professores, ela encarna a dupla discriminação da massa universitária negra brasileira: justamente os estudantes negros mais pobres estudam em uma faculdade com menos recursos para a pesquisa e ainda têm de pagar pelos estudos! Todavia, que não reste dúvida: a maioria dos professores da UCSAL fazem um enorme esforço por seu papel de formadores e de produtores de conhecimento.

Julgo importante ressaltar aqui que já vivemos no Brasil, praticamente, e ainda que sem o aparato legal que existiu na África do Sul, dimensões claras de segregação no mundo acadêmico, a ponto de uma instituição de ensino superior ser chamada de universidade negra [...] o que indica, implicitamente, a existência de universidades brancas (CARVALHO, 2003, p. 305).

Percebemos, nessa citação de Carvalho, a contradição mencionada, a existência de universidades chamadas de negras e brancas. Só existe “universidade negra” porque existem universidades com predomínio de estudantes brancos. Daí surge a necessidade de fundar universidades que

garantam o estudo superior dos negros, senão a universidade continua a ser eminentemente branca, após séculos de discriminação racial na sociedade brasileira. Mesmo nessa “universidade negra”, Carvalho mostra quase não haver professores negros. O estudante negro que já convive com o racismo acadêmico não tem uma referência para trabalhar a sua autoestima e a sua autoimagem enquanto negro.

Com a ajuda de vários colegas docentes em diversas universidades brasileiras, Carvalho fez um censo racial da porcentagem de docentes nessas universidades e verificou quantos negros existem em cada uma delas. Ele deixa bem claro haver uma margem de erro nesses números. Para compensá-la, colocou um número ligeiramente maior de negros do que o encontrado até agora:

- *Universidade de Brasília (UnB) – 1.500 professores – 15 professores negros*
- *Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – 570 professores – 3 professores negros*
- *Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – 2.000 professores – 3 negros (um deles africano)*
- *Universidade Federal de Goiânia (UFG) – 1.170 professores – 15 professores negros*
- *Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – 2.700 professores – 20 professores negros*
- *Universidade Federal do Pará – 2200 professores – 18 professores negros*
- *Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG) – 1.700 professores – 17 professores negros*
- *Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) – 2300 professores – 30 professores negros*
- *Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – 1.761 professores – 4 professores negros*
- *Universidade de São Paulo (USP) – 4.705 professores – 5 professores negros*
- *Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – 3.200 professores – 20 professores negros*

De acordo com Carvalho, o número total de professores atualmente ativos nas 53 universidades federais é de aproximadamente 46.679. Até onde ele sabe, não deve passar de 200 o número de professores negros em todas essas universidades (CARVALHO, 2003, p. 309).

Carvalho (2003) também chama a atenção quanto a esses dados. No caso da Universidade de São Paulo, uma das maiores universidades brasileiras, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas trabalham 504 professores, apenas três deles são negros e, ainda, desses três, um é africano. Salientou, no

caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Centro de Ciências da Saúde (CCS) o maior centro da Universidade, haver 800 professores dos quais só três são negros.

Essa amostra do censo racial realizado por Carvalho nos faz questionar o seguinte: será que a sociedade não se deu conta ainda desse grau de representação dos afrodescendentes na Educação Superior no Brasil? E o que deve ser feito para superar esse grau de ausência de professores afrodescendentes no ensino superior brasileiro? O Estado ainda não percebeu que deve pensar outras maneiras de reelaborar os critérios de seleção para professores das universidades brasileiras, e fiscalizar os critérios de avaliação nos concursos docentes? A lógica parece sugerir que, enquanto não houver professores negros comprometidos com a questão racial nas universidades, melhor será, porque as linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação não sentem o dever de discutir sobre as relações raciais e a cultura negra, e os cursos de Licenciatura em graduação não integram nos seus currículos, as disciplinas que contemplam a lei 10.639/03-MEC, a qual altera a LDB (Lei Diretrizes e Bases) e estabelece as Diretrizes Curriculares para a sua implementação (DIRETRIZES CURRICULARES, 2003). A 10.639 instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África, dos africanos e da cultura afro-brasileira no currículo escolar do ensino fundamental e médio, cabendo aos sistemas de ensino, orientar e promover a formação de professores (as) e supervisionar o cumprimento das Diretrizes.

Carvalho deu algumas sugestões. Segundo ele, se já existem negros doutores em condição de ocupar o cargo de professor, podemos utilizar instantaneamente um sistema de preferência:

A partir de agora, o MEC deve, em qualquer concurso nas federais, intervir na prática de seleção através de uma campanha de conscientização racial nas universidades, para que não se reproduza a assustadora proporção de quinhentos professores brancos e três negros em uma única faculdade. Negros que tiverem doutorado já poderão entrar na carreira docente (CARVALHO, 2003, p. 314).

Essa sugestão do Carvalho parece um absurdo, mas não é. Os dados falam por si só. Constatamos o grau de representação dos afrodescendentes no

corpo docente das universidades brasileiras. Ao longo do texto “As Ações Afirmativas como Resposta ao Racismo Acadêmico e seu Impacto nas Ciências Sociais Brasileiras”, Carvalho mostra que muitos professores negros intelectuais foram barrados nos concursos docentes e universidades brasileiras como o caso emblemático de Guerreiro Ramos, um dos grandes cientistas sociais brasileiros do século 20.

Guerreiro Ramos foi aluno formado na primeira turma de Filosofia da Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 1950. Contudo, ele não foi absorvido como professor da UFRJ. Poucos anos depois, outro ilustre pesquisador negro, Edison Carneiro, também ficou de fora da universidade pública.

As observações de Carvalho ainda se referem ao caso de Clóvis Moura, um dos mais importantes pesquisadores da história da resistência negra no Brasil. Ele é autor de uma obra muito importante sobre a questão racial no Brasil, por várias décadas desenvolveu sua carreira intelectual em São Paulo.

Para citar um exemplo recente, um recém-doutor negro participou de um concurso em uma das universidades mais importantes do País, disputando uma das três vagas em um departamento que conta com apenas um professor negro entre 25. O candidato negro teve que concorrer com 23 candidatos brancos e ficou – surpresa! – em quarto lugar. A relevância social da sua presença poderia ter sido o fator de desempate a seu favor em um universo altamente segregado e que ampliará ainda mais seu grau de segregação (agora serão 28 professores brancos e um negro), provavelmente por um lustro, já que vagas novas são cada vez mais escassas (CARVALHO, 2003, p. 311).

Esses dados evidenciam que ainda permanece a discriminação racial no Brasil. Se o poder público, junto com a sociedade civil não tomar uma atitude urgente, permaneceremos com esse grau de exclusão. Assim, as Políticas de Ações Afirmativas vêm para minimizar esse quadro desigual, oferecendo igual oportunidade, mesmo que seja para poucos e ainda não resolve o problema, mas entendemos que não vai ferir direitos de ninguém senão dos privilegiados no sistema vigente. O negro, durante o período da escravidão, tinha um lugar, isto é, a condição de ser escravo, e o lugar do branco era ser senhor. Após a abolição da escravatura, o negro perdeu esse lugar e ocupa atualmente o lugar do não

lugar. Portanto, cabe ao Estado promover a igualdade entre os cidadãos brasileiros.

Pedimos emprestadas as palavras do antropólogo brasileiro, branco, professor da Universidade de Brasília, José Jorge Carvalho:

Todos nós, brancos, nos beneficiamos cotidianamente, e de um modo ilícito, por vivermos em uma sociedade racista. São inúmeros privilégios, pequenos, médios e grandes, que nos ajudam a manter vantagem e concentrar mais recursos. Na medida em que o racismo brasileiro opera no cotidiano, nós, brancos, somos diariamente favorecidos com algum capital (social, econômico, cultural) que foi distribuído desigualmente segundo critérios raciais: do tempo menor de espera para ser atendido no espaço público a uma carta de recomendação, a um contato importante no mundo do trabalho, a um reforço psicológico da imagem pessoal, ou a uma nova fonte de renda. Ser branco no Brasil é levar vantagem diária sobre os negros. Mesmo não existindo raças no sentido biológico do termo, a representação social da diferença é racializada fenotipicamente – basta olhar para a televisão, das novelas à publicidade (CARVALHO, 2003, p. 318).

Seguindo a mesma linha de pensamento de Carvalho, Edwiges Pereira Rosa Camargo alerta, na sua tese de doutorado:

A questão do acesso do negro à universidade tem seu aspecto ético – a presença do branco na universidade foi considerada natural e durante muito tempo ninguém questionou a ausência do negro. Era natural e isso não incomodou a sociedade mesmo após denúncias e reivindicação do movimento negro, na década de 50; aspecto social – envolveu a relação branco e negro na perspectiva de troca, de crescimento, no sentido de ir além da falácia da democracia racial rumo à democracia, no sentido amplo e irrestrito; aspecto jurídico - da igualdade constante na lei, portanto abstrata, para a igualdade concreta, igualdade com nome, gênero, cor, sentimento e utopia; aspecto político - o reconhecimento pelo presidente do Brasil de que o país é racista e discrimina o negro e, o avanço do país ao apresentar a ação afirmativa, apesar das críticas direcionadas à cota como uma das modalidades em implementação; aspecto universitário - quando se questiona a ausência do negro, as críticas se voltam para a universidade pública, considerando o vestibular excludente, a primazia intelectual dos candidatos, as vagas insuficientes etc e a universidade particular, onde estão a maior parte dos negros e pobres, de que forma poderia implementar ações afirmativas para o ingresso e permanência da classe desprivilegiada, constitui uma outra questão (CAMARGO, 2005, p. 20).

Sabemos, por mais que atualmente não haja evidência biológica da existência de “raças humanas”, muito menos uma superior à outra, que um dia os bens da humanidade, particularmente da sociedade brasileira, foram distribuídas baseando-se nessa evidência racializada. Portanto, cabe ao Poder Público recuperar e compensar os negros dessa injustiça, enquanto cidadãos de direitos e conscientes dessa falha cometida ao longo da história do país. *“A meta das ações afirmativas em discussão é deselitizar radicalmente o Ensino Superior público e com isso demandar da universidade pública um retorno à sua função social, desvirtuada há muito pela sua homogeneidade de classe”* (CARVALHO, 2003, p. 321).

Parece que, quando esses profissionais defendem às políticas de ação afirmativa, o fazem com o olhar na história, na população negra e na sua exclusão (ou melhor, na sua inclusão de forma subalterna) nos setores estratégicos da sociedade. A universidade brasileira, por exemplo, é um desses casos.

Desta forma, refletir sobre as medidas a serem tomadas pelo Poder Público para enfrentar tal quadro de iniquidades implica analisar o processo de reprodução do racismo e da discriminação racial, fenômenos que explicam tanto a existência dos atuais níveis de desigualdade entre brancos e negros no Brasil como também, sua manutenção e reprodução ao longo do tempo.

A literatura recente tem ressaltado a diferença entre o preconceito racial e a discriminação racial. Enquanto o preconceito racial, e mesmo o racismo, têm sido classificados como fenômenos de ordem subjetiva, expressando-se por meio de valores, ideias e sentimentos, a discriminação racial tem sido entendida como ação de exclusão, restrição ou preferência que impede o tratamento ou acesso igualitário a direitos e oportunidades em função da cor. E a própria discriminação, enquanto ato de distinção e exclusão, expressa-se por intermédio de diferentes formas, na vida social. A esses diferentes fenômenos, cabe interpor ações públicas igualmente distintas.

Maria Aparecida Silva Bento observa

Quando uma pessoa branca se detém diante de uma banca de jornal, não estranha que, das dezenas de revistas expostas, quase 100% exibam brancos na capa e com freqüência no seu interior. Este contexto é supostamente natural para o observador. No entanto, quando a pessoa visualiza, na mesma banca, uma

única revista com imagem de negros na capa, intitulada Raça – A Revista dos Negros Brasileiros, ela imediatamente reage: racismo às avessas! Uma revista só para negros? O que se observa neste episódio guarda semelhanças com a dinâmica que se estabelece no debate sobre cotas: cotas para negros e cotas para brancos. As cotas de 100% nos lugares de poder em nossa sociedade não são explicitadas. Foram construídas silenciosamente, ao longo de séculos de opressão contra negros e indígenas e foram naturalizadas (BENTO, 2005, p. 165).

A autora prossegue a análise, enfatizando,

Os brancos convivem com naturalidade com essa cota de 100%. Alguns mais progressistas reconhecem que ela traz consigo o peso da exclusão do negro, mas essa dimensão é silenciada. Isto porque reconhecer a desigualdade é até possível, mas reconhecer que a desigualdade é fruto da discriminação racial, tem custos, uma vez que este reconhecimento tem levado à elaboração de legislação e compromissos internos e externos do Brasil, no sentido do desenvolvimento de ações concretas, com vistas à alteração no status quo (BENTO, 2005, p. 165).

Considerando tudo o que foi abordado anteriormente em relação a pouca representação dos afro-brasileiros nos cursos de ensino superior no Brasil, acreditamos que é importante e necessário trazer o quadro das instituições de ensino superior brasileiras que adotaram o sistema de reserva de vagas para afro-brasileiros. Não vamos analisar toda a forma como a adoção traz um quadro diverso, não apenas de percentuais e formas, mas de implicações sociais que são contempladas. Embora interessante, isso tiraria o foco de nossa análise sobre a política de ação afirmativa racial, particularmente a percepção dos universitários sobre a temática em questão. Apressadamente, lembramos da experiência de Goiás em que a questão das políticas de ações afirmativas raciais é contemplada juntamente à questão de gênero reconhecendo a posição em desvantagem das mulheres negras que não é exclusivo daquele contexto.

A seguir está a lista das universidades públicas brasileiras que adotaram o sistema de políticas de ações afirmativas:

- 1) Universidade Estadual do Oeste do Paraná
- 2) Universidade Estadual de Montes Claros
- 3) Universidade de Brasília
- 4) Universidade do Estado do Rio de Janeiro

- 5) Universidade Estadual do Norte Fluminense
- 6) Universidade Federal do Acre
- 7) Universidade Federal de Alagoas
- 8) Universidade Estadual da Paraíba
- 9) Universidade Federal da Bahia
- 10) Universidade Federal do Espírito Santo
- 11) Universidade Federal do Maranhão
- 12) Universidade Federal do Pará
- 13) Universidade Federal do Paraná
- 14) Universidade Federal de Pernambuco
- 15) Universidade Federal do Piauí
- 16) Universidade Federal do Rio Grande do Norte
- 17) Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- 18) Universidade Federal de Santa Catarina
- 19) Universidade Federal de Santa Maria
- 20) Universidade Federal de São Carlos
- 21) Universidade Federal de Sergipe
- 22) Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia

Cabe ressaltar que o sistema de políticas de ações afirmativas na educação superior brasileira como marco temporal se estabeleceu na Universidade de Brasília – UNB. Foi a primeira instituição federal a aderir ao sistema de cotas, em junho de 2004, através do Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da própria Universidade. Os critérios estabelecidos pela instituição para adoção desse sistema são os seguintes: a) o candidato deve ser negro, de cor preta ou parda e optar pelo sistema; b) o mesmo deve obter no mínimo: nota maior que zero na prova de língua estrangeira, 10% da nota na prova de Linguagens e Códigos e Ciências Sociais, 10% da nota na prova de Ciências Sociais da Natureza e Matemática, 20% da nota no conjunto das provas; c)

depois de aproximadamente 15 dias da realização das provas escritas, os candidatos são chamados para uma entrevista pessoal; d) Depois da entrevista, o pedido de inscrição no sistema de cotas será analisado por um comitê composto pelos docentes, representantes de órgão de direitos humanos e de promoção da igualdade racial e militantes do movimento negro de Brasília. O grupo decidirá pela homologação ou não do cadastro do candidato às vagas reservas para os negros.

Apesar que a UnB foi a primeira a instituir o sistema de reserva de vagas para candidatos autodeclarados negros, o Estado do Rio de Janeiro é primeiro do país em adotar o sistema, aprovou a Lei N.º 3.524/00, que garantia 50% das vagas nas universidades do estado para estudantes das redes públicas municipais e estaduais de ensino.

Procurando formas de luta contra à discriminação e a desigualdade sofridas pelas minorias étnicas, o Rio de Janeiro inovou mais uma vez ao aprovar a Lei Estadual N.º 3.708/01, que estabeleceu 40% das vagas disponíveis aos candidatos beneficiados pela Lei N.º 3.524/00 seriam para os estudantes autoidentificados negros ou pardos.

Depois vários estados brasileiros aderiram às políticas de ações afirmativas, de acordo com o Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, até o fim do ano de 2007, 51% das universidades estaduais e 42% das federais de todo o país adotaram a política de cotas, porém cada uma das instituições possui um sistema diferente.

O ato do Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná instituiu a reserva de cotas raciais e sociais naquela universidade no ano de 2004, ocorrendo o primeiro vestibular que adotou a reserva de vagas em 2005. As Universidades Federais de Santa Catarina e Rio Grande do Sul vieram a estabelecer seleções racialmente conscientes, previstas também cotas sociais, a partir do ano de 2007, sendo os primeiros vestibulares ocorridos em 2008.

A Universidade Federal do Pará– UFPA a partir de seu processo seletivo no ano de 2006, destinou 50% de suas vagas para alunos egressos de escolas públicas, sendo 40% destas vagas destinadas àqueles candidatos autoidentificados negros ou pardos, através da Resolução N.º 3.361/2005 do

Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Pará – CONSEP.

Assim, ao longo desse capítulo discutimos a falta de representação dos negros nas universidades brasileiras. E isso nos mostra o que chamamos de choque cultural étnico-racial. Na introdução, mostramos a nossa expectativa antes de chegar ao Brasil, quanto à representação social de negros em manifestações culturais populares no Brasil. Esperávamos que o Brasil fosse um país com uma população de maioria negra. De fato, os negros representam quase a metade da população brasileira, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas cargos de prestígio ainda são predominantemente ocupados por brancos. Pela pluralidade de culturas existente no país, deveria haver uma distribuição equitativa em esferas decisórias do país que traz, na sua história, a marca do trabalho escravo de seus antepassados. A literatura examinada neste primeiro capítulo da investigação demonstra a falta de representação social da comunidade negra no complexo de Ensino Superior e Pesquisa no Brasil e tal situação, segundo os antirracistas, precisa ser mudada em nome da justiça social e da própria história do país.

2. AFRO-BRASILEIROS E BRANCOS: DELINEANDO PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA

O negro não se libertará nem se emancipará se não compreender a dialética da libertação e da práxis: ele só será livre e emancipado se libertar e emancipar o branco que se apossou não só do seu corpo na escravidão, mas também de sua alma na liberdade que lhe deu (MARTINS, 2007, p. 100).

Ao examinar e discutir o ato de pesquisar em seus principais fundamentos, destacamos o questionar reconstrutivo e o problematizar que acompanham todo o processo da pesquisa em seu movimento de construir e reconstruir conhecimentos. Pesquisar é envolver-se em um processo. É ato dinâmico de questionamento de conhecimentos existentes, visando novas formas de expressá-los, novos modos de compreendê-los. A pesquisa científica se inicia com um questionamento, com uma problematização.

Como aspecto final desta observação preliminar sobre o tema aqui tratado, este capítulo será estruturado da seguinte maneira: na primeira parte apresentaremos a nossa proposta de projeto de investigação que abrange o problema de pesquisa, os objetivos (geral e específicos), a justificativa da nossa temática, a hipótese, configurando a base metodológica da nossa investigação. Na segunda, apresentaremos alguns quadros representando os dados coletados nas duas etapas da pesquisa empírica bem como a análise desses dados e as descrições e interpretações dos mesmos com embasamento teórico.

2. 1 FUNDAMENTO EPISTEMOLÓGICO E METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Entendemos, portanto, que nos seus diversos aspectos – pobreza, etnia, gênero – a integração social tem sido tema predominante no discurso político contemporâneo brasileiro, tendo em vista o papel por ela desempenhado na constituição da cidadania e na consolidação da democracia em bases justas. Nessa perspectiva, como integrante dos direitos de cidadania, a educação ocupa lugar de destaque.

O cenário sugere uma investigação sobre a temática, fazendo-se necessário o desenvolvimento de pesquisa considerando o quadro de desigualdade racial nas universidades no Brasil, situação que atinge, de forma tão singular e definitiva, uma parcela substancial da população: os afro-brasileiros. Não há dúvidas quanto ao caráter salutar do debate público sobre o assunto. Isso demonstra o compromisso que devemos ter com as estratégias de fortalecimento da democracia. Igualmente mostra a necessidade de encontrarmos, coletivamente, as saídas sustentáveis de superação da desigualdade social e racial no país, principalmente no relativo à Educação Superior. Portanto, problematizamos este cenário por meio dessa pergunta: Qual é a percepção dos estudantes afro-brasileiros e brancos da UFPel em relação às políticas de ações afirmativas para afro-brasileiros na Educação Superior no Brasil?

A seguir, estão relacionados o objetivo geral e os objetivos específicos do presente trabalho.

O objetivo geral desta investigação é analisar a percepção dos estudantes afro-brasileiros e brancos da Universidade Federal de Pelotas sobre a oportunidade de acesso dos afro-brasileiros às universidades públicas do país, particularmente, as chamadas políticas de ações afirmativas para afro-brasileiros.

Específicos

- a) Dar voz aos estudantes afro-brasileiros e brancos para discutirem ações afirmativas na educação superior no Brasil.
- b) Analisar a percepção dos graduandos afro-brasileiros e brancos sobre as políticas de ações afirmativas na educação superior brasileira.

c) Identificar o posicionamento dos afro-brasileiros e dos brancos a respeito da implementação das políticas de ações afirmativas na Educação Superior brasileira.

e) Delinear possíveis caminhos e propostas alternativas apontadas pelos afro-brasileiros e brancos para superar as desigualdades raciais na Educação Superior no Brasil.

Mais educação também não elimina preconceitos raciais contra negros, exigindo continuar esse combate, por isso, o uso de outras armas além da escolaridade. Nesse contexto, tanto para as instituições de nível superior como para os países, ampliar a presença na Educação Superior de pessoas de diferentes origens e condições sociais resulta num movimento que contribui para tornar as instituições e os países mais plurais e diferenciados, social e culturalmente, em particular o Brasil.

Algumas intenções de políticas destinadas a produzir a correção de rumos nas políticas para ingresso no Ensino Superior podem ser encontradas nas reformas em período mais recente. Na Constituição do Equador de 1998, está explicitado que o Estado garantirá a igualdade de oportunidades de acesso, por meio de programas de crédito e de bolsas, estabelecidos pelas instituições de ensino, de modo a neutralizar os efeitos das razões econômicas que impedem o ingresso nelas (IÑIGUEZ, 2003).

Na República Dominicana, a necessidade de desenvolver um sistema nacional de Educação Superior pública é apresentada como condicionante para solucionar esta questão, sustentada pela afirmativa da possibilidade que ela abre para concluintes pobres do ensino médio cursarem o Ensino Superior (GODOY, 2003).

Na Venezuela, um conjunto de políticas para a Educação Superior foi formulado em 2001, nos quais se encontram propostas de estratégias destinadas a revisar e reformular os processos de admissão de estudantes, conforme critérios e procedimentos que respondam ao princípio da igualdade de oportunidades. Afirma-se também a pretensão de ampliar a cobertura da Educação Superior para oferecer maiores oportunidades de entrada,

especialmente para as populações mais isoladas e de limitados recursos econômicos (LAGUNA, 2003).

No Brasil, de modo mais expressivo no início deste século, esse tema passou a ter lugar na agenda do governo. Para cumprir a meta estabelecida no Plano Nacional de Educação, aprovado em 2001, visando a atingir 30% de cobertura da faixa etária de 18 a 24 anos, sendo públicas 40% dessa oferta, diversos mecanismos estão sendo instituídos. O Programa Universidade para Todos – PROUNI, criado em 2005, tem por objetivo a concessão de bolsas de estudo parciais e integrais a estudantes de baixa renda em cursos de graduação das instituições de Ensino Superior privadas. Oferece o Estado, em contrapartida, a isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao programa (TRIGUEIRO, 2003).

A partir de 2005, foram também criadas dez novas universidades federais e abertos 49 campi naquelas já existentes nesse sistema. Os objetivos das duas medidas foram: promover a ampliação de vagas; interiorizar a educação pública gratuita e combater às desigualdades regionais. Em 2007, foi ainda instituído programa de incentivo à ampliação de vagas e melhoria das taxas de conclusão de curso nas universidades federais. Além dessas medidas, desde 2003 vem ocorrendo a introdução gradativa de reserva de vagas nas universidades públicas para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas, para afro-brasileiros e indígenas. Esse mecanismo de cotas, estabelecido por alguns Estados da federação para as universidades estaduais e implantado por decisão autônoma de algumas instituições federais, poderá vir a se tornar obrigatório para todas as instituições públicas de Educação Superior, caso seja aprovado projeto de lei em análise no Congresso Nacional.

Assim, a nossa pesquisa se justifica na medida em que buscamos, neste estudo, contribuir para melhor compreensão da relevância das políticas de ações afirmativas na Educação Superior no Brasil, com o fim de promover a igualdade de oportunidades entre os cidadãos brasileiros, analisando a percepção dos estudantes afro-brasileiros e brancos da UFPel em relação às políticas de ações afirmativas no Ensino Superior brasileiro. Nesse sentido, é importante destacar que a educação deve ser entendida como parte integrante de um elenco de

políticas públicas e sociais em via de serem implantadas em toda a América Latina, particularmente no Brasil.

Se as representações, as classificações, a reciprocidade e tantos outros aspectos da cultura podem ser considerados muito semelhantes, ou seja, eles são os universais que nos identificam como humanos e sujeitos culturais, não podemos esquecer-nos das particularidades.

Guita Grin Debert (2000), ao estudar a especificidade da velhice no Brasil, traz contribuições importantes para o debate sobre os universais e as particularidades. Ao tomar como objeto de estudo a especificidade da velhice enquanto um grupo de idade, alerta-nos para tomarmos cuidado com a ênfase nos universais pois, na tentativa de encontrar o comum em experiências culturais diferentes, multifacetadas e fragmentadas, os universais acabam transformando-se em “categorias vazias”.

Para fundamentar essa crítica de Debert, recorreremos ao antropólogo Clifford Geertz (1978, p. 52):

O fato de que em todos os lugares as pessoas se juntam e procriam filhos, têm algum sentido do que é meu e do que é teu, e se protegem, de alguma forma, contra a chuva e o sol não é nem falso nem sem importância, sob alguns pontos de vista. Todavia, isso pouco ajuda no traçar um retrato do homem que seja uma presença verdadeira e honesta e não uma espécie de caricatura de um “João universal”, sem crenças e credos.

Essa crítica ao pressuposto de a essência do ser humano se revelar nos aspectos universais às culturas deve ser considerada pela educação. De acordo com Geertz (1978, p. 55), “*pode ser que nas particularidades culturais dos povos – em suas esquisitices – sejam encontradas algumas das revelações mais instrutivas sobre o que é ser genericamente humano*”. Assim, o que nos faz mais semelhantes ou mais humanos são as diferenças. Com esse olhar pensamos a relação entre cultura negra e educação. Partamos, então, da concordância de negros e brancos serem iguais do ponto de vista genético, porém, discutamos que, ao longo da experiência histórica, social e cultural, a diferença entre ambos foi construída pela cultura (CUCHE, 1999), como uma forma de classificação do humano. No entanto, no contexto das relações de poder e dominação, tais diferenças se converteram em formas de hierarquizar indivíduos, grupos e povos.

No caso do negro brasileiro, a classificação e a hierarquização racial hoje existentes, construídas na efervescência das relações sociais e no contexto da escravidão e do racismo, passaram a regular as relações entre negros e brancos como mais uma lógica desenvolvida no interior dessa sociedade. Uma vez constituídas, são introjetadas nos indivíduos negros e brancos pela cultura. Somos educados pelo meio sociocultural a enxergar certas diferenças, as quais fazem parte de um sistema de representações construído socialmente por meio de tensões, conflitos, acordos e negociações sociais.

Apesar dos diversos processos históricos pelos quais passou o Brasil, ainda o país guarda a discriminação racial nos aspectos trabalho e educação, principalmente. Salientamos, que na Educação Superior, os negros representam 2 % dos estudantes nas universidades brasileiras, porque durante muitos anos no Brasil, eles foram proibidos de acessar os bancos escolares ou nele permanecerem. Assim, partir-se-á da hipótese de a concepção dos afro-brasileiros e brancos em relação às políticas de ações afirmativas ser a contradição da contradição, a negação da negação, a antítese da antítese.

Considerando o que foi apresentado no parágrafo anterior, há uma dupla contradição, primeiramente pelo fato de ser a ação afirmativa em si mesma uma contradição, visto que essa última se fundamenta na perspectiva da igualdade substantiva, enquanto elemento chave para pensar a ideia de discriminação positiva. A mesma procura reparar uma discriminação anterior por isso a caracterizamos como a discriminação da discriminação.

A segunda contradição alicerça-se no fato de que um porcentual de afro-brasileiros por mais que admitam a pouca representação do afro-brasileiro no Ensino Superior e, além disso, também admitam existir racismo e desigualdade racial no Brasil, particularmente no Ensino Superior, eles dizem que essas medidas são discriminatórias e podem provocar o racismo. A contradição da contradição, isto é, a adoção de política de ação afirmativa para afro-brasileiros ingressarem no ensino superior com critérios voltados para a realidade histórica, econômica e social dos mesmos, serve para compensar a ausência e pouca representação dos afro-brasileiros no ensino superior, sendo a primeira contradição do sistema universal de educação em vigência no Brasil, pois ao mesmo tempo em que a Constituição Federal de 1988, assegura a Educação

como direito de todos os cidadãos brasileiros e dever do Estado (art.205, CF/88), os afro-brasileiros representam 2% dos cidadãos brasileiros no ensino superior no país.

2. 2 MÉTODO DE PESQUISA

A presente investigação consiste em um estudo qualitativo, constituindo-se através do estudo da percepção dos afro-brasileiros e brancos em relação às políticas de ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras. É uma abordagem de natureza qualitativa que, segundo Richardson (1999, p. 90): *“pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos”*.

Como aponta Martinelli (1994), a pesquisa qualitativa trabalha com referência em três princípios: o reconhecimento da singularidade do sujeito; a importância de conhecer a experiência social desse; o ato de conhecer o modo de vida do sujeito e todo o conhecimento de sua vida social. Portanto, baseando-se nesses três pressupostos e fazendo relação com a temática deste projeto, considera-se fundamental o entendimento das representações sociais colocadas nesses três pressupostos para pensar a respeito do lugar do negro nas universidades brasileiras.

A pesquisa qualitativa se empenha em mostrar a complexidade e as contradições existentes nos fenômenos, bem como a imprevisibilidade e a originalidade criadora das relações interpessoais e sociais. Esta pesquisa valoriza aspectos qualitativos, que expõem a complexidade da vida humana, procurando evidenciar significados ignorados na vida social. Nesse sentido, parte do fundamento de haver uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, expressa-se no vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito (CHIZZOTTI, 2001).

Pesquisar qualitativamente é responder a questões muito particulares. É trabalhar com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças,

valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002). Ou seja, supera os limites das análises quantitativas que revelam a dimensão dos fenômenos, mas não dão visibilidade à vivência dos sujeitos. Para tanto, é preciso estar sensível a esses fenômenos e aos significados deles advindos. A sensibilidade deve ser o embasamento de toda a ciência. Só é ciência legítima quando decorre da sensibilidade (MARX, 2002).

Ao ponderar a questão campo de pesquisa qualitativa, remetemos à discussão de Minayo (2008, p. 201): *“Entendemos por campo, na pesquisa qualitativa, o recorte espacial que corresponde à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação”*.

Diante do exposto até aqui, compreendemos que, para uma pesquisa com a nossa temática, a melhor tipologia de investigação é a qualitativa, por demonstrar a necessidade da compreensão de aspectos subjetivos, relacionais e conjunturais, o que somente com números não pode ser decifrado.

Dentro dessa mesma discussão, percebemos a necessidade de considerar os sujeitos participantes da pesquisa, pois, por se tratar de um estudo qualitativo, não se objetiva atingir um número elevado deles, devido à amplitude da temática e, por consequência, a diversidade de dados coletados, o que não permitiria uma análise aprofundada deles.

Nesse sentido, esta pesquisa foi desenvolvida na cidade de Pelotas no Estado do Rio Grande do Sul e o público-alvo foi constituído dezoito universitários, dez afro-brasileiros, e oito brancos da Universidade Federal de Pelotas. Enfoca-se o fato de dezoito participantes ser um número significativo, no nosso parecer, procurando responder aos princípios da pesquisa qualitativa, pois se acredita esta primar pela profundidade dos dados coletados e das análises feitas, o que vai além do número de participantes.

Estabelecemos dois critérios para a seleção dos sujeitos da pesquisa: a) ser graduando nos Cursos de Direito, Ciências Sociais, Filosofia e Pedagogia da UFPel e Serviço Social, Direito e Filosofia da UCPel; e b) autoidentificar-se como afro-brasileiro e/ou branco.

Para a seleção dos participantes da pesquisa, não nos envolvemos pessoalmente com os alunos, visto que nossa presença poderia inibir ou influenciar a disposição do aluno em participar da pesquisa ou não, pois somos afrodescendente e aluno da mesma instituição de ensino. Primeiro, entramos em contato com a Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Católica de Pelotas e da Universidade Federal de Pelotas, recebemos a informação que não poderíamos ter acesso ao formulário de matrícula dos alunos, no qual está inscrito a auto-identificação de cada um. Portanto, só poderíamos ter os dados de quantos alunos existem em cada Curso e quantos se auto-identificam como afrodescendentes nos formulários da matrícula, sem as devidas identificações e dados pessoais dos alunos.

Tendo em vista, que nosso objetivo era fazer dois grupos focais com os estudantes, passamos para um segundo plano. Entramos em contato com os Diretórios acadêmicos dos Cursos: Serviço Social e Direito na UCPel, Pedagogia, Ciências Sociais, Filosofia e Direito na UFPel. Conversamos com os membros dos Diretórios acadêmicos apresentando-nos como mestrando em Política Social, esclarecendo o objetivo da nossa investigação e expondo o desejo de que eles fizessem uma seleção de quatro alunos (dois afro-brasileiros e dois brancos, por auto-identificação) dentre os que se interessassem em participar na nossa pesquisa. Não tivemos êxito, nos Cursos de Serviço Social e Direito na UCPel ninguém se dispôs a participar da pesquisa.

Em relação ao Curso de Pedagogia na UFPel, fizemos o mesmo processo, o diretório acadêmico mandou uma mensagem por e-mail para todos os alunos do Curso com as seguintes palavras: “Atenção àqueles que desejarem colaborar com o mestrando: Handerson Joseph pediu para que divulgasse o interesse dele em fazer entrevistas com dois alunos da Pedagogia que se identifiquem/ auto-afirmem como afro-brasileiros e dois que se identifiquem como brancos. É para sua tese de mestrado sobre: Representação social do afro-brasileiro quanto às políticas de ações afirmativas na Educação Superior. Serão três encontros em torno de duas horas cada um, com horários a combinar. Inclusive fins de semana. Pede-se uma certa urgência no contato, pois ele está terminando a dissertação”. Com esse encaminhamento do diretório acadêmico da pedagogia, recebi mais de oito mensagens de alunos que se autoidentificam como afro-brasileiros,

colocando-se à disposição para participar da pesquisa. O que nos chamou a atenção foi nenhum aluno branco colocar-se à disposição, talvez pelos seus compromissos. Os quatro alunos afro-brasileiros foram sorteados.

No Curso de Filosofia da UFPel, conseguimos o contato de três afrodescendentes e quatro brancos, sem muita dificuldade. No Curso de Direito da UFPel, quando entramos em contato com um membro do diretório acadêmico, ele nos disse que era fácil fazer o contato com o aluno afro-brasileiro porque se pode contar nos dedos os que estão. Com muita dificuldade, conseguimos duas alunas, uma se autoidentifica como branca e a outra como afro-brasileira, mas, ao desenvolver a pesquisa quando fizemos contato com as duas alunas para serem entrevistados, nunca fizeram presente no local combinado.

No Curso de Ciências Sociais, o diretório acadêmico passou nas diferentes salas, fez contato com os alunos e foi o que mais apresentou alunos que se colocaram à disposição para participar da pesquisa, autoidentificados como brancos ou afro-brasileiros. Mas, como tivemos de obedecer a nossa amostra, o diretório acadêmico fez um sorteio entre os nomes e nos repassaram três nomes de alunos afro-brasileiros e quatro brancos.

Depois, quando entramos em contato com os alunos para marcar dia e horário para reunir o grupo focal, os horários não se encaixavam, por isso decidimos fazer entrevistas individuais semiestruturadas com uma amostragem de dezoito alunos, tendo em vista que Minayo (2008, p. 198) fundamenta “*o número de pessoas é menos importante do que o empenho de enxergar a questão sob várias perspectivas e pontos de vista. A validade da amostra está na sua potencialidade de objetivar o objeto empiricamente, em todas as suas dimensões*”. Assim, foram sorteados dez afro-brasileiros para compor a primeira etapa da pesquisa empírica e oito para a segunda.

O trabalho se desenvolveu em três etapas:

- a) Num primeiro momento, realizamos uma pesquisa bibliográfica nas fontes secundárias, isto é, na bibliografia já tornada pública: Constituição de 1988, dados dos principais institutos de pesquisa reconhecidos nacionalmente, como IBGE (1998) e IPEA (2000), publicações avulsas, jornais, revistas, livros, dissertações e teses, material fornecido em eventos etc.

- b) Em segundo momento, da primeira etapa, tivemos como sujeitos, os dez afro-brasileiros, que fazem graduação nos Cursos da UFPel: Pedagogia, Ciências Sociais e Filosofia.
- c) A segunda etapa da pesquisa, desenvolveu-se com os oito alunos brancos dos Cursos de Ciências Sociais e Filosofia;

Elucidamos, nas duas etapas da pesquisa empírica, termos feito uso da observação descritiva e das informações registradas no diário de campo. Utilizamos a observação livre sem o roteiro previamente planejado, constituindo-se parte importante da investigação.

Relação das entrevistas realizadas na primeira etapa da pesquisa empírica

Alunos	Identificação	Curso/ Semestre	Sexo dos alunos
Afro-brasileiro	A	Ciências Sociais/4 ^o - Bach	Masculino
Afro-brasileiro	M	Ciências Sociais/4 ^o - Lic	Masculino
Afro-brasileira	L	Ciências Sociais/4 ^o - Lic	Feminina
Afro-brasileira	D	Pedagogia/ 5 ^o - Lic	Feminina
Afro-brasileira	F	Pedagogia/5 ^o - Lic	Feminina
Afro-brasileira	J	Pedagogia/6 ^o - Lic	Feminina
Afro-brasileira	T	Pedagogia/4 ^o - Lic	Feminina
Afro-brasileira	A	Filosofia/ 8 ^o - Lic	Feminina
Afro-brasileira	M	Filosofia/ 6 ^o - Lic	Feminina
Afro-brasileira	R	Filosofia/ 4 ^o - Lic	Feminina

Quadro 1: Realizamos um total de dez entrevistas com os alunos autoidentificados como afro-brasileiros dos Cursos de Ciências Sociais, Pedagogia e Filosofia da UFPel.

No quadro 1, identificamos os dez alunos afro-brasileiros entrevistados sobre as políticas de ações afirmativas para afro-brasileiros na Educação Superior no Brasil. Por questões éticas os denominamos com letras alfabéticas tomando a primeira letra de cada sobrenome. No mesmo quadro constam os cursos e o semestre de cada um deles, bem como o sexo.

Relação das entrevistas realizadas na segunda etapa da pesquisa empírica

Alunos	Identificação	Curso/ Semestre	Sexo dos alunos
Branco	T	Ciências Sociais/6 ^o - Bach	Masculino
Branco	C	Ciências Sociais/4 ^o Lic	Masculino
Branca	R	Ciências Sociais/6 ^o - Lic	Feminina
Branca	P	Ciências Sociais/2 ^o - Lic	Feminina
Branco	B	Filosofia/8 ^o - Lic	Masculino
Branco	D	Filosofia/4 ^o - Lic	Masculino
Branca	J	Filosofia/6 ^o - Lic	Feminina
Branca	M	Filosofia/4 ^o - Lic	Feminina

Quadro 2: Realizamos um total de oito entrevistas com alunos que se autoidentificam como brancos dos Cursos de Ciências Sociais e Filosofia da UFPel.

No quadro 2, identificamos os oito alunos brancos participantes da pesquisa, com a primeira letra do sobrenome de cada um, o curso e o semestre ao qual pertencem, bem como ao sexo. Constatamos que, entre os brancos, há um percentual masculino equivalente ao feminino.

Na Faculdade de Educação, no Instituto de Sociologia, Política e Filosofia da Universidade Federal de Pelotas, demos voz aos universitários afro-brasileiros e brancos para se pronunciar a respeito das seguintes perguntas: Já ouviu falar de políticas de ações afirmativas? Onde? Quando? Através de que meio? O que elas significam para você? Qual é a sua posição quanto às políticas de ações afirmativas para o acesso do afro-brasileiro ao ensino superior? Quantos alunos têm a sua turma? Desses, quantos são afrodescendentes? Quantos professores têm o seu Curso de graduação? Desses professores, quantos são afrodescendentes? Algum professor trabalha a cultura negra, relações étnico-

raciais, políticas de ações afirmativas com a turma? Na sua percepção, existe racismo no Brasil? Na sua percepção, há discriminação racial no Brasil? Na sua percepção, há desigualdade racial no Brasil? Já foi vítima de racismo? Conhece alguém que foi vítima de racismo? Entendemos fundamentais esses dados para poder entender o lugar das ações afirmativas na sociedade brasileira atual, particularmente no Ensino Superior.

2. 3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados para a formulação da pesquisa, além do levantamento bibliográfico necessário para qualquer investigação, a entrevista semi-estruturada, a observação descritiva para a descoberta do fenômeno estudado, formando um *corpus* qualitativo de informações, pertinente ao desenvolvimento do problema de pesquisa. Para controle no registro dos dados, usamos o diário de campo. A estrutura da investigação evidencia uma metodologia que procura dar vistas à operacionalidade das ações afirmativas na Educação Superior no Brasil, através da percepção dos estudantes afro-brasileiros e brancos da UFPel.

O levantamento bibliográfico consiste, conforme Gil (2007, p. 44) na “*análise das diversas posições acerca de um problema*”, ou seja, buscam-se materiais já elaborados como obras, livros, artigos, entre outros, que contenham as informações necessárias para formulação na pesquisa, dos capítulos teóricos. Além disso, publicações periódicas como jornais e revistas foram utilizadas, pois essas, devido à sua rapidez e elaboração, constituem fontes atualizadas e importantes de informação. Informações no referente à publicação de notas, editais, dados, principalmente, aquelas relativas às políticas de ações afirmativas na Educação Superior e às políticas educacionais no Brasil.

Usou-se a entrevista semiestruturada nesta pesquisa, como um dos recursos para coletar os dados. Este tipo de entrevista partiu de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e questões que interessam à pesquisa e, sobretudo, das mudanças metodológicas ocorridas durante a

pesquisa devido aos compromissos profissionais dos seus sujeitos. Combinaram-se perguntas abertas e fechadas, quando se teve a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. Dessa maneira, as questões se tornaram fundamentais para a constituição da entrevista semiestruturada, como forma de orientar sua condução, no enfoque qualitativo. Elas foram resultados de toda a investigação sobre o fenômeno social e enriquecidas com a percepção dos sujeitos da pesquisa (MINAYO, 2008; TRIVIÑOS, 1987).

Ressaltamos que, por um termo de consentimento de cada entrevistado, coletamos informes da vida acadêmica dos estudantes, por exemplo, informações iniciais, como a indicação do curso a que pertencia, o semestre, a autoidentificação etc. Cabe salientar o uso de um roteiro de perguntas semiestruturadas para fazer as entrevistas. Segundo Minayo (2008, p. 191), “o *roteiro deve desdobrar os vários indicadores considerados essenciais e suficientes em tópicos que contemplem a abrangência das informações esperadas*”. Assim ficamos face a face com o público-alvo desse projeto. Acreditamos que esse tipo de instrumento traz vantagens para a realização da coleta de dados porque proporciona flexibilidade na obtenção de informações, além de poder ser adaptado às circunstâncias. Parece uma forma de chegar a informações mais precisas, oferecendo oportunidades de avaliar atitudes e gestos.

Nesse sentido, utilizou-se a entrevista semiestruturada como instrumento para compor o relato da percepção dos universitários afro-brasileiros e brancos em relação às políticas de ações afirmativas na Educação Superior no Brasil. Para tal, foram aplicadas as técnicas de observação e da escuta sensível para auxiliarem nessa construção.

A observação descritiva foi empregada com o propósito de recolher e registrar os fatos da realidade sem o pesquisador usar meios técnicos especiais ou precisar fazer perguntas diretas. O que caracteriza este tipo de observação é o sentido de examinar livremente um conjunto de aspectos característicos da temática estudada, que agrupa espaços físicos, atos, atividades, significados, relações, contradições, presentes dentro da realidade de cada estudante, seja afro-brasileiro ou branco, com o objetivo de auxiliar a captação da essência daquele fenômeno (TRIVIÑOS, 1987). De acordo com Minayo (2008, p. 194), “a

observação descritiva a que se realiza de forma totalmente livre, embora o investigador de campo deva estar sempre focalizado no que constitui seu objeto de estudo”.

No diário de campo foram anotadas e refletidas as vivências que comporiam o processo da investigação ocorrido no cotidiano. Foi uma descrição minuciosa durante as entrevistas e a sistemática do dia a dia da pesquisa. Por exemplo, na escolha dos sujeitos da pesquisa, uma vez que foi utilizado como instrumento de registro de dados, nele transcrevemos observações, informações gerais que obtínhamos ao observar a maneira de responder dos estudantes. As questões com demora para responder, por exemplo. Quando perguntamos aos sujeitos da pesquisa se já foram vítimas de racismo, alguns demoraram para responder a essa pergunta e outras foram selecionadas posteriormente para compor os dados relevantes da pesquisa. Minayo (2008, p. 295) lembra que “*o diário de campo nada mais é do que um caderninho de notas, em que o investigador, dia por dia, vai anotando o que observa e que não é objeto de nenhuma modalidade de entrevista*”. Essas observações podem ser conversas informais, comportamentos, expressões, gestos etc que digam respeito ao tema da investigação.

2. 4 ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS AFRO-BRASILEIROS E BRANCOS DA UFPEL EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

A organização dos procedimentos para análise temática foi realizada de acordo com os passos metodológicos de Roque Moraes, por apresentar uma metodologia de análise textual discursiva que permite a profundidade da análise da pesquisa proposta, ou seja, a análise discursiva.

Assim, essa produção escrita concretizada a partir das análises e interpretações de uma investigação não constitui expressão objetiva dos conteúdos de um “corpus” de análise, mas representa construções e interpretações pessoais do pesquisador, tendo sempre como referência uma fidelidade às informações obtidas junto aos sujeitos da pesquisa (MORAES, 1998, p. 13).

Logo, a realização da análise textual discursiva gira em torno daquilo que o pesquisador considera importante. Isso quer dizer não existir como separar o que o pesquisador já possui de conhecimento e os seus mesmos juízos acerca do tema. No entanto, cabe salientar que toda essa bagagem já construída pelo pesquisador não deve influenciar na fidelidade aos dados colhidos. Ou seja, por mais que o pesquisador possua determinado posicionamento, os dados utilizados na pesquisa devem ser abordados tal e qual foram colhidos no processo.

Além disso, também é importante mencionar aqui, que o pesquisador, quando assume um determinado tema para estudo, necessita de algum conhecimento sobre o assunto. Nesse sentido, a produção escrita é uma atividade para constituir pensamentos próprios, argumentos originais, movimento que vai dos textos ao contexto, do inconsciente ao consciente.

Além disso, a escrita sobre os dados coletados, conforme Moraes, é um ordenamento dos dados, uma organização. Isso supõe que, no processo de coleta, muitas são as informações surgidas, desde aquelas que vão ao encontro umas das outras até as que demonstram ser contrárias. Isso exige organização para o pesquisador construir seu entendimento acerca do que buscou conhecer e produzir de material teórico sobre o tema.

Ressalta-se ainda, a importância de retornar aos materiais previamente estudados sobre o fenômeno que foi pesquisado. Ou seja, pode-se confirmar ou não as ideias que se possuía. Em síntese, a escrita é uma parte essencial de qualquer pesquisa. Necessita ser encaminhada desde cedo, ainda que não se tenha clareza sobre o que expor. A organização do texto, os argumentos a serem focalizados, serão construídos gradativamente ao longo do processo (MORAES, 1998, p. 3).

As diferentes fases da análise textual discursiva se organizaram em torno de quatro etapas, de acordo com Moraes (2007):

1ª) Preparação das informações

Toda análise textual concretiza-se a partir de um conjunto de documentos denominado “corpus”. Esse conjunto representa as informações da pesquisa e para obter resultados válidos e confiáveis, requer seleção e delimitação rigorosas. Seguidamente não trabalhamos com todo o “corpus”, mas é necessário definir uma amostra a partir de um conjunto maior de textos. Costuma-se denominar “dados” o “corpus” textual da análise. Geralmente, uma pesquisa utilizando análise textual exige que se produza uma amostragem adequada de documentos a serem analisados.

A partir disso, inicia-se o processo de análise propriamente dito. O primeiro passo é a desconstrução dos textos e sua unitarização. A desconstrução e unitarização do “corpus” consiste num processo de desmontagem ou desintegração dos textos, destacando seus elementos constituintes. É o próprio pesquisador que decide em qual medida fragmentará seus textos, podendo daí resultarem unidades de análise de maior ou menor amplitude.

Da desconstrução dos textos surgem as unidades de análise, aqui também denominadas unidades de significado ou de sentido. É importante que o pesquisador proceda às suas análises de modo a saber em cada momento quais as unidades de contexto, geralmente os documentos, que deram origem a cada unidade de análise. Para isso, utilizam-se códigos indicadores da origem de cada unidade. Uma das formas de codificação corresponde a atribuir inicialmente um número ou letra a cada documento do “corpus”. Um segundo número ou letra

pode então ser atribuído a cada uma das unidades de análise construída a partir de cada texto.

As unidades de análise podem ser definidas em função de critérios pragmáticos ou semânticos. Sua definição pode partir tanto de categorias definidas “a priori”, como de categorias *emergentes*. Quando se conhecem de antemão os grandes temas da análise, as categorias “a priori”, basta separar as unidades de acordo com esses temas ou categorias. Uma pesquisa também pode pretender construir as categorias, a partir da análise.

Segundo Moraes (2007), a prática de *unitarização* tem demonstrado que ela pode ser concretizada em três momentos distintos:

- a) fragmentação dos textos e codificação de cada unidade;
- b) reescrita de cada unidade de modo a assumir um significado o mais completo possível em si mesma;
- c) atribuição de um nome ou título para cada unidade assim produzida. Cada unidade constitui um elemento de significado referente ao fenômeno que está sendo investigado.

A unitarização é um processo capaz de produzir desordem a partir de um conjunto de textos ordenados. Nesse espaço, uma nova ordem pode constituir-se às custas da desordem. Moraes coloca que a luz de uma tempestade só é possibilitada pela formação de um sistema conturbado de nuvens em permanente agitação e movimento. A desordem é condição para formar novas ordens.

2ª) Processo de categorização

A segunda etapa consiste na categorização das unidades anteriormente construídas, aspecto central de uma análise. Para Moraes, as categorias são parte da luz que emerge do processo analítico. A categorização é um processo de comparação constante entre as unidades definidas no processo inicial da análise, levando a grupos de elementos semelhantes. Os conjuntos de elementos de significação próxima constituem as categorias. As categorias, além de reunir elementos semelhantes, também implicam nomear e definir as categorias, cada vez com maior precisão, à medida que vão sendo construídas.

No processo de categorização, podem ser construídos diferentes níveis de categorias. Em alguns casos, as categorias assumem as denominações de iniciais, intermediárias e finais, constituindo, cada um dos grupos, categorias mais abrangentes e em menor número. Elas são os elementos de organização do metatexto que a análise pretende escrever. A partir delas se produzirão as descrições e interpretações que comporão o exercício de expressar as novas compreensões possibilitadas pela análise.

3º) Metatexto

A partir da unitarização e categorização do “corpus”, constrói-se a estrutura básica do metatexto objeto da análise. Uma vez construídas as categorias, estabelecem-se pontes entre elas, investigam-se possíveis sequências em que poderiam ser organizadas, sempre no sentido de expressar, com maior clareza, as novas intuições e compreensões atingidas. Simultaneamente, o pesquisador pode ir produzindo textos parciais para as diferentes categorias que, gradativamente poderão ser integradas na estruturação do texto como um todo.

4º) Descrição e Interpretação

Entendemos a descrição como um esforço de exposição de sentidos e significados em sua aproximação mais direta com os textos analisados. Descrever, nesse sentido, constitui um movimento de produção textual mais próximo do empírico, sem envolver um exercício de afastamento interpretativo mais aprofundado. A descrição é a exposição de ideias de uma perspectiva próxima de uma leitura imediata, mesmo que aprofundada. A descrição, na análise textual qualitativa, concretiza-se a partir das categorias construídas ao longo da análise. Descrever é apresentar as categorias e subcategorias, fundamentando e validando essas descrições a partir de interlocuções empíricas ou ancoragem dos argumentos em informações retiradas dos textos.

No contexto da análise textual, interpretar é construir novos sentidos e compreensões, afastando-se do imediato, exercitando uma abstração relativa às formas mais imediatas de leitura de significados de um conjunto de textos. Interpretar é um exercício de construir e de expressar uma compreensão mais

aprofundada, indo além da expressão de construções obtidas a partir dos textos e de um exercício meramente descritivo.

A análise textual qualitativa pode ser entendida como um processo auto-organizado de construir a compreensão em que novos entendimentos emergem a partir de uma sequência recursiva de três componentes: desconstrução dos textos do “corpus”; unitarização: estabelecimento de relações entre os elementos unitários; categorização: o captar do novo emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada. Esse processo em seu todo pode ser comparado com uma tempestade de luz, segundo Moraes.

O material de análise se compôs de dezoito entrevistas, do tipo semiestruturado, constituindo uma amostra representativa dos alunos afro-brasileiros e brancos da UFPel. O material resultante das entrevistas foi submetido a um estudo aprofundado, orientado em princípio, pela hipótese e referenciais teóricos. Utilizamos, então, estes procedimentos: preparação das informações, processo de categorização e metatexto que são básicos nesta instância do estudo.

As questões abertas utilizadas nas entrevistas fazem referência às ações afirmativas, discriminação, racismo e desigualdade racial. Com essas perguntas procuramos verificar o conhecimento do estudante em relação à política que facilita o acesso dos afro-brasileiros no processo de seleção às universidades públicas brasileiras, utilizando cota como parâmetro. Procuramos saber a percepção e o posicionamento do estudante em relação a essa modalidade de política e ver o número de colegas e professores afro-brasileiros que eles têm.

Nesta fase, fizemos exaustivas leituras do material e fomos catalogando quais as unidades de significado apareceram com maior intensidade, para depois verificar, quando possível, qual a mensagem que aquele dado estava oferecendo. Essas questões abertas também deram oportunidade aos estudantes de refletirem de maneira livre sobre ação afirmativa, sobre cotas raciais, sociais e sobre relações étnico-raciais no Brasil.

A primeira etapa do material empírico analisado apresenta pouca representação do afro-brasileiro na universidade pública, mesmo nos cursos chamados geralmente de menos procurados.

Curso de Pedagogia	Alunos na Turma	Alunos afro-brasileiros
Entrevistada D do 5º sem	40	3
Entrevistada F do 5º sem	40	3
Entrevistada J do 6º sem	42	7
Entrevistada T do 4º sem	40	2

Obs: Esse quadro apresenta, de acordo com as informações dos entrevistados, o número total de alunos nas turmas dos pesquisados e o número de afro-brasileiros das respectivas turmas.

A entrevistada D no 5º semestre do Curso de Pedagogia diz que são 40 alunos na sua turma, dos quais 3 são afro-brasileiros. A entrevistada F que está no 5º semestre do mesmo Curso, diz serem 40 alunos na sua turma, dos quais 3 são afro-brasileiros. A entrevistada J do 6º semestre, afirma que são 42 alunos na sua turma e 7 são afro-brasileiros. De acordo com a entrevistada T do 4º semestre, há 40 alunos na sua turma e 2 são afro-brasileiros.

Curso de Ciências Sociais	Alunos na turma	Alunos afro-brasileiros
Entrevistado A do 4º sem/Bach	25	3
Entrevistada L do 4º sem/Lic	40	8
Entrevistado M do 4º sem/Lic	40	8

Obs: Esse quadro apresenta, de acordo com as informações dos entrevistados, o número total de alunos nas turmas dos pesquisados e o número de afro-brasileiros das respectivas turmas.

Segundo os entrevistados do Curso de Ciências Sociais: o entrevistado A do 4º semestre de bacharelado, declara haver 25 alunos na sua turma e 3 serem afro-brasileiros. A entrevistada L do 4º semestre do mesmo Curso, mas de licenciatura, atesta serem 40 alunos com 8 afro-brasileiros. Segundo o entrevistado M, do 4º semestre de licenciatura, são 40 alunos, dos quais 8 afro-brasileiros.

Curso de Filosofia	Alunos na turma	Alunos afro-brasileiros
Entrevistada A do 8º sem	60	8
Entrevistada M do 6º sem	85	3
Entrevistada R do 4º sem	40	3

Obs: Esse quadro apresenta, de acordo com as informações dos entrevistados, o número total de alunos nas turmas dos pesquisados e o número de afro-brasileiros das respectivas turmas.

Conforme as estudantes da Filosofia: a entrevistada A do último semestre, isto é, do 8º, assegura, quando entrou no Curso, serem 40 alunos dos quais 3 eram afro-brasileiros, mas atualmente faz uma disciplina só com colegas de outras turmas, num total de 60 alunos, com 8 afro-brasileiros. A entrevistada M afirma estar no 6º semestre, sendo 85 alunos da sua turma, com 3 são afro-brasileiros. A entrevistada R está no 4º semestre atualmente, ela garante que, na sua turma há 40 alunos, com 3 afro-brasileiros, mas quando entrou no Curso eram 70 alunos, dos quais 5 eram afro-brasileiros.

A segunda etapa de análise do material empírico da percepção dos estudantes brancos em relação às políticas de ações afirmativas, também apresenta pouca representação do afro-brasileiro na universidade.

Curso de Ciências Sociais	Alunos na Turma	Alunos afro-brasileiros
Entrevistado T do 6º sem/Bach	40	1
Entrevistada R do 6º sem/Lic	25	2
Entrevistada P do 2º sem/Lic	50	4
Entrevistado C do 4º sem/Bach	25	3

Obs: Esse quadro apresenta, de acordo com as informações dos entrevistados, o número total de alunos nas turmas dos pesquisados e o número de afro-brasileiros das respectivas turmas.

O entrevistado T está no 6º semestre de bacharelado no Curso de Ciências Sociais, com 40 alunos na sua turma e 1 afro-brasileiro. Segundo a entrevistada R, no 6º semestre do Curso de licenciatura em Ciências Sociais, são 25 alunos, dos quais 2 são afro-brasileiros. A entrevistada P do 2º semestre do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, diz serem 50 alunos em sua turma, dos quais 4 são afro-brasileiros. O entrevistado C do 4º semestre de bacharelado do mesmo Curso, afirma serem 25 alunos dos quais 3 são afro-brasileiros.

Curso de Filosofia	Alunos na Turma	Alunos afro-brasileiros
Entrevistada B do 8º sem	40	3
Entrevistado D do 4º sem	40	3
Entrevistado J do 6º sem	85	3
Entrevistada M do 4º sem	40	3

Obs: Esse quadro apresenta, de acordo com as informações dos entrevistados, o número total de alunos nas turmas dos pesquisados e o número de afro-brasileiros das respectivas turmas.

No Curso de Filosofia, a entrevistada B do último semestre, isto é, do 8º, conta 40 alunos e 3 são afro-brasileiros. O entrevistado D do 4º semestre do mesmo Curso, diz que são 40 alunos e 3 são afro-brasileiros. De acordo com o entrevistado J do 6º semestre, na sua turma existem 85 alunos, dos quais 3 são afro-brasileiros. A última entrevistada desse Curso é M, do 4º semestre e afirma serem 40 alunos e 3 afro-brasileiros.

Como referenciado, na primeira abordagem da pesquisa foram entrevistadas 10 pessoas que se autoidentificam como afro-brasileiros dos Cursos de Pedagogia, Ciências Sociais e Filosofia, caracterizando a primeira abordagem empírica do estudo. Dessas 10 pessoas, 2 são de sexo masculino do curso de Ciências Sociais; 8 são femininas, uma das Ciências Sociais, 4 da Pedagogia e 3 da Filosofia. No referente à segunda abordagem empírica, foram 8 entrevistados autoidentificados como brancos dos Cursos de Ciências Sociais e Filosofia. Desses 8, 4 são de sexo masculino, 2 das Ciências Sociais e 2 da Filosofia. Outros 4 são de sexo feminino, 2 das Ciências Sociais e 2 da Filosofia.

Um eixo de análise que a pesquisa teve como base foi a percepção dos estudantes afro-brasileiros e brancos e a identificação de seus posicionamentos em relação às políticas de ações afirmativas para afro-brasileiros no que tange ao Ensino Superior público. O quadro a seguir apresenta a percepção e o posicionamento dos estudantes afro-brasileiros.

O quadro a seguir apresenta a percepção e o posicionamento dos estudantes afro-brasileiros

Estudantes entrevistados	Percepção sobre ações afirmativas para afro-brasileiros	Posicionamento sobre ações afirmativas para afro-brasileiros
D/ Pedagogia	Eu acho interessante, acho um benefício a mais, eu não via assim, eu via como mais um fator discriminatório, mas depois algumas conversas em aula, eu vi como mais um benefício mesmo, o acesso é bem complicado para afro-descendente ainda hoje, há pouca representação que a gente tem, e aí eu não me questionava muito porque dessa pouca representação, é a partir de então que comecei a olhar um pouco mais, por que são poucos e qual é a possibilidade que a gente tem? e aí tu vais ver toda uma história de pouco acesso.	Assim, eu incentivo sim, mas eu me preocupo um pouco assim, com o depois, bom, te escreve por uma cota, tu entras pela cota, mas depois, tu não vais continuar, a só entrou porque entrou pela cota, tu não te igualou aos outros, tu não és tão capaz como os outros, porque tu tinhas a condição da cota, então eu ainda, tenho pensado, será que isso realmente quebra com tabu?... eu ainda tenho um pouco de dúvida.
F/ Pedagogia	A partir do momento que tu separas uma pequena parcela para aquelas pessoas ali disputarem entre aspas, né? Eu creio que tu diminui a chance de concorrer todo mundo junto, essa, é a princípio a visão que eu tenho ...	Não é porque eu seja totalmente contra, eu não apoio muito essa ideia, eu acho que, a partir do momento que tu divide uma parcela para tal, ... como vou te dizer ... determinadas pessoas que são desse jeito e determinadas pessoas que são de outro jeito, eu acho uma forma maior de discriminação
J/ Pedagogia	Eu acho difícil falar, porque ... no caso, é segundo universidade que estou, já estudei na FURG, eu não precisei das cotas, eu não precisei de nenhuma dessas políticas afirmativas para ingressar. Eu acho interessante assim, mas eu não sei	Eu fico em cima do muro porque não sou totalmente contra as cotas raciais e não sou totalmente a favor, talvez porque eu tive boas oportunidades, eu fui muito atrás e assim ó, respeito muito quem utilizou das cotas para entrar na universidade, eu luto é por uma igualdade

	<p>se porque eu tive as mesmas oportunidades que muitos brancos, eu acho essa coisa de dívida histórica, realmente tem uma dívida histórica, mas se a gente foi baseando nisso, têm tantas dívidas históricas, com tantas outras pessoas...</p>	<p>social, porque procuro não pensar nessa questão de dívida, dívida que o país tem com os negros ... talvez a coisa de trazer coisas do passado no presente, talvez desperta um pouco de racismo nos negros ... Eu acho relevante, mas só que assim ó, eu tenho uma visão, eu sou a favor de cotas em empresas, quando vão contratar funcionários quando é na base de entrevistas, mas a questão de concursos quando tem uma prova, eu acho que as pessoas muitas vezes têm os mesmos mecanismos para passar, porque muitos brancos estudaram nas escolas públicas também.</p>
T/ Pedagogia	<p>É bom de um lado, é ruim do outro, porque há negros ricos, negros que tiveram condições de estudar em escola boa, há negros pobres ... por uma questão de orgulho e moral, eu me nego a me candidatar nas vagas destinadas aos afro-descendentes em qualquer coisa que vou me inscrever... eu me considero negra, mas eu não quero me considerar inferior, o que me passa as ações afirmativas para afro-brasileiros é uma inferioridade ...</p>	<p>Fico num meio termo assim, é bom por um lado e ruim por outro lado ... é bom porque ajuda quem é menos favorecido, nê? a maioria mais pobre que não tem acesso é sempre o negro, o índio, a classe, como posso dizer, mais excluída ... Como na pesquisa também que trabalho na faculdade sobre fracasso escolar, sempre a maioria são negros, vivem na classe mais baixa ... Estou naquele meio termo, nem a favor, nem contra, por enquanto é o que tem para favorecer os afro-descendentes.</p>
A/ Ciências Sociais	<p>As ações afirmativas são necessárias porque não é uma questão, como posso dizer ... de caridade ... eu acho que é uma questão de direito que a gente nunca teve, de ter acesso a universidade.</p>	<p>As ações afirmativas são necessárias, para mim, hoje em dia talvez seja única maneira que o negro pode entrar na universidade.</p>
L/ Ciências Sociais	<p>Eu não acho que só as cotas sejam suficientes para o negro, eu acho que tem muitas coisas por trás disso, mas eu não sou contra, sou a favor das cotas, é uma forma mais de ajudar, ... só quem é negro sabe o que é ser negro, porque é muito fácil falar, como vou te dizer ... é muito fácil justificar que o próprio negro é racista, de certa forma alguns são realmente até em relação a eles mesmos e as outras pessoas brancas ou não, mas é complicado,</p>	<p>Eu sou a favor das ações afirmativas para afro-brasileiros, porque é uma das formas de ajudar o negro a entrar na universidade, não é a única coisa, não é o suficiente, mas se tem essa forma acho que é válida, sim.</p>

	... eu não disse que seja difícil, mas é complicado ser negro, não é para qualquer um ... risosssssss, é verdade, não é para qualquer um ser negro e se aceitar como negro.	
M/ Ciências Sociais	Na sociedade, elas representam um grande avanço, as pessoas vão ter acesso, aquelas que não tiveram ainda acesso a faculdade, acho que é importante.	Não tenho uma posição, nem contra, nem a favor, eu não usaria para entrar na faculdade, mas não critico quem usa as cotas .
A/ Filosofia	Eu acho que é um avanço as cotas, porque quando meu irmão mais velho foi a fazer CEFET e ele não teve condição de terminar o CEFET porque não tinha estrutura para ele, a minha mãe não tinha condição de manter ele lá, de comprar material ... conseguir uma forma de entrar numa universidade já é um mérito, conseguir terminar essa universidade, nossa, melhor ainda. Mas tu vais ver quantidade de pessoas formandos, tu vais ver um ou dois negros já é muito, então as ações afirmativas melhorou, mas ainda acho que além das cotas teria que ter um respaldo maior.	Até concordo com as cotas, mas não só as cotas na universidade, entende? Além dessas cotas tem que ter outras medidas para que as pessoas possam fazer um segundo grau e não tem que optar ou em trabalhar ou em estudar. Se tivesse uma estrutura melhor dentro do colégio, eu acho que seria muito melhor do que fazer essas cotas somente por cotas, entende? Claro que tem outras medidas que auxiliam, por exemplo, tem merenda, internet, tem computador, as pessoas têm mais acesso todo mais, mas vai numa vila, não é assim, tem muita gente que não sabe nem ler e estão trabalhando, porque tem que trabalhar, tem que se sustentar e as vezes tem catorze, quinze anos e já tem filhos, ou eles estudam ou eles trabalham.
M/ Filosofia	Eu sou de uma cidade em um tempo ainda havia muito, muito racismo, perdurou por muito tempo, então a gente não tinha vez, a gente como preto não tinha vez a nada, a nada. Não tinha vez de um trabalho digno, não tinha vez de vestir uma roupa, não tinha vez de entrar nos clubes sociais, não tinha, não tinha entende? Não tinha oportunidade. E havia muita discriminação mesmo, eu acho que é uma forma de reparar isso aí.	Eu acho que é importante, e que tem que existir, é uma maneira até de reparar uma injustiça ocorrida nessa parte da população.
R/ Filosofia	O negro ganha menos que o branco. Pode ver, tem branco que faz o mesmo serviço que tu, praticamente ele ganha três salários e tu ganhas dois, já começa por aí ... por isso	Olha, eu acho cotas raciais boas, até seria um estímulo ao negro, mas também eu acho que as cotas raciais levaria mais ainda, como se diz... a um processo de racismo ... entendes? já vivemos num

	acho que isso aí estimularia. Cada vez as pessoas iam ver mais pessoas negras dentro da universidade, nê? procurariam concorrer as vagas.	país racista, acho que estimularia mais um pouco o racismo esse negócio de cotas para o negro, mas que seríamos ótimo, seríamos ótimo, porque pra o negro seria um estímulo, porque o negro ia lutar para conseguir entrar numa universidade, conseguir um emprego.
--	---	---

Quadro 3: Sobre a percepção e o posicionamento dos alunos afro-brasileiros em relação às políticas de ações afirmativas na educação superior no Brasil.

Por meio do quadro 3 quanto à percepção dos estudantes afro-brasileiros em relação às ações afirmativas, podemos constatar como se divide a opinião deles, sobre o assunto, mesmo sendo afro-brasileiros.

O quadro a seguir apresenta a percepção e o posicionamento dos estudantes brancos

Estudantes entrevistados	Percepção sobre ações afirmativas para afro-brasileiros	Posicionamento sobre ações afirmativas para afro-brasileiros
T/ Ciências Sociais	Para mim é um avanço, não é o ideal, acho que o ideal seria fazer um acesso universal, entende? Para isso tem que mexer no ensino básico também, estou falando de uma utopia aqui, mas as ações afirmativas para afro-descendentes para mim é um avanço porque mexe com a estrutura. Hoje por exemplo se tu chegas num curso de medicina, de direito não tem muito negro especialmente nas universidades que não tem essas ações.	Eu sou a favor enquanto não conseguimos algo melhor. Se é esse sistema educacional que a gente tem hoje com ações afirmativas ou sem ações afirmativas, prefiro com ações afirmativas. Agora se fosse possível um sistema universal, bom tu terminas o ensino médio e chega e te matricula e não tem vestibular, bom para mim é um progresso muito maior do que as ações afirmativas. Quando falo assim tem algumas pessoas que diz, ah assim tu ias acabar com a qualidade da universidade entrando um monte de gente, mas quem diz que a qualidade de muitas universidades brasileiras é tão excelente assim? Eu brinco que é umbigocentrismo a pessoa pensa, bom agora estou aqui dentro pode fechar as portas das universidades.
R/ Ciências Sociais	As ações afirmativas é uma maneira de oportunizar os afro-descendentes e os índios a chegarem ao mesmo nível que	Eu, inicialmente eu era contra, porque eu pensava dessa maneira, de dar acesso aos pobres em geral, porque não só os negros que são pobres, mas

	os brancos já vem ocupando a muito tempo.	o que vejo, a maioria dos pobres são negros, e a segunda, eu acho que, pela história do negro, essa história discriminatória, né? Todo esse contexto sabe, eu acho que por isso, eu acho que Brasil, nosso país, né? Ele tem essa obrigação de colocar, de oportunizar, de correr atrás desse tempo perdido, oportunizando o negro chegar à universidade com mais vantagem do que o branco. Aí hoje sou a favor porque vejo dessa forma.
P/ Ciências Sociais	... Acho que é pouco discutido e tem muita gente ainda que é contra, que acha que vai perder vaga ... têm uns que dizem que o negro que entra por cotas vai ser um profissional ruim, daí respondi, não, a gente não entra na universidade sendo profissional a gente vira profissional. Ninguém entra sabendo na faculdade. Só que acho que as pessoas tem muito preconceito ... acham que o negro vai tirar vaga da filinha.	Eu não sei porque não deve ter as ações afirmativas. Tem gente que diz que é racismo ter ações afirmativas, eu não acho ... se é racismo, então cotas para quem tem deficiência física é preconceito também.
C/ Ciências Sociais		Eu concordo com as cotas, mas eu fico com medo, que haja com esse negócio de cotas, mais um motivo, entendes, para fazer a separação de negros com brancos, né?.
B/ Filosofia		Para mim é uma forma de tentar compensar a discriminação do negro, não é o ideal, mas já é uma coisa.
D/ Filosofia	Eu acho que qualquer forma de abrir portas para os negros eu acho importante. Quem diz que ações afirmativas é preconceito, e o negro é tão capaz que o branco está ignorando todo isso, está ignorando as condições que ele tem, infelizmente num sistema extremamente competitivo.	
J/ Filosofia	As ações afirmativas também pode ser um caminho para	... eu acho que essas ações podem além de proporcionar o acesso dos

	diminuir o preconceito, talvez uma pessoa racista que enxerga um negro que é médico, advogado etc, talvez na cabeça dessa pessoa isso mude alguma coisa, não sei ou não, mas espero que sim.	negros na universidade, talvez com o tempo elas podem rebater o preconceito também.
M/ Filosofia	Tem toda uma questão social, não é só a escravidão, também o preconceito, que fechem muitas portas para os negros ...	

Quadro 4: Sobre a percepção e o posicionamento dos alunos brancos em relação às políticas de ações afirmativas na educação superior no Brasil.

Por meio do quadro no referente ao posicionamento dos estudantes brancos em relação às ações afirmativas, podemos constatar menos divisão de opiniões entre eles, sobre o tema pesquisado.

Outro eixo de análise que a pesquisa tomou como base foi a percepção dos estudantes afro-brasileiros e brancos em relação ao racismo, desigualdade racial e discriminação na sociedade brasileira, particularmente no que tange à educação superior. O quadro a seguir apresenta a percepção dos estudantes.

O quadro a seguir apresenta a percepção dos estudantes afro-brasileiros e brancos sobre discriminação racial, racismo e desigualdade racial

Estudantes entrevistados	Percepção sobre discriminação racial, racismo e desigualdade racial
D/ Pedagogia – afro-brasileiro	... não, diretamente não, mas já percebi diferenças, tipo no tratamento como, por exemplo, chegar num lugar ser tratada de um jeito, mas quando meu marido (branco) chega atrás de mim me tratam de outra forma, mas nada diretamente, só no tratamento que é diferente, não tem como negar”.
F/ Pedagogia – afro-brasileiro	Um pouco velado, todos dizem que não que isso já acabou, mas existe ... as pessoas dizem que não sou racista, mas lá no fundo realmente são ... pelas ações, comentários muitas vezes, não digo todas as pessoas, mas na fala acaba percebendo que as pessoas são.
J/ Pedagogia – afro-brasileiro	Acho que existe um racismo mascarado no Brasil ... aquele que não se diz totalmente racista, diz, ah tenho amigos negros, mas na hora que a filha aparece com um namorado negro dentro de casa, muitas vezes pode recuar, é esse tipo de racismo acredito que existe no país.
T/ Pedagogia – afro-brasileiro	A última vez estava trabalhando numa empresa aqui de alarmes, eu sai da minha sala para entregar a chave de uma casa para um senhor, eu cheguei com a chave, cheguei perto dele para entregar a chave, ele pegou a chave com as pontinhas do dedo e deu um passo atrás e continuou a conversa com uma outra moça que estava conversando com ele.
A/ Ciências Sociais – afro-brasileiro	Acho que existe discriminação racial no Brasil, porque já ouvi falar de outras pessoas que a universidade não foi feita para negro ... Vejo poucas pessoas negras bem sucedidas, raramente, é um ou dois, aqui em Pelotas só conheço um, que é advogado, o único negro aqui em Pelotas vejo socialmente bem sucedido, o resto é da classe pobre.
L/ Ciências Sociais – afro-brasileira	Existe racismo camuflado, aquele que não é direto, mas tu sabes. Eu antes de entrar na empresa que trabalho agora, estava disputando uma vaga numa empresa e meu currículo era suficiente para preencher a vaga e a pessoa simplesmente pegou e fez uma entrevista e o atirou em cima de sua mesa e me disse qualquer coisa ia me chamar. Existe desigualdade racial no Brasil, tu vê a maioria que estão na faculdade são brancos, no colégio onde estudei também, a maior parte sempre foi branco. Na 1ª série até 7ª série só tive um professor negro.
M/ Ciências Sociais –	Hoje em dia no Brasil as coisas são muito mascaradas, é difícil que a gente se dá por conta ... a gente está tão acostumada nessa vida

afro-brasileiro	rotativa.
A/ Filosofia – afro-brasileira	Existe, existe em todo lugar ... por causa da ignorância das pessoas, sinceramente, é pura falta de condição, imagina. Existe preconceito sobre todo, então preconceito racial é a mais antigo de todos eu acho aqui no Brasil. Existe em todas as classes e existe também na universidade ... se um negro me diz que nunca sofre preconceito, pô, tu és de outro mundo porque daqui tu não podes ser, senão, não seria do Brasil e de qualquer outro lugar do mundo, porque o mundo é preconceituoso, todo ser humano é egoísta, todo mundo se acha um pouquinho melhor do que o outro ser humano.
M/ Filosofia – afro-brasileira	Eu tenho certeza que tem discriminação racial no Brasil, porque a gente não vê professores negros, quando vê, ele está lá no ensino municipal, quietinho no cantinho dele. Nas grandes empresas do Brasil não tem representação negra só salvas exceções, entende? Não sei se te contaram, para não errar a data, até 1960 no Banco do Brasil não entrava negro nem na porta, para trabalhar, entendeu? um dos critérios para trabalhar no Banco do Brasil era não ser negro ... Eu passo isso porque sou casada com branco, então eu passei isso várias e várias vezes, tipo assim ó, quando eu e meu marido entramos numa loja, quando a loja é de status, eles dão atendimento a ele a mim não, daí eles atendem ele, e depois perguntam e a senhora o que deseja, as atitudes são claras, ai sim tu vêes que existe racismo ... manda um branco e um preto entrar numa loja ou uma empresa e observa o atendimento das pessoas e ai que tu detectas o racismo, mais claramente, porque nos outros lugares tu vais ver ele mais mascarado.
R/ Filosofia – afro-brasileira	Ah, existe, e como ... é uma discriminação assim, como vou te dizer ... camuflada, nê? Eles dizem que não são, mas têm discriminação, até porque se for numa loja, tu vêes um produto, aquele produto custa... digamos mil reais, mil duzentos, nê? o vendedor não faz muita questão de te vender o produto ... Eu, semana passada fui assim o jeito que estou agora, de bermuda e chinelo, porque estava um dia de sol, fui comprar um notebook na Ponto Frio, o vendedor não fez muita questão de me vender o produto. Aí fui numa outra loja, ai, quem me atendeu era um mulato, não era nem um negro, era um mulato, e fez questão de me vender o produto, fui bem atendida.
T/ Ciências Sociais - branco	A minha avó paterna ela é uma pessoa racista, abertamente racista e isso me incomoda muito, já não brigo mais com ela porque ela é uma pessoa de mais idade ... infelizmente o racismo é uma coisa que foi absorvida, foi entranhada, as vezes as pessoas dizem que é cultural como se desculpasse, quando diz que é cultural se torna pior ainda, é uma coisa que está entranhada de tal forma por um grande número de pessoas e que está subjacente e é passada de pai para filho, é assustador.

R/ Ciências Sociais - branca	- Eu acho assim ó, tudo é mais difícil para o negro, meu marido é negro, e quando comecei essa relação, a minha cidade, não é uma cidade que tem muitos negros, é uma cidade de colonização alemã, essa miscigenação lá, não era, não é muito comum, então eu sai com negro na rua, as pessoas não conseguiam se controlar entendeu, elas olhavam, isso foi em 2005, agora em 2010, isso é mais comum sabe, mas tu sente, as pessoas não precisam te falar, entende? mas tu sente no olhar, tu sente no comentário as pessoas discriminando. E outra coisa lá na minha cidade aonde eu consigo ver isso, nê? Por exemplo, uma vaga de emprego se a pessoa é negro, ela já tem grande desvantagem, ela tem que mostrar que realmente ela é melhor, tem que surpreender muito mais do que o outro que é branco para conseguir, eu vejo isso claramente, em todo ... Meu marido, quando comecei a me relacionar com ele, na minha família teve um corte, teve uma divisão, eu tenho um primo que não aceitava essa relação. Uma vez ele chegou a me dizer que eu estava me desvalorizando por tá constituindo uma relação com uma pessoa negra. Daí tu tira o resto, isso foi demais assim. A relação com a minha família foi rompida por isso. Comecei a levar ele na minha casa, meu primo começou a ignorar ele sabe, ele não tinha defeito nenhum, só por esse fato, o seu defeito era ser negro. Eu não sei lidar ainda com essa situação, eu não sei mesmo.
P/ Ciências Sociais - branco	- Discriminação racial existe, como existe para gay, dizem que não, nê? A gente vê toda hora, a gente escuta toda hora uma piadinha.
C/ Ciências Sociais - branco	- Eu não sei por que não deve ter as ações afirmativas? tem gente que diz que é racismo ter ações afirmativas, eu não acho ... se é racismo, então cotas para quem tem deficiência física é preconceito também.
B/ Filosofia - branco	Acho o seguinte se tu pegar hoje 100 pessoas, talvez um seja abertamente racista, e agora os 99, de pessoas brancas que estou falando, uns 90 sejam racistas de maneira velada. Eu acho que existe muita gente racista, e muita gente que não admite que é racista, muita gente que diz que não nota ou pensa que não é racista. Geralmente quando está falando alguma coisa a pessoa de nada diz, olha eu não sou racista, ela acredita naquilo, mas ela está justificando uma posição muitas vezes que é estranha. Quando diz, eu não sou racista, mas, é porque em geral é racista. Porque tem muita gente quando está discutindo cotas tem esse tipo de conversas, eu acho que tem muito racismo ainda.
D/ Filosofia - branco	Existe muita desigualdade racial, pode ver que o branco tem mais dinheiro que o negro, tem mais oportunidade de trabalho ... hoje se vê um negro num carrão a primeira coisa que eles olham e diz, é ladrão, não te olham, não pensam se você foi lá lutou, se tu tens um PHD, não querem saber nada disso, já te olham de outras

	formas, nê? Até a própria polícia.
J/ Filosofia - branco	Bom, na educação, dentro da universidade, acho que tem muito racismo e o processo seletivo é aquilo, nê? O processo seletivo não vê a cor, nê? Se tu és branco se tu és negro, mas como os negros em geral vem de uma situação que dificulta, é uma pena, o processo de vestibular não veja que o candidato negro e o candidato branco eles estão vindo em geral de condições diferentes. Muita gente diz, o vestibular é uma questão de competência, tu chegas, tu faz a prova, não vê a tua cor, é isso que é problema, é problemático,
M/ Filosofia - branco	Desigualdade racial existe, a Cidade de Pelotas é um exemplo disso. Mais da metade da população é negra, mas os negros estão na periferia, por que mais da metade dos funcionários dos bancos não são negros? Por que mais da metade dos estudantes de tais cursos da universidade não são negros? Existe um desequilíbrio muito grande, como te disse, eu tenho um colega negro.

Quadro 5: Sobre a percepção dos alunos afro-brasileiros e brancos em relação ao racismo, discriminação racial e desigualdade racial no Brasil.

Outro eixo de análise que a pesquisa teve como base foi o caminho apontado pelos estudantes afro-brasileiros e brancos para superar o racismo, a desigualdade racial e a discriminação na sociedade brasileira, particularmente no que tange a Educação Superior. O quadro a seguir apresenta a proposta alternativa dos estudantes.

O quadro a seguir apresenta a proposta alternativa em relação à desigualdade educacional dos estudantes afro-brasileiros e brancos

Estudantes entrevistados	Proposta alternativa dos estudantes
D/ Pedagogia– afro-brasileiro	... Qualificar a base e não qualificar depois lá no final, teria que investir na educação infantil para resolver essa questão do acesso do afrodescendente na educação superior.
F/ Pedagogia– afro-brasileiro	
J/ Pedagogia – afro-brasileiro	Eu acho que as cotas sociais é o primeiro passo ... eu acho que se tu olhas para uma cidade, uma periferia, se as cotas sociais vai atingir pessoalmente aquele indivíduo que é da periferia acho que tu vais contemplar muitos tanto se a periferia tiver mais brancos ou mais negros, porque tem bastante negros na cidade que tem condição para pagar um cursinho, que estudaram na escola particular, tem muito acho dessa coisa assim, todo o que é negro é pobre, já tá meio que, desmistificado. Eu acho se começar pelas cotas sociais, partindo pela renda, eu acho que já é, um caminho, qual parte que vai abranger, o pobre, o branco e o negro.
T/ Pedagogia– afro-brasileiro	Só as cotas não adianta, não vai adiantar só isso aí ... deve fazer uma reforma total na política de educação, desde lá o primeiro, o prezinho.
A/ Ciências Sociais- afro-brasileiro	É fazer uma reforma na educação ... a educação hoje ela é, para branco, eu vi, eu senti quando estudava e muitos que ainda estudam vêem isso, que as vezes na escola eles não se enxergam, então deve ser reformada o sistema educacional, deve ser trabalhado a questão da cultura negra.
L/ Ciências Sociais– afro-brasileiro	Deveria ser desde cedo, desde na família antes de ir a escola, e também na escola deveria estimulado aos alunos a não ter a diferença racial.
M/ Ciências Sociais – afro-brasileiro	Acho que seria importante vagas harmônicas, tipo metade, metade, já a gente estaria lutando contra a desigualdade ... vinte vagas destinadas aos brancos, vinte vagas destinadas aos negros, eu acredito que é assim.
A/ Filosofia – afro-brasileiro	Além dessas cotas tem que ter outras medidas para que as pessoas possam fazer um segundo

	<p>grau e não tem que optar ou em trabalhar ou em estudar.</p>
M/ Filosofia – afro-brasileiro	<p>Tem que viabilizar a educação, orientando, desmistificando, tem que começar na base e fazer funcionar as ações afirmativas, porque não adianta ter as ações afirmativas e não fazer funcionar, tem que promover mais discussão sobre as ações afirmativas nas universidades públicas para que se torne mais efetivo, começar a contratar mais professores negros, para ter representação do negro dentro da universidade.</p>
R/ Filosofia – afro-brasileiro	<p>Deveria ter mais projetos educacionais nas favelas, trabalho de extensão universitária.</p>
T/ Ciências Sociais - branco	<p>Manter as ações afirmativas na universidade, criar ações afirmativas no mercado de trabalho, eu acho que é fundamental porque as pessoas contratam quem elas querem, entende? Se eu sou racista não vou contratar o negro, entende? As vezes tu entras numa loja, para uma função que nem precisa de curso superior, e tu não encontras nenhuma pessoa negra entre diversos atendentes que tem ali, o que é isso? Será que é só condição social que não deixou o negro chegar naquele espaço? Então acho tem que criar ações afirmativas no mercado de trabalho, discutir a questão no máximo e manter as ações afirmativas na universidade</p>
R/ Ciências Sociais - branco	<p>Eu vejo assim, pela educação, através da educação, acho se tu tiver branco e negro no mercado de trabalho, trabalhando junto, entendeu? Não só quando chega num ambiente de trabalho só tem pessoas brancas, colocando negro na universidade, oportunizando ele vai conseguir se igualar, eu acho só dessa forma.</p>
P/ Ciências Sociais - branco	<p>Bastante discussão, bastante esclarecimento, palestras para discutir sobre ações afirmativas. Tem muita gente que é preconceituosa, mas, não sabe porque.</p>
C/ Ciências Sociais - branco	<p>Acho que deveria ter ações afirmativas para afro-descendentes até para funcionários, para professores, quando tem concurso, deveria ter cotas também ... eu acho assim que começa, tem que começar por algum lugar, né? E ia começar ter mais pessoas negras e mais alunos negros, eu acho pelo menos para tentar abrir um caminho, né? Na universidade se vê muito pouco negro,</p>

	professor mesmo não vê, é muito difícil, a gente tem que começar por algum lugar, tem que ter um começo, né? Para abrir um caminho, de repente aumentar as cotas.
B/ Filosofia - branco	Eu acho se oportuniza isso através da educação tu vais conseguir chegar a esse objetivo, né? Só que acho que vai demorar muito tempo ainda, não sei se vou chegar a ver essas mudanças.
D/ Filosofia - branco	Enfim, se essas questões são discutidas acho que as pessoas possam se conscientizar, o espaço da universidade é um espaço que poderia muito bem ser utilizado para isso, o problema é que a universidade é muito fechada.
J/ Filosofia - branco	É melhorar a auto-estima do negro através da educação. Valorização da cultura negra e o ser do negro na sociedade brasileira, essas questões devem ser discutidas na escola, no ensino superior etc.
M/ Filosofia - branco	As políticas são importantes, elas fazem diferença, mas deve pensar muito além disso, deve pensar na educação que está se dando na base, tanto para os afro-descendentes quanto para os brancos.

Quadro 6: Proposta alternativa dos alunos afro-brasileiros e brancos para superar o racismo, a desigualdade racial, particularmente na Educação Superior.

O conjunto de perguntas semiestruturadas foi trabalhado por meio da análise textual discursiva. Após minuciosa leitura das respostas dos alunos nas entrevistas, apreendemos de cada uma das respostas a totalidade dos seus significados e assimilamos as mensagens contidas, destacando os elementos da fala dos alunos.

Ao desenvolver esta pesquisa numa instituição pública federal, nossa intenção foi, além de dar voz aos estudantes afro-brasileiros e brancos como meio de se pronunciarem a respeito dessas ações que dizem respeito a eles, também, conhecer os seus posicionamentos em relação a tais ações, tendo em vista que essas políticas para afro-brasileiros estão direcionadas às universidades públicas, sejam elas federais ou estaduais. Também foi abranger os 3 cursos na área da Educação e das Ciências Sociais (Pedagogia, bacharelado e licenciatura em Filosofia e bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais), considerados dos

cursos geralmente menos procurados no vestibular pelos estudantes em comparação aos cursos chamados tradicionais, Medicina, Direito, Odontologia etc, apresentando a percepção dos afro-brasileiros e brancos sobre o tema tratado nesta investigação.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) trabalha com o “quesito cor”, entre as categorias de branco, preto, pardo, amarelo, e nós optamos por trabalhar com as duas categorias de sujeitos, em primeiro lugar, os autoidentificados afro-brasileiros. De acordo com os entrevistados, consideram-se negros, não fazem distinção entre pretos e pardos. Em segundo lugar, os autoidentificados brancos.

Conforme esclarecemos, neste estudo não houve opção para as demais categorias, pelas razões já expostas, mas não houve qualquer reivindicação, por parte dos sujeitos da pesquisa, para opção nas categorias omitidas. Muito pelo contrário, no nosso diário de campo observamos o seguinte: quando fizemos contato com o diretório acadêmico das Ciências Sociais, de acordo com os seus membros, uma aluna se candidatou como parda para participar do sorteio da pesquisa, mas o diretório acadêmico havia falado para ela que precisávamos de pessoas que se autoidentificassem como afro-brasileiras e/ou brancas. O diretório me procurou para decidir se ela poderia participar ou não, visto que se considera parda. Sugerimos ao diretório decidir juntos se ela se considerava afro-brasileira ou branca para poder fazer parte da amostra, tendo em vista que nosso objetivo era entrevistar pessoas auto-identificadas como afro-brasileiras e brancas. Essa aluna comunicou ao diretório acadêmico que se considerava afro-brasileira.

Outro caso, anotado no nosso diário de campo: quando procuramos o diretório acadêmico da Pedagogia, não conseguimos nenhum aluno branco interessado em participar da pesquisa e sugerimos a um membro do diretório a sua participação, tendo em vista aparentemente para nós ser branco, pela cor da pele. Esse aluno nos respondeu, “Olha, até gostaria de participar, mas não me considero branco, tenho mistura de índio na minha família”. São vários elementos que apareceram na escolha dos nossos entrevistados, sujeitos da investigação.

Cabe salientar que a categoria de afro-brasileiro substitui na pesquisa o negro enquanto “raça”. Portanto, afro-brasileiro é quem se autodeclara de cor parda ou preta, embora o conceito de raça seja questionado por pesquisadores

sobre relações étnico-raciais que defendem a superação de seu uso, porque biologicamente não há evidências de sua existência. Como afro-brasileiro não é cor, por isso optamos por não usar as categorias do IBGE. Nesta pesquisa, utilizamos o termo negro como sinônimo de afrodescendente, afro-brasileiro, por mais que nem todo afrodescendente seja afro-brasileiro. O pesquisador desta investigação é um exemplo disso, enquanto haitiano, afrodescendente, negro, mas não ser afro-brasileiro.

Nos três Cursos da graduação, segundo os entrevistados, totalizamos aproximadamente 602 alunos nas turmas dos sujeitos da pesquisa. Desse número, são 60 afro-brasileiros, portanto, segundo eles, os 542 são não afro-brasileiros. Os afro-brasileiros representam 9,97% dos alunos. Deixamos claro que pode haver uma margem de erro nos números em relação aos alunos. Mas, como nosso objetivo é de analisar a percepção dos alunos sobre o tema, fizemos questão de trazer o que os alunos observam os seus cursos.

Os cursos de Filosofia e Ciências Sociais funcionam apenas no período noturno, à exceção da Pedagogia que funciona de tarde e de noite. Mas, o nosso público-alvo foram os alunos que estudam no período noturno, com a hipótese que poderíamos encontrar mais afro-brasileiros de noite do que de manhã, tendo em vista, muitos precisarem trabalhar para ajudar a família, como aparece na fala de alguns entrevistados.

Meu sobrinho, por exemplo, não adianta, ele não vai conseguir. Ele me disse assim, tia ou trabalho ou estudo. As duas coisas não dá para fazer, porque quando estou na aula estou cansado, não tenho uma monitoria que possa fazer e ganhar uma grana para me sustentar, então eu falto aulas, porque tem provas, tenho que estudar, eu falto aula (A, afro-brasileira / Filosofia).

... Dizem que a maior parte da periferia é negra, pode ser, muitos tem que sair da escola cedo para ajudar em casa, tem que trabalhar (L, afro-brasileira/ Pedagogia).

Com o exposto nas falas dos alunos, acreditamos que exista maior representação do aluno afrodescendente no período noturno do que de manhã. O contexto socioeconômico do país, o próprio sistema capitalista, competitivo tem dificultado que a classe média e, particularmente, a classe mais pobre tenha dedicação integral, exclusiva aos estudos, seja no ensino médio ou superior. Em alguns casos, até no ensino fundamental pode-se encontrar casos de alunos que

trabalham de manhã e/ou de tarde e estudam no período noturno. Portanto, a representação dos alunos no período noturno indica dupla jornada, estudo e trabalho, para os afro-brasileiros e os brancos da nossa investigação.

A desigualdade econômica entre afro-brasileiros e brancos tem sido constatada por diferentes pesquisas e, se na UFPel, a representação do branco é maior no período noturno, a do aluno afro-brasileiro não poderia ser diferente. Ao que tudo indica, a representação majoritária de brancos e afro-brasileiros no período noturno pode ser sustentada, também, baseando-se no fenômeno de classe social.

No que se refere aos docentes, na Faculdade de Educação, no Curso de pedagogia, totalizamos 49 professores e, segundo os alunos entrevistados, 2 são afro-brasileiros. No Departamento de Sociologia, Política e Filosofia, do qual faz parte o curso de Ciências Sociais, totalizamos 14 professores, nenhum afro-brasileiro. No Curso de Filosofia com 13 professores, nenhum é afro-brasileiro, de acordo com a percepção dos alunos entrevistados. Salientamos que o número total de professores foi fornecido pelas faculdades. Nas 3 analisadas totalizamos 76 professores, dentre esses só 2 são afro-brasileiros (2, 63%), sendo que, os 3 cursos fazem parte dos chamados de “menos prestígio” na universidade. Percebemos a disparidade existente no percentual não só entre os alunos afro-brasileiros e brancos, como também entre os professores.

Quando optamos pelo tema desta investigação, partimos da hipótese de a percepção dos afro-brasileiros em relação às políticas de ações afirmativas ser a contradição da contradição, a negação da negação, a antítese da antítese. Isto porque alguns afro-brasileiros, por mais que admitam a pouca representação do afro-brasileiro no ensino superior, e além disso, aceitem existir racismo e desigualdade racial no Brasil, particularmente no Ensino Superior, eles dizem que essas medidas são discriminatórias e podem provocar mais ainda o racismo. Por isso, pensamos analisar as respostas relativas às ações afirmativas para além do posicionamento de ser a favor ou contra.

O posicionamento dos brancos nos surpreendeu. Procedemos à leitura do material coletado nas duas etapas das pesquisas empíricas e logo pudemos passar à primeira etapa de análise dos dados que é a desconstrução dos textos e sua unitarização. Utilizamos o mesmo processo para as demais questões do

roteiro de entrevistas. Tendo elaborado as unidades das questões, passamos a segunda etapa que consiste na categorização das unidades anteriormente construídas.

CATEGORIAS DA PERCEPÇÃO DOS AFRO-BRASILEIROS

1. Racismo	Respostas assinalam que as ações afirmativas podem provocar mais racismo e outras afirmam que, se ações afirmativas são racismo, então cotas para deficientes, idosos e mulheres são preconceitos também.
Subcategoria: 1.1 Discriminação	Respostas consideram que essa forma discriminatória diminui a chance de concorrer todo mundo de igual por igual e outras afirmam serem os afro-brasileiros muito discriminados racialmente.
Subcategoria: 1.2 Inferioridade	Respostas apontam que essas ações inferiorizam o afro-brasileiro, parece que o caracterizam como incapaz e outras afirmam que os afro-brasileiros têm condições sociais inferiores às dos brancos no país.
2. Direito	Respostas afirmam que ação afirmativa é um direito porque durante muitos anos os afro-brasileiros não tiveram acesso ao ensino, particularmente ao superior.
Subcategoria: 2.2 Avanço	Respostas mostram que o Brasil tem essa obrigação de colocar, de oportunizar, de correr atrás desse tempo perdido, oportunizando ao afro-brasileiro entrar na universidade com mais vantagem do que o branco.
Subcategoria: 2.3 Reparação	Respostas indicavam que o racismo perdurou durante muitos anos no Brasil, é uma forma de reparar a injustiça ocorrida contra essa parcela da nação brasileira.
3. Estímulo	Respostas revelam que seria um estímulo porque o negro iria lutar na sociedade para conseguir os mesmos direitos que o branco. Cada vez as pessoas veriam mais pessoas negras dentro da universidade.
4. Benefício	Respostas informam ser um benefício a mais, porque o acesso é bem complicado para afro-descendente ainda hoje, há pouca representação dos afro-brasileiros no ensino superior.

Quadro 7: Categorias surgidas a partir da percepção dos afro-brasileiros sobre o tema da investigação.

Como bem percebemos no quadro 7, as ações afirmativas foram consideradas medida discriminatória por alguns alunos afro-brasileiros. Quanto à discriminação, recorreremos à citação de Gomes, demonstrando que

A Constituição Brasileira de 1988 não se limita a proibir a discriminação, afirmando a igualdade, mas permite, também, a utilização de medidas que efetivamente implementem a igualdade material. E mais: tais normas propiciadoras da implementação do princípio da igualdade se acham precisamente no Título I da Constituição, o que trata dos Princípios Fundamentais da nossa República, isto é, cuida-se de normas que informam todo o sistema constitucional, comandando a correta interpretação de outros dispositivos constitucionais (GOMES, 2003, p. 62).

Na mesma linha de pensamento, em *Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos*, Flavia Piovesan afirma:

A discriminação abrange toda distinção, exclusão, restrição ou preferência que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o exercício, em igualdade de condições, dos direitos humanos e liberdades fundamentais, nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo. Logo, a discriminação significa sempre desigualdade. A discriminação ocorre quando somos tratados iguais, em situações diferentes; e como diferentes, em situações iguais (PIOVESAN, 2005, p. 38).

As ações afirmativas, como já mostramos, provocam divisão nas opiniões das pessoas e muitos afro-brasileiros também se sentem mal com essa modalidade de política social. Inclusive um sujeito da nossa investigação afirmou que o privilégio dessa política do Estado brasileiro expressa desconsideração com os brancos.

Eu sempre fiquei em cima do muro ... porque não acho justo assim, eu fiz cursinho particular, acho que esse cursinho não contribuiu em muita coisa, porque nunca fui de estudar e estudei em escola pública como muitos colegas brancos e eu consegui passar sem precisar das cotas, eu acho que tive ... as mesmas chances que as demais pessoas ... assim como muitos negros não têm condições financeiras, muitos brancos também não têm (J, afro-brasileira/ Pedagogia).

Ficou claro, na fala da entrevistada J afro-brasileira, do 6º semestre do Curso de Pedagogia, que nem todos os pobres são negros nem todos os negros são pobres. Realmente concordamos com a sua idéia. Quando chegamos às

periferias, podemos encontrar pessoas de cor preta, parda e branca etc. Mas, também, concordamos com os dados apresentados pela Instituição IBGE.

Desde 2003, os dados e as informações produzidos pelo IBGE e pelo IPEA expressam com clareza as questões raciais no Brasil. Nessas fontes estatísticas, os negros – aqui considerados como o somatório dos pretos e pardos – mantêm-se em geral em uma condição social significativamente pior que a da população branca. Além dos expressivos diferenciais no que diz respeito à renda, os negros são sempre os mais penalizados em termos do acesso aos bens e serviços públicos. Veja-se o que mostram as análises realizadas a partir dos levantamentos realizados pelo IBGE, para o ano de 2001.

Quanto à renda, observa-se que, para aquele ano, enquanto a média da renda domiciliar per capita da população branca foi de R\$ 481,60, a média per capita da população negra era de R\$ 205,40, isto é, os afrodescendentes ganharam, em média, menos da metade do que os brancos. Ademais, os negros são super-representada nos extratos mais pobres da população, independente do recorte de pobreza utilizado. Por exemplo, dos 24 milhões de brasileiros considerados indigentes, ou seja, aqueles localizados abaixo da “linha da indigência”, quase 70%, ou 16,5 milhões, eram negros.

Detentores das piores posições no mercado de trabalho, com rendimentos inferiores à metade daqueles percebidos pelos trabalhadores brancos, maiores taxas de desemprego e, quando ocupados, mais afetos ao trabalho informal, os negros apresentam ainda os mais baixos índices de cobertura do sistema previdenciário e os maiores índices de trabalho infantil. Paralelamente, a população negra é super-representada na população favelada e sub-representada nos indicadores de cobertura de serviços públicos. Assim, o percentual da população negra favelada é o dobro do verificado para a população branca (respectivamente 6,1% e 3,0%). Do mesmo modo, os indicadores de proporção de domicílios, segundo cor e raça do chefe da família, em diversos serviços como abastecimento de água, domicílio com esgotamento sanitário ou com saneamento básico adequado, com acesso à energia elétrica ou à serviço de coleta de lixo, revelam invariavelmente, menor cobertura para a população negra.

Mais pobres, mais propensos às situações de desemprego e informalidade, habitando áreas carentes de infraestrutura, todos os indicadores mostram a

precária condição social da população negra brasileira. Para muitos analistas, a reversão desse quadro de desigualdades passaria pela ação educacional na medida em que políticas educacionais de cunho universalista propiciariam uma mobilidade ascendente para os grupos mais desfavorecidos da população, entre eles os negros. Melhores níveis de educação resultariam em melhores condições de disputa dos postos no mercado de trabalho, permitindo, dessa forma, acesso à maior remuneração. Essa âncora universalista para as políticas públicas, enfatizada pela Constituição de 1988, deveria ser, segundo alguns estudiosos, o elemento principal de um processo de redução das desigualdades sociais. De fato, a equalização via universalização do acesso ao sistema educacional é um dos pressupostos republicanos da generalização de uma cidadania plena e atuante.

Por estas razões, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial prevê, no artigo 1º, parágrafo 4º, a possibilidade de “discriminação positiva” (a chamada “ação afirmativa”), mediante a adoção de medidas especiais de proteção ou incentivo a grupos ou indivíduos, com vistas a promover sua ascensão na sociedade até um nível de equiparação com os demais. As ações afirmativas constituem medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo de igualdade, com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos socialmente vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, dentre outros grupos (PIOVESAN, 2005, p. 39).

No parágrafo interior, percebemos a constitucionalidade das políticas de ações afirmativas como discriminação positiva para reparar o que aparece nos dados dos principais institutos de pesquisa reconhecidos nacionalmente, como IBGE (1998) ou IPEA (2000), mostrando que entre os pobres, os negros são a esmagadora maioria – de cada 10 pobres 7 são negros. E isso se reflete na educação. De acordo com o entrevistado T branco:

Desigualdade racial existe, a cidade de Pelotas é um exemplo disso. Mais da metade da população é negra, mas os negros estão na periferia. Por que mais da metade dos funcionários dos bancos não são negros? Por que mais da metade dos estudantes de tais cursos da universidade não são negros? Existe um desequilíbrio muito grande, como te disse, eu tenho um colega negro (T, branco/ Ciências Sociais).

Os dados anteriormente apresentados não deixam dúvidas sobre a gravidade da questão racial tal como ela se constrói hoje no país. Chamam a atenção e não apenas porque as disparidades entre negros e brancos são gritantes em praticamente todos os indicadores socioeconômicos levantados. Com efeito, duas outras importantes constatações emergem: no primeiro, o fato de que, na maior parte destes indicadores, as desigualdades têm-se mostrado constantes ao longo do tempo e, em alguns casos, vêm inclusive se agravando. Ou seja, quando analisados em séries históricas, os dados levantados não mostram propensão de convergência entre brancos e negros em nenhum aspecto relevante. Vê-se, então, que os indicadores socioeconômicos não têm apresentado evoluções que permitam antever, a curto ou médio prazos reduções expressivas das desigualdades entre os grupos raciais. Na segunda, reafirma-se a tese de as desigualdades raciais no Brasil não serem fruto apenas da situação de pobreza à qual historicamente estão submetidos os afrodescendentes, mas sobretudo da existência ativa do racismo e da discriminação racial em todos os espaços da vida social.

CATEGORIAS DA PERCEPÇÃO DOS BRANCOS

1. Divisão	Respostas indicam que alguns têm medo da divisão no país, entre afro-brasileiro e branco.
Subcategoria: 1.1 Discriminação	Respostas revelam discriminação dos brancos socialmente marginalizados e outras mostram que os afro-brasileiros sofrem muita discriminação racial.
2. Caminho	Respostas mostram que as ações afirmativas também podem ser um caminho para diminuir o preconceito. Uma pessoa racista que enxerga um negro médico, advogado etc, talvez na cabeça dela isso mude alguma coisa.
Subcategoria: 2.1 Avanço	Respostas assinalam que é um avanço porque mexe com a estrutura
3. Oportunidade	Respostas sinalizam que as ações afirmativas são uma maneira de oportunizar aos afrodescendentes e aos índios chegarem ao mesmo nível que os brancos já vêm ocupando há muito tempo.
Subcategoria: 3.1 Reparação	Respostas apontam uma reparação pela história do negro na sociedade brasileira

Quadro 8: Categorias surgidas a partir da percepção dos brancos sobre o tema da investigação.

Os 8 estudantes brancos participantes da pesquisa concordam com a política, por mais que alguns achem que se deve ir além dessas políticas. Constatamos que eles denominam essas ações como um “avanço”, uma “maneira de oportunizar”, “uma forma de compensar”, “forma de abrir portas”, “é uma questão social e histórica” e “caminho para diminuir preconceitos”, expressões que dão sentido às suas falas.

De acordo com o estudante T branco, do Curso de Ciências Sociais:

Se a universidade fosse assim: tu terminas o ensino médio, chegas e te matriculas e não tem vestibular. Bom, para mim é um progresso muito maior do que as ações afirmativas, incluiria diversas pessoas. Quando falo assim, têm algumas pessoas que dizem, Ah! assim tu ias acabar com a qualidade da universidade entrando um monte de gente. Mas quem diz que a qualidade de muitas universidades brasileiras é tão excelente assim? (T, branco/ Ciências Sociais).

Segundo a fala do aluno branco T, parece que algumas pessoas ainda acreditam que raça condiciona a capacidade intelectual das pessoas e, neste caso, a ausência dos negros nos estabelecimentos de Educação Superior se deveria à natural incapacidade deles. Aquelas pessoas, defensoras dessa ideia, elas têm medo que o nível acadêmico, a excelência da Educação Superior seja prejudicada com a presença de muitos negros nas universidades brasileiras. Embora não fique explícito, retomam, de modo implícito, os argumentos do racismo científico do século XIX.

Cabe salientar a concordância entre todos os sujeitos da pesquisa, os chamados afro-brasileiros e os quanto a existir discriminação racial, desigualdade racial e pouca representação do negro no Ensino Superior, mas a ação afirmativa, enquanto medida provisória para privilegiar o ingresso dos afro-brasileiros no Ensino Superior gera desconforto e divisão nas opiniões dos sujeitos da pesquisa.

Nas falas de 4 alunos afro-brasileiros na pesquisa, percebemos o desconforto deles ao afirmar que não são contra nem a favor das políticas de ações afirmativas. Realmente há pouca representação de afrodescendentes na universidade, mas não usufruíam, não se candidatariam a uma vaga reservada para afro-brasileiros por mais que se considerem afro-brasileiros, pelo fato de gerar um certo sentido de inferioridade e incapacidade ao afro-brasileiro. De acordo com Peter Fry, um crítico das ações afirmativas:

Em primeiro lugar, as cotas representam um golpe fatal na ideologia do mérito individual como guia para admissão à universidade pública. Em segundo lugar, a sua implementação levou à criação de um sistema de classificação racial que divide os candidatos em duas categorias estanques: os que têm e os que não têm direito à reserva de vagas, ou seja, no fundo, brancos e não brancos (a Lei das Cotas declara que não há distinção entre negros e pardos) (FRY, 2007, p. 158 -159).

Os alunos brancos direta ou indiretamente concordaram com a proposta de ações afirmativas, justificando ser um avanço e um meio de oportunizar o acesso à universidade aos afro-brasileiros. Além do mais, estes últimos tentam mostrar os limites dessa modalidade de política focalizada, apontando para políticas educacionais universalistas como ideais para uma nação democrática como a brasileira.

A introdução dessa modalidade de política social altera a posição do Estado brasileiro, no sentido de levar em conta a questão de raça que é, sem dúvida, uma discriminação, mas alguns pesquisadores chamam essa ação de discriminação positiva.

Cabe ressaltar que

(...) A discussão sobre as políticas sociais compensatórias racialmente definidas, ou ainda, de discriminação positiva, aparece quase sempre associada às iniciativas de ações afirmativas compreendidas enquanto instrumento corretivo do hiato entre o princípio constitucional da igualdade e um complexo conjunto de relações sociais profundamente hierarquizado (SISS, 2003, p. 111).

Salientamos três vertentes de concepções da igualdade: a) a igualdade formal, reduzida à fórmula “todos são iguais perante a lei”; b) a igualdade material, correspondente ao ideal de justiça social e distributiva (igualdade orientada pelo critério socioeconômico); c) a igualdade material, correspondente ao ideal de justiça enquanto reconhecimento de identidades (igualdade orientada pelos critérios gênero, orientação sexual, idade, raça, etnia e demais critérios).

A ideia de respeito às diferenças proposta neste trabalho é sintetizada por Boaventura de Souza Santos (2003) quando propõe a reconceitualização dos direitos humanos como multiculturais e não universais como até hoje têm sido compreendidos, pois, dessa forma, tendem a expressar unicamente os valores ocidentais dominantes. Nessa perspectiva contra-hegemônica proposta, o autor atenta para a necessidade da preservação das diferenças e para a importância de tentar eliminar as hierarquizações culturais feitas com base em critérios raciais e sexuais.

Para Boaventura Souza de Santos, o multiculturalismo progressista será obtido a partir de um diálogo intercultural em que sejam respeitadas as diferenças e aceito o imperativo transcultural que afirma:

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (SANTOS, 2003, p. 458).

Ações afirmativas são aqui entendidas como políticas que

Têm por objetivo garantir a oportunidade de acesso dos grupos discriminados, ampliando sua participação em diferentes setores da vida econômica, política, institucional, cultural e social. Elas se caracterizam por serem temporárias e por serem focalizadas no grupo discriminado; ou seja, por dispensarem, num determinado prazo, um tratamento diferenciado e favorável com vistas a reverter um quadro histórico de discriminação e exclusão (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 67).

Nas entrelinhas percebemos, nas falas, as justificativas apresentadas pelos que afirmam não serem nem contra nem a favor das políticas de ações afirmativas para afrodescendentes no Ensino Superior e aqueles que concordaram com a ideia dessa política implicam uma contradição. Expressaram-se dessa forma,

Eu não sei, eu não sou a favor, porque para entrar na universidade tem um segundo grau; por que não auxiliam no segundo grau e depois as cotas? É uma medida boa para colocar mais pessoas na universidade, é, mas e o segundo grau? A maioria não tem segundo grau, a maioria tem que estudar ou trabalhar, entende? (A, afro-brasileira/ Filosofia).

É uma forma de acesso, é, está possibilitando, está, mas eu como beneficiada desta política me sentiria um pouco retraída. Já é uma prova, já é uma parte que todo mundo tem que passar, seja para trabalho, seja para professores, por que tem que ter esse diferencial a mais? Eu custo a me convencer (D, afro-brasileiro/ Pedagogia).

Eu vejo que, no Brasil, de uma forma geral há discriminação, mas eu vejo que o negro não tem tanta representatividade dentro da universidade até mesmo por um sentimento de achar que não tem condição, tipo uma coisa assim: Olha, tem poucos realmente não é para mim. Alguma coisa assim e acabam muitas vezes não lutando para chegar lá, entende? ... Não é porque eu seja totalmente contra, eu não apoio muito essa ideia assim, eu acho que, a partir do momento que tu divides uma parcela para tal: determinadas pessoas que são desse jeito e determinadas pessoas que são de outro jeito, eu acho uma forma maior de discriminação (F, afro-brasileira/ pedagogia).

Eu acho difícil falar, porque é a segunda universidade em que estou, já estudei na FURG, eu não precisei das cotas, eu não precisei de nenhuma dessas políticas afirmativas para ingressar. Eu acho interessante assim, mas eu não sei se porque eu tive as mesmas oportunidades que muitos brancos, eu acho essa coisa

de dívida histórica. Realmente tem uma dívida histórica, mas se a gente foi baseando nisso, têm tantas dívidas históricas, com tantas outras pessoas, o país já tem tantas dívidas, que ... eu não sei, acho que, porque nunca me apropriei das cotas assim, nunca as utilizei, não acho que é uma coisa totalmente relevante, eu acho relevante, mas só que assim ó, eu tenho uma visão, eu sou a favor de cotas em empresas, quando vão contratar funcionários quando é a base de entrevistas. Mas na questão de concursos quando há uma prova, eu acho que as pessoas muitas vezes têm os mesmos mecanismos para passar, porque muitos brancos estudaram nas escolas públicas também (J, afro-brasileira/ Pedagogia).

Não tenho ainda uma opinião formada sobre esse assunto, mas olhando para a parte histórica, eu acho que elas são importantes, mas eu particularmente não usufruiria delas ... não me vejo uma pessoa tipo ... que não possa entrar na faculdade sem, sem precisar das cotas (M, afro-brasileiro/ Ciências Sociais).

Eu acho cotas raciais boas, até seria um estímulo ao negro, mas também eu acho que as cotas raciais levariam mais ainda, como se diz ... a um processo de ... como vou te dizer ... de racismo ... entendes, já vivemos num país racista, acho que estimularia mais um pouco o racismo esse negócio de cotas para o negro, mas que seríamos ótimo, seríamos ótimo, porque pro negro seria um estímulo, porque o negro ia lutar para conseguir entrar numa universidade, conseguir um emprego ... e assim em diante (R, afro-brasileira/ Filosofia).

Fico num meio termo assim, é bom por um lado e ruim por outro lado ... é bom porque ajuda quem é menos favorecido, né? a maioria mais pobre que não tem acesso é sempre o negro, o índio, a classe, como posso dizer ... mais excluída ... como na pesquisa também que trabalho na faculdade sobre fracasso escolar, sempre a maioria são negros, vivem na classe mais baixa ... fico no meio termo, de um lado é bom porque vai dar acesso a aqueles que não tiveram uma educação boa, quem tem condições de pagar uma escola particular, não fica só na pública, esses vão ter condições maravilhosas para chegar na Universidade, agora as pessoas que ficam só na pública ... é muito difícil chegar na faculdade, ainda mais no curso que queira mesmo (T, afro-brasileira/ Pedagogia).

Na análise das entrevistas, percebemos não haver nenhum dos entrevistados que se coloque claramente contra as ações afirmativas. Mesmo aqueles que não concordaram com a ideia dizem que não estão a favor nem contra, são os estudantes afro-brasileiros. Aqueles a favor, mesmo os que se colocaram claramente a favor, afirmam que não devem ser um fim em si mesmas,

devem promover outras políticas educacionais, particularmente políticas universais. E na proposta alternativa de todos os estudantes, eles postulam um caráter universalista da política, em vez do caráter particular e da diferença dos chamados afro-brasileiros. Por exemplo, as respostas indicam:

[...] Qualificar a base e não qualificar depois lá no final, teria que investir na educação infantil para resolver essa questão do acesso do afro-descendente na Educação Superior (D, afro-brasileira/ Pedagogia).

Só as cotas não adianta, não vai adiantar só isso aí [...] deve fazer uma reforma total na política de educação, desde lá o primeiro, o prezinho [...] Deve melhorar toda a educação desde o início, igual para todos (T, afro-brasileira/ Pedagogia).

É fazer uma reforma na educação [...] a educação hoje ela é, é para branco, a visão da escola é para branco (A, afro-brasileiro/ Ciências Sociais).

Tem que viabilizar a educação, orientando, desmistificando, tem que começar ir na base e fazer funcionar as ações afirmativas, porque não adianta ter as ações afirmativas e não fazer funcionar, tem que promover mais discussão sobre as ações afirmativas nas universidades públicas para que se torne mais efetivo, começar a contratar mais professores negros, para ter representação do negro dentro da universidade (M, afro-brasileira/ Filosofia).

O ideal para mim é o acesso universal, todo mundo tem que ter acesso a educação e não só no papel (T, branco/ Ciências Sociais).

As políticas são importantes, elas fazem diferença, mas deve pensar muito além disso, deve pensar na educação que está se dando na base, tanto para os afro-descendentes quanto para os brancos (M, branco/ Filosofia).

Entendemos, portanto, que as ações afirmativas são para dar conta de alguma defasagem na sociedade, na procura de tratar de forma desigual aos desiguais, e igual aos iguais. Portanto, o caráter universalista acaba com essa modalidade de política social. Se for para fazer políticas universais, nem teria sentido implementar políticas de ações afirmativas. Pois são sempre direcionadas a um grupo que, no passado, sofreu algum tipo de injustiça. No caso dos afro-brasileiros, eles sofreram as condições dramáticas de sua história, provocadas pelo sistema colonial escravagista.

Cabe esclarecer que as ações afirmativas na Educação Superior são temporais e não excluem a possibilidade de fazer políticas educacionais

universais, uma vez que todos deveriam ter acesso à educação como dever do Estado e possibilidades de fazer um curso no Ensino Superior. Nesta ordem, entendemos que as ações afirmativas, ora em discussão, fazem parte das políticas sociais. Piovesan as julga:

Neste sentido, como poderoso instrumento de inclusão social, situam-se as ações afirmativas. Estas ações constituem medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo de igualdade, com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, as mulheres, dentre outros grupos (PIOVESAN, 2005, p. 39).

É nesse contexto que Guimarães (2003) frisa que essa modalidade de política, por serem políticas restritivas e limitadas, em suma, políticas de exceção, há necessidade de implementação conjunta com políticas sociais mais amplas.

Ficou mais clara a contradição da contradição com as falas a seguir dos estudantes, mesmo daqueles que propuseram políticas educacionais universalistas. Vejamos a manifestação dos entrevistados:

Manter as ações afirmativas na universidade, criar ações afirmativas no mercado de trabalho, eu acho que é fundamental porque as pessoas contratam quem elas querem, entende? Se eu sou racista não vou contratar o negro, entende? As vezes tu entras numa loja, para uma função que nem precisa de curso superior, e tu não encontras nenhuma pessoa negra entre diversos atendentes que tem ali, o que é isso? Será que é só condição social que não deixou o negro chegar naquele espaço? Então acho tem que criar ações afirmativas no mercado de trabalho, discutir a questão ao máximo e manter as ações afirmativas na universidade (T, branco/ Ciências Sociais).

Tem que começar na base e fazer funcionar as ações afirmativas, porque não adianta ter as ações afirmativas e não fazer funcionar, tem que promover mais discussão sobre as ações afirmativas nas universidades públicas para que se tornem mais efetivas, começar a contratar mais professores negros, para ter representação do negro dentro da universidade. Por exemplo, eu aqui na universidade eu não conheço nenhum professor negro, eu não conheço, pelo menos aquele que se diga negro, não conheço nenhum neste espaço, pode ser que outros cursos aqui na universidade tenham um professor negro, não conheço (M, afro-brasileira/ Filosofia).

Se ouviu falar, mas acho que é pouco discutido, não se discute muito ... e tem muita gente ainda que é contra, que acha que vai perder vaga. Bastante discussão, bastante esclarecimento, palestras para discutir sobre ações afirmativas. Tem muita gente que é preconceituosa, mas, não sabe por quê. Acho que deveria

haver ações afirmativas para afrodescendentes até para funcionários, para professores, quando tem concurso, deveria ter cotas também ... eu acho assim que começa, tem que começar por algum lugar, né? E ia começar a ter mais pessoas negras e mais alunos negros, eu acho pelo menos para tentar abrir um caminho, né? Na universidade se vê muito pouco negro, professor mesmo não se vê, é muito difícil, a gente tem que começar por algum lugar, tem que ter um começo, né? Para abrir um caminho, de repente aumentar as cotas (P, branca/ Ciências Sociais).

Acho que seria importante vagas harmônicas, tipo metade a metade, já a gente estaria lutando contra a desigualdade ... vinte vagas destinadas aos brancos, vinte vagas destinadas aos negros, eu acredito que é assim (M, afro-brasileiro/ Ciências Sociais).

Depois da leitura das falas dos alunos, selecionamos algumas porque são mais expressivas quanto à contradição nos convidam a refletir sobre a mensagem enviada e retomar o roteiro de perguntas semiestruturadas para confrontarmos os dados, no sentido de obtermos o significado implícito nelas.

Nas falas anteriores dos alunos, destacamos que esses últimos acentuam dever-se promover mais discussões sobre a temática de ações afirmativas, pouco ainda se sabe sobre essa modalidade de política. No nosso entendimento, o debate precisa ir além do posicionamento de ser a favor ou contra. As discussões devem englobar questões da história do Estado brasileiro e das políticas educacionais no país desde o início do século passado para entender a dinâmica do atual quadro social, político e educacional brasileiro.

Como afirmamos no parágrafo anterior, na percepção dos alunos a discussão sobre ações afirmativas para afro-brasileiro ingressar no Ensino Superior, ainda é pouca. Parece que a polêmica não avança justamente porque ainda falta muita discussão. Quando uma pessoa levanta essa questão, alguns se limitam a afirmar serem contra ou a favor, muitas vezes não justificando o porquê desse posicionamento. É mais fácil dizer que é contra sem justificar. E outra confusão feita é usar “cota” como sinônimo de “ação afirmativa”. Na verdade, a cota é uma modalidade de ação afirmativa, mas a ação afirmativa não pode ser reduzida simplesmente à cota. E outro elemento existe: quando se fala em ação afirmativa e cota a primeira coisa que surge é o negro, é a questão racial, negando ações afirmativas no tangente ao sexo, idade etc.

Como mostramos ao longo da pesquisa, há outras formas de usar cota e ação afirmativa não seja relacionadas só à questão racial. Como foi muito bem lembrado por uma entrevistada branca, dizer que ações afirmativas para afro-brasileiros ingressarem no Ensino Superior é discriminação, é afirmar que cota para mulher nos partidos políticos, para deficientes físicos no mercado de trabalho e atendimento preferencial aos idosos são discriminatórios também. Se afirmam parecer que o afro-brasileiro é incapaz e, por isso, precisa de ação afirmativa, seria dizer que a mulher, o deficiente físico, o idoso seriam incapazes também, mas nos parece que ninguém questiona tais modalidades de política tanto como aquelas para os afro-brasileiros. Além do mais, parece-nos não haver tanta divisão nas opiniões no referente às ações afirmativas para mulher, deficiente físico, idosos e pobres. Por que, quando é ação afirmativa para afro-brasileiro, significa ser inferior, ser incapaz e é discriminação? Levantamos essa pergunta porque, nas falas de alguns alunos que dizem não serem contra nem a favor das ações para afro-brasileiros, mas não incentivam a ideia e eles afirmam que defendem esse tipo de ação para pobres, isto é, cotas sociais e não raciais. Perguntamos ao fazer cotas sociais, não estaríamos discriminando os pobres? Essa pergunta é para pensarmos sobre a nossa noção de justiça e injustiça.

Procurando compreender as políticas focalizadas em benefício dos afro-brasileiros Durham observa:

As cotas partem da constatação de que os “negros” não estão conseguindo competir com os “brancos” no vestibular. De fato, isso é verdade na medida em que aquela população enfrenta obstáculos sociais muito sérios na sua trajetória escolar que dificultam o acesso ao ensino superior. Alguma coisa precisa ser feita para diminuir essa desigualdade. Mas uma das deficiências da proposta de cotas é exatamente a de que ela incide sobre uma das conseqüências da discriminação racial e da desigualdade educacional sem que estas, em si mesmas, sejam corrigidas (DURHAM, 2007, p. 170).

Entendemos, portanto, que as chamadas ações afirmativas, engendram um conjunto diferenciado de medidas que têm por objetivo igualar o acesso de grupos sociais discriminados a certas oportunidades sociais. Elas visam a estimular a participação destes grupos em determinados espaços sociais nos quais estão sub-representados. Podem ser elencados como ações afirmativas o estabelecimento de cotas em concursos públicos, a fixação de cronogramas e

metas para ampliar a representação destes grupos em instituições ou empresas ou, ainda, programas diversificados de qualificação de que são exemplo as experiências de concessão de bolsas de estudo para afrodescendentes.

Dessa forma, duas constatações se impõem. Observa-se, primeiramente, que ações afirmativas não se reduzem às políticas de cotas e depois, que elas não esgotam o conjunto de políticas públicas necessárias à promoção da igualdade racial. De fato, as ações afirmativas são políticas amplas inseridas no campo da promoção da igualdade de oportunidades, facilitando o acesso dos grupos discriminados a certos espaços da vida social. Tais políticas podem ser entendidas como complementares às políticas universais, quando estas se mostram insuficientes para garantir, em uma dada sociedade, a igualdade de oportunidade aos diferentes grupos étnicos. Ou seja, são ações que devem ser promovidas em sociedades nas quais, a despeito do desenvolvimento de políticas universais, a discriminação racial, direta ou indireta, atua como obstáculo a que os diferentes indivíduos, independente de sua cor, aproveitem as mesmas oportunidades. Contudo, cabe ao Estado mais que promover o acesso: ele deve desenvolver políticas amplas de combate à discriminação e ao racismo.

Entre os afro-brasileiros e brancos destacamos quatro falas que nos chamaram a atenção pela força da mensagem que elas expressam:

... Só quem é negro sabe o que é ser negro, porque é muito fácil falar, é muito fácil, como vou te dizer ... é muito fácil justificar que o próprio negro é racista, de certa forma alguns são realmente até em relação a eles mesmos e a outras pessoas brancas ou não, mas é complicado, é complicado, não é ... eu não disse que seja difícil, mas é complicado ser negro, não é para qualquer um (L, afro-brasileira/ Ciências Sociais).

Eu sou de uma cidade em um tempo ainda havia muito, muito racismo, perdurou por muito tempo onde, então a gente não tinha vez, a gente como preto não tinha vez a nada, a nada. Não tinha vez a um trabalho digno, não tinha vez de vestir uma roupa, que não podia concorrer com a roupa do branco, não tinha vez a clubes sociais, não tinha, não tinha entende, não tinha oportunidade. E havia muita discriminação mesmo, eu acho que é uma forma de reparar isso aí (M, afro-brasileira/ Filosofia).

... Eu acho assim ó, tudo é mais difícil para o negro, meu marido é negro, e quando comecei essa relação, a minha cidade, não é uma cidade que tem muitos negros, é uma cidade de colonização alemã, essa miscigenação lá não era e não é muito comum, então eu sair com negro na rua, as pessoas não conseguiam se controlar entendeu, elas olhavam, isso foi em 2005, agora em 2010, isso é mais comum sabe, mas tu sente, as pessoas não

precisam te falar, entendes, mas tu sentes no olhar, tu sentes no comentário as pessoas discriminando (R, branca/ Ciências Sociais).

A minha avó paterna ela é uma pessoa racista, abertamente racista e isso me incomoda muito, já não brigo mais com ela porque ela é uma pessoa de mais idade ... infelizmente o racismo é uma coisa que foi absorvida, foi entranhada, às vezes as pessoas dizem que é cultural como se desculpasse, quando diz que é cultural se torna pior ainda, é uma coisa que está entranhada de tal forma por um grande número de pessoas, que está subjacente e é passada de pai para filho, é assustador (T, branco/ Ciências Sociais).

Provavelmente essas falas pertencem a pessoas com maior conhecimento sobre a questão racial no Brasil, com informação mais apurada de situações que envolvem relações nas quais a questão “cor da pele” é mais preponderante de alguma forma. No momento atual, segundo alguns entrevistados, mais do que nunca é necessário ampliar os debates sobre ações afirmativas, particularmente cotas raciais, com a sociedade civil.

CONCLUSÃO

Em resumo, não há que se contestar a necessidade de políticas universais e de seu fortalecimento. Ao contrário, o fortalecimento do ensino público, universal e de qualidade, é um fundamento da cidadania, uma garantia de um espaço público, sem o qual não há possibilidade de realizar a construção de uma sociedade menos desigual. A reduzida, mas efetiva formação de uma classe média negra no Brasil foi fruto da existência de escolas públicas de qualidade, que permitiram a extratos desprivilegiados da população capacitarem-se para a competição no mercado de trabalho. Contudo, se a promoção da igualdade racial passa por escolas de qualidade, ela necessita também de políticas específicas. Se, como foi visto, as políticas universais parecem insuficientes para garantir a igualdade racial, outros mecanismos devem ser mobilizados para garanti-la: políticas valorizativas, ações afirmativas e políticas de repressão.

As políticas valorizativas visam a promover a identidade pluriétnica da sociedade brasileira, assim como a valorização da comunidade afro-brasileira, além de destacar o papel histórico desta comunidade na construção nacional. Tais ações podem ser entendidas, inclusive, como atos que apoiam o fortalecimento da política de educação e da própria escola como espaço de aprendizagem da convivência, de cidadania, de respeito e de participação.

Nesse aspecto, por exemplo, a população afrodescendente como qualquer outro grupo, deve ser vista e pensada a partir de sua especificidade e da particularidade de sua condição social. Junto com o direito à igualdade, surge, também, como fundamental, o direito à diferença. Algo fundamental é o respeito à

diferença e à diversidade, o que lhes assegura um tratamento especial (PIOVESAN, 2005).

Através das observações dos entrevistados sobre o número de colegas afrodescendentes, é possível concluir que são ainda poucos nas universidades públicas no Brasil. Mesmo nos cursos noturnos, não considerados elitizados, o afrodescendente é exceção e as condições de estudo superior são ainda mais elitizadas.

A pesquisa evidencia haver uma dupla contradição. A primeira está na própria política de ação afirmativa, enquanto discriminação positiva, segundo alguns autores que estão a favor dessa política, visto ela tende a tratar de forma igual os iguais e desigual os desiguais. Portanto, entendemos esta política como a discriminação da discriminação, ela surge como segundo momento, para reparar uma discriminação anterior.

A segunda contradição da contradição está nos dados analisados. Esses últimos confirmaram que os estudantes afro-brasileiros na sua maioria apresentam uma contradição da contradição, isto é, para eles essa modalidade de política social não é um fim em si mesma, nem deve ser. Dos dez estudantes afro-brasileiros, 4 afirmaram que não serem nem contra nem a favor dessas ações, argumentando que é uma discriminação, é uma maneira de reforçar a ideia de o afro-brasileiro ser incapaz de entrar na Universidade sem uma política que o beneficie. Dizem que não usariam essas políticas, mas ao mesmo tempo, defendem cotas sociais, em outros momentos da fala afirmam haver pouca representação dos afrodescendentes no ensino superior, e ser importante essa ação, mas pode gerar discriminação, racismo, em outras palavras, pode provocar sentido de inferiorização de parte do afrodescendente etc.

Os demais alunos afro-brasileiros e brancos concordaram com a ideia de ação afirmativa, mas afirmam que se deve mexer na estrutura do sistema educacional, isto é, fazer políticas educacionais universais. Eles mostram que políticas de ações afirmativas não excluem a possibilidade de fazer políticas universais. De acordo com eles, as duas políticas não são excludentes, portanto, é possível fazer as duas políticas sem prejudicar ninguém. Sem dúvida, as políticas focalizadas levam em conta as diferenças particulares, sobretudo históricas, de determinados grupos e não negam o universalismo, se de fato esse

último existe. Enfim, os dados revelaram que, de modo geral, todos os alunos defendem políticas universalistas.

A investigação comprovou nossa hipótese proposta neste trabalho de a percepção dos afro-brasileiros em relação às políticas de ações afirmativas ser a de considerá-las a contradição da contradição, a negação da negação, a antítese da antítese. Isto porque um percentual de afro-brasileiros, por mais que admitam a pouca representação do afro-brasileiro no ensino superior e também a existência de racismo e desigualdade racial no Brasil, particularmente no ensino superior, eles dizem que essas medidas são discriminatórias e podem provocar o racismo.

O fato de todos reconhecerem a pouca representação do afrodescendente no ensino superior e de existir muita discriminação racial, particularmente na educação superior, possibilitou que chegássemos a mais um questionamento: Será possível resolver uma questão racial através de medidas sociais? Quais são as condições de possibilidade de fazer políticas educacionais universais (se de fato o universalismo existe) num país pluricultural como o Brasil?

Procurando entender os questionamentos levantados no parágrafo anterior, Rita Laura Segato, em artigo sobre *Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais*, relata que se deparou com a dimensão da diferença entre questão social e racial em Cuba. Ela visitou esse país em setembro de 2003 com o objetivo de coletar alguns dados para um projeto de pesquisa desenvolvido na Universidade de Brasília sobre relações étnico-raciais em Cuba e no Brasil. Estando em Cuba, queria saber se, em um país onde ocorreu um processo revolucionário e onde se democratizou a educação de forma notável, continuava a exclusão racial, particularmente na representação dos afro-cubanos na educação superior. De acordo com Segato (2006), Cuba apresentava um laboratório ideal para verificar e testar sua hipótese. Constatou, de fato, por meio de entrevistas, que uma democratização profunda do acesso à educação nesse país possibilitou a um número significativo de estudantes negros e pobres ingressar no ensino superior, conseqüentemente, a profissões de prestígio, antes quase impossível de acessar, mas o país não terminou com a questão racial.

A autora prossegue a análise, enfatizando que

O próprio Fidel Castro admitiu, em diversas ocasiões – como por exemplo, em sua visita à União Nacional dos Escritores e Artistas Cubanos (Uneac), diante de autores negros que debatiam esse delicado tópico – que o problema se mantinha efetivamente e que o critério de classes sociais não fora suficiente para tratar da questão racial (SEGATO, 2006, p. 214).

A citação de Segato mostra os limites das políticas públicas, universais em resolver questões raciais. As considerações finais que a investigação evidencia não pretendem ser exaustivas, tendo em vista serem resultados de uma pesquisa numa universidade federal que não têm o sistema de ação afirmativa, enquanto o trabalho visa dar voz aos estudantes afro-brasileiros e brancos sobre as suas percepções sobre o tema, atentando para a representação do afro-brasileiro no ensino superior, num país que considera a educação superior como um dos fatores da mobilidade social.

Outra proposta que almejamos encontrar compreendida por ocasião do término desta pesquisa, visto as políticas públicas e sociais, na maioria, virem de cima para baixo e os beneficiários dessas políticas, os interessados, às vezes, não participarem de sua decisão, nem discutirem o assunto, refere-se à importância de analisar a percepção dos afro-brasileiros e brancos sobre a temática que diz respeito diretamente aos primeiros e à sociedade brasileira de modo geral. A investigação procura ir além dos estudos que colocam o afrodescendente como objeto de pesquisa, buscando outros sobre questões sociais, educacionais e políticas, tendo o afrodescendente como sujeito legítimo de sua construção e organização, articulando a nossa investigação no âmbito político, social e econômico em que ele se encontra atualmente.

Dar voz, possibilidade de se pronunciar, de se posicionar aos estudantes universitários afro-brasileiros e brancos dos cursos de Ciências Sociais, Pedagogia e Filosofia, no nosso entendimento, significou promover o debate, sobre diálogos acontecidos em cursos de extensão, eventos, seminários, palestras, semanas acadêmicas que reservaram momentos dedicados à questão étnico-racial das políticas ações afirmativas para afro-brasileiros e da universidade.

Nesse sentido, frisamos que os dados analisados nesta investigação, bem como nossas considerações, constituem elementos que podem contribuir para as discussões sobre as ações afirmativas e sobre a promoção da lei 10.639/03-MEC, que altera a LDB (Lei Diretrizes e Bases) e estabelece as Diretrizes Curriculares para a sua implementação (DIRETRIZES CURRICULARES, 2003).

Os dados analisados revelaram ser possível superar o preconceito racial, a discriminação racial e o racismo através de projetos políticos educacionais, que começam na educação infantil, desmistificando o preconceito, reproduzido até nos livros didáticos, de o afrodescendente ser preguiçoso, inferior. E o modelo de família ser a branca, uma família bem sucedida, sorridente, realizada em várias dimensões sociais e a família negra ser dividida, sem “estrutura”, pobre, vivendo na periferia etc.

A escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E por isso mesmo ela também é um importante local onde elas podem ser superadas. Cabe ao educador e à educadora compreender como os diferentes povos, ao longo da História, classificaram a si mesmos e aos outros; como certas classificações foram hierarquizadas no contexto do racismo e como este fenômeno interfere na construção da autoestima, impedindo a criação de uma escola democrática. Concordamos com as palavras de Maio e Santos (2007, p. 291):

Para alguns a melhor forma seria almejar um país como Brasil no qual ninguém seja discriminado, de forma positiva ou negativa, pela cor ou “raça”: que se valorize a diversidade como um processo vivaz que deve permanecer livre de normas impostas pelo Estado ou pela própria sociedade a indivíduos que não necessariamente querem se definir segundo critérios raciais.

Mas isso requer um posicionamento. Implica a construção de práticas pedagógicas de combate à discriminação racial, um rompimento com a “naturalização” das diferenças étnico-raciais, pois ela sempre desliza para o racismo biológico e acaba por reforçar o mito da democracia racial. Uma alternativa para a construção de práticas pedagógicas posicionadas contra a discriminação racial é a compreensão, a divulgação e o trabalho educativo que

destaca a radicalidade da cultura negra. Essa é uma tarefa tanto dos cursos de formação de professores quanto dos profissionais e pesquisadores (as) que já estão na prática.

Para empreender a construção dessas pedagogias, é fundamental desfazer alguns equívocos. Um deles diz respeito à preocupação de professores no sentido de designar ou não seus alunos negros como negros ou como pretos, sem ofensas. Outro equívoco a enfrentar é a afirmação de os negros se discriminarem entre si e serem racistas também. Essa constatação tem de ser analisada no quadro da ideologia do branqueamento que divulga a ideia e o sentimento de as pessoas brancas serem mais humanas, possuírem inteligência superior e, por isso, terem o direito de comandar e de dizer o que é bom para todos (universalismo). Cabe lembrar que, no período pós-abolição, foram formuladas políticas que visavam ao branqueamento do povo pela eliminação simbólica e material da presença dos negros. Nesse sentido, é possível que pessoas negras sejam influenciadas pela ideologia do branqueamento e, assim, tendam a reproduzir o preconceito do qual são vítimas. O racismo imprime marcas negativas na subjetividade dos negros e também na dos seus discriminadores.

No caso específico da educação escolar, ao tentarmos compreender, debater e problematizar a cultura negra, não podemos desconsiderar a existência do racismo e da desigualdade entre negros e brancos em nossa sociedade. Porque, ao fazermos tal ponderação, inevitavelmente nos afastaremos das práticas educativas que, ao tentarem destacar essa cultura no interior da escola ou no discurso pedagógico, ainda a colocam no lugar do exótico e do folclore.

REFERÊNCIA

- AGARWAL, Sudarshan. *Dr. B. R. Ambedkar – the Man and his Message*. New Delhi: Prentice-hall of India, 1991.
- ARENDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- ARISTÓTELES. *Política*. Lisboa: Editorial Veja, 1998.
- BENJAMIN, César. Tortuosas caminhos. In: FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone; SANTOS, RICARDO, Ventura (Orgs). *Divisões Perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 27 – 33.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude e Poder – A questão das Cotas para negros. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 165 – 177.
- BOBBIO, Norberto. *A Era dos direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992
- _____. *Igualdade e liberdade*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
- BRASIL. Constituição, 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1989.
- BRASIL. *Lei número 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2003.

CAMARGO, Edwiges Pereira Rosa. *O negro na educação superior: perspectivas das ações afirmativas*. SP: [s.n.], 2005. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

CARDOSO, F. H.; IANNI, O. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CARTA PÚBLICA AO CONGRESSO NACIONAL. In: FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone; SANTOS, RICARDO, Ventura (Orgs). *Divisões Perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 345 – 347.

CARVALHO, José Jorge. As Propostas de Cotas para Negros e o Racismo Acadêmico no Brasil. *Revista Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 4, n. 2, p. 13-30, 2001.

_____. As Ações Afirmativas como Resposta ao Racismo Acadêmico e seu Impacto nas Ciências Sociais Brasileiras. *Teoria & pesquisa*, São Carlos, v. 42-43, p. 303-340, 2003.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

CHAVAN, Sheshrao. *Gandhi and Ambedkar. Saviours of Untouchables*. New Delhi: AuthorsPress, 2001.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc., 1999.

DEBERT, Guita Grin. A antropologia e o estudo dos grupos e categorias de idade. In: MORAES, Myriam, BARROS. *Cultura negra e educação*. Revista Brasileira de Educação 85 Lins de (orgs.). *Velhice ou terceira idade?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 49-67.

DA MATTA, R. Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

DIRETRIZES Curriculares Nacionais para a *Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília: DF, 2005.

DURHAM, Euniice R. ; GOLDEMBERG, José. In: FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone; SANTOS, RICARDO, Ventura (Orgs). *Divisões Perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 168 – 172.

ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL. Brasília, 2006.

FERNANDES, Antonio Sergio Araujo. Políticas Públicas: Definição evolução e o caso brasileiro na política social. In: DANTAS, Humberto e JUNIOR, José Paulo M. (orgs). *Introdução à política brasileira*. São Paulo. Paulus. 2007.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

FREIRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 29 ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

FRY, Peter. Introduzindo o racismo. In: FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone; SANTOS, RICARDO, Ventura (Orgs). *Divisões Perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 287 – 291.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5ª ed. São paulo: Atlas, 2007.

GODOY, Tirso M. *Las reformas en la educación superior en la República Dominicana*, www.iesalc.unesco.org.ve, Observatorio de la Educación Superior en América Latina y el Caribe, Santo Domingo, 2003.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: Santos, Renato Emerson, Lobato, Fátima (Orgs). *Ações Afirmativas*. Políticas públicas contra as desigualdades sociais. Rio de Janeiro DP&A, 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Ações Afirmativas para a população negra nas universidades. In: Santos, Renato Emerson, Lobato, Fátima (Orgs). *Ações*

afirmativas. Políticas Públicas Contra as Desigualdades Raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. A desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre a ação afirmativa no Brasil. In: SOUZA, J. (Org). *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos.* Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 233-242.

_____. *Classes, Raças e Democracia.* Ed. 34. São Paulo: Fundação de Apoio á Universidade de São Paulo, 2002.

_____. *Preconceito e Discriminação.* Ed. 34. São Paulo: Fundação de Apoio á Universidade de São Paulo, 2004.

HABERMAS, Jurgen. *L'integration Républicaine.* Essai de Théorie Politique. Paris, Fayard, 1998.

HASENBALG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.* Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____, VALLE SILVA, N. (Orgs.). *Estrutura social, mobilidade e raça.* Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. Acessado em 15 de dezembro de 2009. WWW.ibge.gov.br

_____. Síntese de Indicadores Sociais 2002. Série Estudos e Pesquisas – *Informação Demográfica e socioeconômica* nº 11, 2003.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Estatísticas do século XXI. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Acessado em 15 de dezembro de 2009. WWW.ipea.gov.br

IÑIGUEZ, Juan - *La Educación Superior Ecuatoriana en los últimos cinco años: 1998-2003*, www.iesalc.unesco.org.ve, Observatorio de la Educación Superior en América Latina y el Caribe, Ecuador, 2003.

IVO, Anete B. L. *A reconversão do social: dilemas da redistribuição no tratamento focalizado.* São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v.18, n.2, p.57-67, 2004.

JACCOUD, L.; BEGHIN, N. *Desigualdades raciais: um balanço da intervenção governamental.* Brasília, IPEA, 2002.

KYMLICKA, W. *Contemporary political philosophy: an introduction*. Oxford: Clarendon Press, 1996.

LAGUNA, Alex F. *Relevamiento de Experiencias de Reformas Universitarias en Venezuela*, www.iesalc.unesco.org.ve, Observatorio de la Educación Superior en América Latina y el Caribe, Caracas, 2003.

MAGGIE, Yvonne. Aqueles a quem foi negada a cor do dia: as categorias cor e raça na cultura brasileira. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R.V. (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. p. 225-234.

MAGGIE, Yvonne; FRY, Peter. O debate que não houve. *Enfoques Online*: revista eletrônica dos alunos do PPGSA, v. 1, n. 1, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/>>. Acesso em: 2 mar. 2005.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Um Brasil de cotas raciais? In: FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone; SANTOS, RICARDO, Ventura (Orgs). *Divisões Perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 287 – 291.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 1999.

MARTINS, José de Souza. O branco da consciência negra. In: FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone; SANTOS, RICARDO, Ventura (Orgs). *Divisões Perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 96 – 100.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. Tradução Alex Martins. Texto Integral. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MINAYO, Maria Cacília de Souza. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em saúde*. 11ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____ (Org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 20. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MORAES, Roque. *Uma experiência de Pesquisa Coletiva: introdução à análise de conteúdo*. IN: GRILLO, Marlene C.; MEDEIROS, Marilú F. (Orgs) A construção do conhecimento e sua mediação metodológica. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

_____. *Uma Tempestade de Luz. A Compreensão possibilitada pela análise textual discursiva*. IN: MORÃES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. *Análise Textual Discursiva*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007, p. 11 – 46.

MOWLI, V. Chandra. B. R. Ambedkar – Man and His Vision. New Delhi: Sterling Publishers Pvt. Ltd., 1990.

MUNANGA, K. . Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cota. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Org.). *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP/MEC - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003, v. , p. 99-114.

NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

_____. *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: Edusp, 1998.

OMVEDT, Gail. *Dalits and the Democratic Revolution: Dr. Ambedkar and the Dalit Movement in Colonial India*. New Dalhi; Sage Publications India Pvt. Ltd., 1994.

PARÁ. LEI nº 6.941, de 17 de janeiro de 2007. Estabelece políticas públicas específicas a população negra do Estado do Pará, visando o combate às desigualdades sociais e à discriminação racial e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, Belém, PA, 18 jan. 2007.

PASTORE, J. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

_____, VALLE SILVA, N. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron, 2000.

PENA, Sérgio. Receita para uma humanidade desracializada. In: FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone; SANTOS, RICARDO, Ventura (Orgs). *Divisões Perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 35 – 42.

PEREIRA, P. A. Potyara. Discussões Conceituais sobre Política Social como Política Pública e Direito de Cidadania. In: Ivanete Boschetti; Elaine Behring; Silvana Mara dos Santos; Regina Miotto. (Org). *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2008, v. 1, p. 87-108.

PIERSON, Donald. *Branco e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 33 – 43.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, .

RODRIGUES, Valerian. *The Essential Writings of B. R. Ambedkar*. 2002New Delhi: Oxford University Press, 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social. Métodos e Técnicas*. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, J. T. Dilemas nada atuais das políticas para os afro-brasileiros: ação afirmativa no Brasil dos anos 60. In: BACELAR, J.; CAROSO, C. (Org.). *Brasil, um país de negros?* Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 1999, p. 221-234.

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. *Mana* [online]. 2006, vol. 12, n. 1, p. 207-236.

SISS, Ahyas. *Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas*. Rio de Janeiro: Quartet. Niterói: PENESP, 2003.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: *Sociologias* nº 16. Junho/dezembro 2006, p. 20-45.

TEXEIRA, Sonia Maria Fleury. *Política Social e democracia: reflexões sobre o legado da seguridade social*. Caderno de Saúde Pública, R.J, 1 (4): 400-417, out/dez, 1985.

TRIGUEIRO, Michelangelo S. *Reforma Universitária e Mudanças no Ensino Superior no Brasil*, www.iesalc.unesco.org.ve, Observatorio de la Educación Superior en América Latina y el Caribe, Brasília, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à Pesquisa em ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Sistema de Cotas*. Disponível em: http://www.unb.br/estude_na_unb/sistema_de_cotas. Acesso em: 12 maio. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Vestibular 2008 – Relação candidatos/vagas. Disponível em: <http://www.vestibular2008.ufsc.br> Acesso em: 20 abr. 2009.

ANEXO



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE E INFORMATO

Curso: () Pedagogia turno: semestre:
 () Filosofia turno: semestre:
 () Ciências Sociais turno: semestre:

Por favor, assinale nas alternativas abaixo, a sua auto-identificação

Afro-brasileiro () Branco ()

Eu, _____, declaro que desejo participar da pesquisa de mestrado em Política Social, intitulada “**A percepção dos universitários afro-brasileiros e brancos em Relação Às Políticas e Ações Afirmativas Raciais na Educação Superior no Brasil**”, este estudo tem por objetivo analisar a percepção dos estudantes afro-brasileiros e brancos da Universidade Federal de Pelotas sobre a oportunidade de acesso dos afro-brasileiros às universidades públicas do país, particularmente, as chamadas políticas de ações afirmativas para afro-brasileiros.

Assim, coloco-me na condição de entrevistado (a) pelo pesquisador JOSEPH HANDERSON, e declaro estar ciente de que as informações prestadas serão gravadas, transcritas e utilizadas, total ou parcialmente, em benefício do estudo já mencionado. Os dados serão utilizados, entretanto, minha identidade mantida em sigilo.

Em qualquer momento, poderei desistir ou solicitar novos esclarecimentos acerca desta pesquisa e quanto ao uso da minha entrevista, através do telefone: (53) 91534074 com o mestrando Joseph Handerson.

Entrevistado (a)

Entrevistador

Data: _____/_____/_____